

Estratégias de Defesa Nacional

desafios para o Brasil no novo milênio

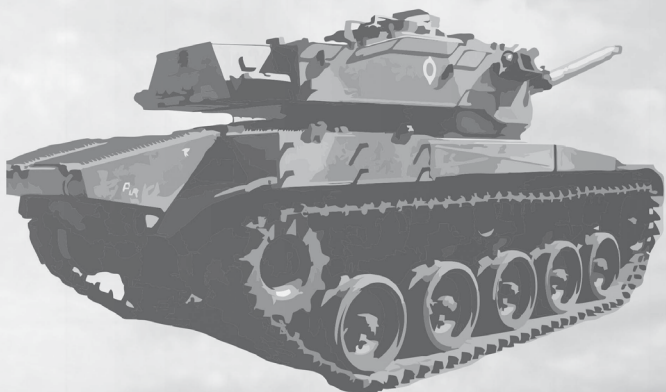
Perpétua Almeida
Luciana Acioly



Estratégias de Defesa Nacional

desafios para o Brasil no novo milênio

Perpétua Almeida
Luciana Acioly



Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional (CREDN)
Câmara dos Deputados

ipea

 CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro – Marcelo Côrtes Neri



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e de programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente, Substituto

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete

Bernardo Abreu de Medeiros

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

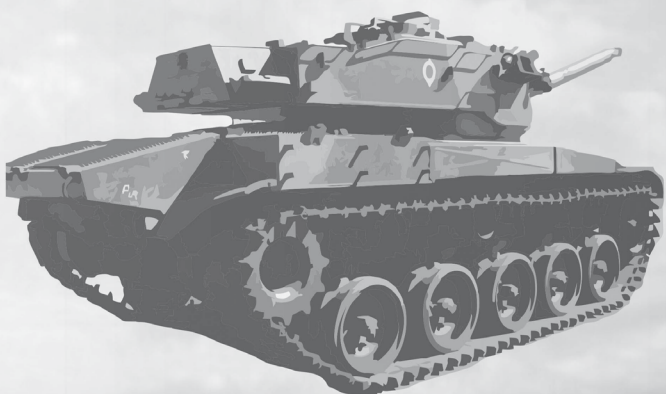
Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Estratégias de Defesa Nacional

desafios para o Brasil no novo milênio

Perpétua Almeida
Luciana Acioly



Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional (CREDN)
Câmara dos Deputados

 CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Rio de Janeiro, 2014

ipea

Almeida, Perpétua

Estratégias de defesa nacional : desafios para o Brasil no novo milênio/Perpétua

Almeida e Luciana Acioly. – Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

204 p.

ISBN 978-85-7811-198-4

1. Política de Defesa. 2. Forças Armadas. 3. Política Internacional. 4. Brasil. I. Título. II. Acioly, Luciana. III. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IV. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. V. Câmara dos Deputados.

CDD 355

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
PARTE 1	
ABERTURA	13
Perpétua Almeida e Wellington Moreira Franco	
Conferência de abertura: Celso Amorim	
PARTE 2	
AS GRANDES TENDÊNCIAS NO CENÁRIO ESTRATÉGICO GLOBAL: REPERCUSSÕES PARA O BRASIL	41
Expositores: André Roberto Martin, Alfredo Jalife-Rahme e Roberto Carvalho	
Coordenador: Leonardo Gadelha	
PARTE 3	
O ENTORNO GEOESTRATÉGICO BRASILEIRO: COOPERAÇÃO COM A AMÉRICA DO SUL E A ÁFRICA	79
Apresentadora: Perpétua Almeida	
Coordenador: Vitor Paulo	
Expositores: Francisco Carlos Teixeira, Oswaldo Oliva Neto e Pablo Celi de la Torre	
PARTE 4	
DEFESA E SOCIEDADE: SUBSÍDIOS PARA A APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL, REMETIDO AO PODER LEGISLATIVO	111
Coordenadora: Perpétua Almeida	
Expositores: Eduardo Siqueira Brick, Manoel Domingos Neto e Luiz Cezar Loureiro de Azeredo	
PARTE 5	
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA	135
Apresentadora: Perpétua Almeida	
Coordenador: Carlos Zarattini	
Expositores: Sami Youssef Hassuani, William de Sousa Moreira, Jairo Cândido e Walter Bartels	
PARTE 6	
OS GRANDES PROJETOS ESTRATÉGICOS DAS FORÇAS ARMADAS	169
Expositores: Ricardo Machado Vieira, Antonio Fernando Garcez Faria, Luiz Felipe Linhares e Osmar Lootens Machado	
Coordenador: Hugo Napoleão	

APRESENTAÇÃO

Em mais uma profícua parceria entre o Ipea e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN), realizou-se o seminário *Estratégias de Defesa Nacional*, nos dias 27 e 28 de novembro de 2012. Junto com o seminário *Os Desafios da Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição*, ocorrido nos dias 18 e 19 de setembro do mesmo ano, o debate sobre política externa brasileira no âmbito da CREDN foi retomado após dez anos, quando se realizara o seminário *Políticas de Defesa para o Século XXI*.

Passados esses anos, é fundamental compreender as transformações do sistema internacional, como o deslocamento mais acelerado dos fluxos de comércio, investimento e tecnologia para a Ásia; a crescente importância do agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com forte gravitação econômica e geopolítica na China; a crise financeira internacional eclodida em 2008 (e seus desafios para a América Latina); e a Primavera Árabe. Estes e outros acontecimentos colocam para o Brasil a necessidade de pensar sua estratégia de Defesa Nacional como uma dimensão indissociável da política externa e dos princípios pacifistas estabelecidos por nossa Carta Magna.

Os resultados das intervenções de autoridades e especialistas nesse seminário estão compilados neste livro, de acordo com as notas taquigráficas, no intuito de registrar e sintetizar as posições, as ideias e os questionamentos levantados pelos participantes do evento.

Boa leitura.

Sergei Suarez Dillon Soares
Presidente Substituto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

INTRODUÇÃO

Perpétua Almeida*

Luciana Acioly**

O seminário *Estratégias de Defesa Nacional* foi realizado nos dias 27 e 28 de novembro de 2012, o segundo realizado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O primeiro, *Os Desafios da Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição*, ocorreu nos dias 18 e 19 de setembro do mesmo ano, e ambos marcaram a retomada do debate sobre a inserção externa brasileira nessas duas importantes dimensões da vida nacional. Isso aconteceu dez anos após a CREDN ter concluído o seminário *Políticas de Defesa para o Século XXI*.

Durante esse período, foram grandes as transformações vivenciadas pela economia política internacional, com o surgimento de novos atores, novas alianças, novos desafios. O deslocamento mais acelerado dos fluxos de comércio, investimento e tecnologia para a Ásia; a crescente importância do agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com ênfase especial a emergência da China, não apenas no crescimento do produto mundial, mas em termos geopolíticos; a crise financeira internacional eclodida em 2008 (e seus desafios para a América Latina); a Primavera Árabe, entre outros acontecimentos, incutiram no Brasil a necessidade de pensar sua estratégia de inserção internacional, sua estratégia de Defesa Nacional, como uma dimensão indissociável da política externa.

Nos últimos anos, o tema Defesa Nacional tem deixado de ser uma questão quase exclusivamente militar para ser um tema da sociedade, de todos os interessados, brasileiras e brasileiros preocupados com o destino

* Deputada do Partido Comunista do Brasil do estado do Acre (PCdoB/AC), presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

** Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos, Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea. Doutora em economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

do país. A própria maturidade do povo brasileiro, depois de três décadas de redemocratização, possibilita uma visão das várias dimensões que envolvem esse tema, intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico e social e à garantia da soberania nacional.

Foi com o objetivo de trazer para reflexão a questão da Defesa Nacional e seus desafios frente a um mundo de mudanças que os painéis de debates foram montados. Convidamos pesquisadores, militares, estudantes, a sociedade civil em geral, para realizar esta tarefa coletiva, colocando para discussão as diversas perspectivas sob as quais essa matéria pode ser abordada. Desse modo, o livro que agora apresentamos está dividido em seis partes, correspondentes aos seis painéis de discussão apresentados no evento.

A primeira parte – que corresponde ao painel de abertura do seminário – contou com a presença da deputada Perpétua Almeida, presidenta da CREDN, que, além das palavras iniciais de boas-vindas, mostrou a importância do tema para atualizar a visão do Parlamento brasileiro a respeito desses dois grandes eixos estratégicos para a configuração e a concretização do projeto nacional de desenvolvimento do Brasil. Em seguida, fez uso da palavra o então ministro Wellington Moreira Franco, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), enfatizando os grandes desafios que as Forças Armadas têm para tornar realidade não só a Estratégia de Defesa Nacional mas, sobretudo, a Política de Defesa Nacional – desafio intelectual e material. Finalizando esta parte, o ministro da Defesa, Celso Amorim, proferiu conferência sobre o tema: *Defesa Nacional e o Pensamento Estratégico Brasileiro*, na qual pontuou as principais questões ligadas à Defesa Brasileira.

A segunda parte discutiu *As Grandes Tendências no Cenário Estratégico Global: repercussões para o Brasil*. Os vetores da discussão foram as aspirações brasileiras, o papel do Brasil no mundo e as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, que orienta esta inserção internacional e a nova geoeconomia.

A terceira parte – *O Entorno Geoestratégico Brasileiro: cooperação com a América do Sul e a África* – apresenta o momento em que foram pontuadas as grandes mudanças do século XXI e a necessidade do Brasil de repensar conceitos e o seu espaço geopolítico; questões sobre a relação Brasil-África, quanto ao entorno estratégico; e a análise da importância da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) como primordial no processo de integração sul-americana.

A quarta parte trouxe o debate sobre a proposta do Livro Branco de Defesa Nacional, remetido ao Poder Legislativo. Os principais pontos abordados foram o financiamento da Defesa e da construção da capacidade militar e industrial; a importância de fomentar os estudos acadêmicos sobre Defesa; e os pressupostos do Livro Branco que lançam desafios ao Brasil.

Os *Desafios para o Desenvolvimento da Base Industrial de Defesa* foram foco de reflexão na quinta parte do seminário. Identificaram-se como questões-chave a deficiência do financiamento, o processo de desnacionalização da base industrial, o orçamento inconstante e o cerceamento tecnológico.

Por fim, a sexta parte do seminário foi dedicada ao tema *Os Grandes Projetos Estratégicos das Forças Armadas*, em que foram mostrados os principais programas em andamento, as prioridades e seus desafios.

Antes de iniciar a leitura deste livro é preciso que se tenham em mente alguns esclarecimentos. Quase todas as apresentações foram seguidas de debates, e essas sessões encontram-se no final de cada parte apresentada neste livro. As falas dos palestrantes e dos coordenadores de mesa foram conservadas no texto escrito, ao máximo, na sua forma original (linguagem oral) para manter a fidelidade da mensagem. Entretanto, em alguns momentos as organizadoras desta publicação tomaram a liberdade de completar ou inserir comentários e esclarecimentos para garantir maior fluidez e aproveitamento da leitura. Nesses casos, as inserções ou esclarecimentos estão devidamente identificadas, ou encontram-se nas notas de rodapé ou no próprio texto entre colchetes. Onde a transcrição das falas não foi clara ou quando alguma frase ou palavra foi suprimida ou interrompida por motivos técnicos ou de entendimento, o leitor encontrará pontinhos entre parênteses.

Para a organização do evento, o Ipea e a CREDN contaram com a colaboração de muitos parceiros. Agradecimento especial deve ser feito ao pesquisador Ronaldo Carmona, que, desde as primeiras conversas, esteve presente na concepção, proposição de temas e na própria organização do seminário. Agradecimentos efusivos também se estendem a Marcelo Reich, pelas ideias e articulações interinstitucionais que deram operacionalidade ao evento.

Agradecemos aos interlocutores no Ministério da Defesa (MD), na Marinha do Brasil, no Exército Brasileiro e na Força Aérea Brasileira (FAB).

Aos palestrantes, que vieram de muitos lugares do Brasil, alguns do exterior, nosso real agradecimento e apreço; às empresas da área de defesa, em especial a Avibras, que contribuiu para que este seminário realmente acontecesse; à Universidade de São Paulo (USP) (professores e alunos); à Universidade Federal Fluminense (UFF).

Gostaríamos de agradecer ainda à Mesa Diretora do Legislativo, que apoiou o evento, principalmente por intermédio dos gabinetes do presidente Marco Maia e da vice-presidente Rose de Freitas.

Agradecemos ainda a participação ativa e indispensável dos deputados que coordenaram as mesas: deputado Leonardo Gadelha (Partido Social Cristão – PSC/PB), deputado Vitor Paulo (Partido Republicano Brasileiro – PRB/RJ), deputado Claudio Cajado (Democratas – DEM/BA), deputado Carlos Zarattini (Partido dos Trabalhadores – PT/SP) e deputado Hugo Napoleão (Partido Social Democrático – PSD/PI).

Agradecemos ao presidente do Ipea, Marcelo Côrtes Neri, pelo firme apoio ao projeto. Também aos pesquisadores da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte/Ipea), Rodrigo Fracalossi de Moraes e André Pineli.

Aos servidores da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, nossa gratidão pela dedicação e muitas horas trabalhadas para possibilitar a realização do seminário. Nominalmente agradecemos a Antonio Alves Ferreira Júnior, Clesione Alves Gomes, Elizabeth Gomes de Lima Santos, Elizeth Gomes de Lima, Kaciane Karine Fuziger, Karina Oliveira, Paulo de Tarso Akel Lima, Paulo Cesar Ferraz, Renata Amorim, Roberto Carneiro Duarte, Sebastião Cleto Sousa Spotto, Silnara Batista Carvalho, Silvia Fernanda Araújo dos Santos, Vanessa Marques Rodrigues.

Agradecimento especial a todos os órgãos do Legislativo, sobretudo ao Departamento de Comissões, ao Serviço de Cerimonial, à Secretaria de Comunicação Social, à Coordenação de Audiovisual. Ao pessoal do som, ao pessoal dos serviços gerais, da limpeza, à turma que serve o cafezinho, que ficou até o último momento conosco.

A todos os participantes do seminário, que tornaram o debate sobre Defesa Nacional tão rico e produtor, oferecendo ao público a oportunidade de esclarecer dúvidas e recolocar questões, nosso agradecimento.

PARTE 1

ABERTURA

Perpétua Almeida*
Wellington Moreira Franco**

Conferência de abertura
Celso Amorim***

Perpétua Almeida – Ao assumirmos a presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, no início de 2012, aprovamos um plano de trabalho que, entre outras iniciativas, apontava para a realização de dois grandes seminários, reunindo os principais formuladores, executores e especialistas dos dois campos temáticos das duas áreas de responsabilidade desta comissão: as Relações Exteriores e a Defesa Nacional.

Estes eventos foram propostos com o objetivo de atualizar a visão do Parlamento brasileiro a respeito desses dois eixos estratégicos para a configuração e a concretização do projeto de desenvolvimento do país.

Assim, no último mês de setembro (2012), realizamos o seminário Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição, com enorme participação de estudiosos do governo, da academia e da sociedade, pois é grande o número de cidadãos interessados nessa questão, que vem ganhando relevo na pauta estratégica brasileira, sobretudo após o reconhecimento do protagonismo exercido pelo Brasil no mundo.

Dez anos após a CREDN ter realizado, neste plenário, o seminário Políticas de Defesa para o Século XXI, promovemos o seminário Estratégias de Defesa Nacional, com a presença dos principais atores deste debate, provenientes do governo, da academia, da indústria, da sociedade e também de convidados do exterior.

* Deputada do Partido Comunista do Brasil do estado do Acre (PCdoB/AC), presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

** Ministro de Estado, chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR).

*** Ministro de Estado da Defesa.

Sua realização é parte da novidade que vem se firmando nos anos recentes. À medida que avança e se consolida a democracia no país, os temas de defesa deixam de ser exclusividade dos brasileiros de farda para serem matéria de interesse de toda a sociedade. Certamente, nossos militares serão os primeiros a defender o princípio de que quanto mais brasileiros – seja nos quartéis, seja na linha de produção de nossas indústrias, seja nas salas de aula, seja nos laboratórios de pesquisas – se dedicarem aos temas estratégicos, mais forte será a Defesa Nacional.

Neste ano (2012), com a experiência, à frente da CREDN, vimos crescer a convicção de que aumenta exponencialmente, entre os brasileiros, a compreensão de que nosso recente processo de ascensão política e econômica no mundo só se sustentará se tivermos capacidade para compatibilizar ascensão econômica e social com estratégia militar. Para isso, será preciso superar, o mais rapidamente possível, o hiato que separa nossa crescente presença política e econômica no mundo dos nossos ainda poucos aparatos de defesa.

Segundo o ministro da Defesa, em depoimento na Câmara dos Deputados, em 2012, entre as vinte maiores economias do mundo, só estamos à frente de dois países, quanto a investimentos em defesa. Portanto, há um claro descompasso entre o crescimento do país e os incentivos que são destinados à área de defesa.

Assim, consideramos que o conjunto de ações e iniciativas ocorridas no último período, incluindo a realização deste seminário, bem como o recente envio dos três documentos que esboçam o que podemos chamar de nossa “grande estratégia” – o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) –, terá sucesso se contribuir para a tomada de decisões de vulto que resultem na compreensão deste Parlamento e da sociedade brasileira no sentido da superação do mencionado hiato.

Precisamos dar passos ainda mais largos para reaparelhar nossas Forças Armadas, a partir de um programa que tenha coerência com a atual orientação estratégica brasileira, que é de forte poder de dissuasão em relação aos que ousem ameaçar a soberania, as riquezas e a integridade da nossa nação; que garanta volume de investimentos compatível com a necessidade de acelerar a aproximação da estatura estratégico-militar à estatura política e econômica

do Brasil no mundo; e que sinalize às indústrias do setor de defesa que vale a pena investir em pesquisa e inovação, pois, dessa forma, as Forças Armadas terão como adquirir equipamentos e tecnologias e, ainda, estar à altura dos grandes desafios que se impõem ao Brasil, como sexta maior economia do mundo e detentor de invejadas reservas naturais.

Nesse sentido é que quero propor e ao mesmo tempo anunciar, tendo em vista conversas previamente realizadas, em consequência deste seminário, a criação de um grupo de trabalho constituído por setores deste Parlamento, da sociedade, da academia e do empresariado nacional, com convite, é claro, para a participação do governo federal. O objetivo deste grupo de trabalho é que se proponham saídas amplamente consensuais e que representem os interesses de Estado e do povo brasileiro, visando instituir fontes de recursos ou regras estáveis e compatíveis para o financiamento dos grandes projetos estratégicos das Forças Armadas. Projetos esses, que aqui serão anunciados, estimados em mais de R\$ 400 bilhões, em vinte anos, o que acarretará, até o ano de 2030, 60 mil novos empregos diretos e 240 mil indiretos.

Alçamos, assim, as indústrias brasileiras em décimo quinto lugar no *ranking* das grandes *players* mundiais na área de defesa.

Nesse grupo de trabalho, estudando e observando como é o histórico dos investimentos em defesa no Brasil, a nossa legislação, a legislação e a prática de outros países, buscaremos levar, à presidenta Dilma e ao conjunto da sociedade, resultados e proposições que nos permitam adotar, com as forças política e social que necessitam iniciativas desse tipo, orçamentos previsíveis, fontes estáveis, perenes e compatíveis com as necessidades do nosso país, constituindo assim uma espécie de fundo soberano da defesa nacional.

Esse grupo de trabalho será parte de outra iniciativa legislativa relevante, tomada no âmbito do nosso mandato à frente da comissão, que foi a criação da Subcomissão de Acompanhamento dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas, presidida por mim e constituída pelos relatores setoriais da Marinha, o deputado Hugo Napoleão; do Exército, deputado Vitor Paulo; e da Aeronáutica, deputado Leonardo Gadelha.

Soma-se a essas iniciativas a já tão bem-sucedida Frente Parlamentar Nacional da Defesa, constituída amplamente nesta Casa e presidida pelo nosso deputado Carlos Zarattini.

Este seminário, a CREDN e, de modo geral, acredito que o Congresso Nacional também congratulam-se com a presidenta Dilma e com o ministro Celso Amorim pelo envio das três peças mencionadas – o Livro Branco, a PND e a END – para apreciação, como diz a nossa legislação, por este Congresso Nacional.

Com esses documentos, torna-se mais nítida, mais explícita e mais transparente a forma como o Brasil vê o mundo, sob a ótica estratégico-militar, bem como demonstra para os amigos, e para os não tão amigos assim, os meios que possuímos para defender a nossa soberania, as nossas riquezas, e, sobretudo, a nossa integridade nacional.

A maneira como foi estruturado este seminário, em si, já permitirá extrair elementos para a elaboração da nossa proposta, referente aos documentos da Defesa Nacional, a ser encaminhada ao Executivo.

Gostaria de propor ainda mais duas outras iniciativas. A primeira, já mencionada, é o grupo de trabalho sobre as fontes de recursos que financiarão a área da defesa. A segunda, em andamento, é a da realização de uma comissão geral, no plenário da Câmara dos Deputados, no início de 2013, com a exposição do Livro Branco pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, para que as representações partidárias na Casa, partidos políticos e sociedade civil se pronunciem em relação a esses documentos. A partir daí, a terceira iniciativa será compor um documento amplamente consensual, ou pelo menos apoiado por ampla maioria, para que seja encaminhado, ainda no primeiro semestre de 2013, ao Poder Executivo, como expressão do pensamento deste Poder Legislativo, com a contribuição da sociedade brasileira.

Não poderia deixar de expressar brevemente a importância de outros dois temas que constituem a essência deste seminário.

Primeiro, a importância de uma estratégia de cooperação com o que chamamos de nosso entorno estratégico: a América do Sul e a África, incluindo, entre eles, não como fator de divisão, mas de unidade, o Atlântico Sul.

A cooperação com a América do Sul, no âmbito do Conselho Sul-Americano de Defesa, deve ser basilar na geoestratégica brasileira. É a partir daí que iremos constituir, como costuma dizer o ministro Celso Amorim, uma estratégia de dissuasão, para fora – e de cooperação, para dentro.

Por fim, mas não menos importante, quero manifestar nossa preocupação com as repercussões para o Brasil das grandes tendências no cenário estratégico global.

Para nossa lamentação e dos brasileiros em geral, povo defensor da paz e de índole pacífica, como pressuposto para o curso do seu projeto nacional de desenvolvimento, observamos, com preocupação, que o mundo tende a ser cada vez mais instável e perigoso. Um exemplo forte e que se vislumbra como cenário provável, num período próximo, é a atual crise econômica nos países centrais, que tende a aguçar posições aventureiras e dissonantes em relação ao controle dos recursos estratégicos nos países em desenvolvimento.

Os tambores de guerra não param sua melancólica e sanguinária toada. O último que se viu foram os oito dias de criminosa chuva de bombas sobre o povo palestino sitiado em Gaza e que vitimou quase duas centenas de pessoas, incluindo crianças, em imagens que voltaram a chocar o mundo.

Como um chamado, e exortação à paz no Oriente Médio e em todos os quadrantes do mundo, sentimento que, tenho certeza, expressa a opinião do povo brasileiro, declaro aberto o seminário Estratégias de Defesa Nacional.

Muito obrigada.

Wellington Moreira Franco – Senhora presidenta da CREDN, deputada Perpétua Almeida. Senhor ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim. Demais participantes da mesa. Senhoras e senhores.

Fui, durante muitos anos, membro desta Casa e tive o privilégio de compor a CREDN. Até então, para a minha alegria, essa é certamente uma das primeiras iniciativas da CREDN que é tomada no sentido de debater a defesa nacional.

Creio que isso tenha um significado extremamente importante, porque nós todos sabemos, e vocês, senhores generais, senhores militares das nossas Forças, estudiosos das nossas universidades, sabem muito bem dos grandes desafios que as Forças têm para tornar realidade não só a END, mas também a PND.

E esse desafio não é só intelectual; ele é um desafio material. É necessário que a sociedade brasileira entenda a importância de se ter dotação no

orçamento para cumprir com as obrigações que toda a comunidade tem de cuidar da sua autodefesa, da sua sobrevivência, da sua existência, do seu futuro e do seu crescimento.

É um desafio porque as condições não são favoráveis, minha querida, se me permite assim chamar, amiga Perpétua. Não são favoráveis não por falta de empenho, de competência, de entusiasmo, de dedicação, de trabalho, de estudo daqueles que compõem as nossas Forças e que, num cumprimento a um esforço imenso de um grande reencontro com a sociedade brasileira, buscam, cada vez mais, aprofundar suas relações com os institutos de pesquisa, com a academia, com o mundo civil, para que a defesa não seja defesa nacional, mas sim nacional de defesa, para que a política seja um instrumento de toda a sociedade e não só de um pequeno grupo, que tem a responsabilidade, em última instância, de torná-la real, material, executável.

Para que isso ocorra, repito, é necessário que haja medidas nesta Casa, e esta é a Casa em que essas medidas poderão ser tomadas, na Comissão Mista de Orçamento, para que as Forças possam ter os recursos.

Eu, que venho do mundo acadêmico, quando cheguei à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), descobri que a questão de recursos para as Forças é muito parecida com a questão de recursos para o mundo acadêmico. Quando há projetos de pesquisa sendo financiados, é importante o montante, o quanto está se dedicando para que esses projetos se tornem realidade, mas é mais importante do que isso a regularidade da liberação.

Não adianta colocar R\$ 3 bilhões em um orçamento, com um cronograma físico e financeiro previamente definido, se não se cumprirem as liberações.

Você desorganiza, você desmobiliza, você pega o que hoje é mais importante no mundo, que é o conhecimento, e esse conhecimento está nas pessoas. E, na medida em que as pessoas não têm as condições de executar o seu trabalho e de dar, pelo seu trabalho, dignidade à sua família, elas têm que procurar alternativas. São fábricas que são desorganizadas, são pesquisadores que vão buscar outros caminhos, são processos de conhecimento em andamento que se desmobilizam, que se destroem, por falta da presença daqueles que estão construindo esse processo.

E tudo isso decorre não só de uma fragilidade no orçamento, mas também de uma sistemática de liberação, que impõe esse desafio, que é exatamente garantir às Forças que preservem a sociedade brasileira bem defendida nos seus interesses e na projeção do seu futuro, porque não há os meios e os recursos necessários para tal.

Então, eu não tenho dúvida de que essa é uma iniciativa, por ser aqui na Câmara, por ser nesta Casa, extremamente alvissareira, e que nos enche a todos de esperança, sobretudo a SAE, que contribuiu bastante junto com o Ministério da Defesa (MD) e as Forças para que tivéssemos a END, a PND e o Livro Branco. E a SAE acha que esse movimento, o movimento de termos nesta Casa uma atitude mais enérgica dos parlamentares no sentido de garantir os recursos financeiros no orçamento, para que os programas das Forças sejam executados, é uma iniciativa que abre uma janela imensa.

Também pela qualidade dos expositores, não só militares, mas civis, que terão a oportunidade de colocar luz para que os deputados possam refletir – e é importante que os deputados entendam a necessidade da relevância, da garantia da defesa e dos recursos para que isso ocorra, porque os deputados são o mais importante, o privilegiado elo de comunicação com a sociedade.

Se a sociedade brasileira não tiver consciência de que o dinheiro empregado para que as Forças possam executar os seus programas é um dinheiro que se justifica, que é fundamental para a sobrevivência do país como nação, nós jamais teremos, nesta Casa, uma atitude agressiva, permanente, presente dos parlamentares defendendo, na Comissão de Orçamento, os recursos necessários para que as três Forças possam cumprir com as suas obrigações.

Daí a segunda importância deste seminário: traz não só militares, mas também civis para discutir questões que são exatamente aquelas que deverão chegar ao cidadão brasileiro, ao contribuinte brasileiro, para que ele possa avaliar, de maneira muito mais concreta, que é importante o dinheiro para os programas sociais; é importante o dinheiro para garantir a ampliação do mercado de consumo; é importante que se tenha os recursos necessários para dar substância aos instrumentos de política econômica que permitam alcançar o objetivo que a presidenta Dilma tem expressado reiteradamente, no sentido de termos uma sociedade com uma classe média sólida, que seja capaz de nos sustentar como nação. Mas é importante também que todo

esse esforço tenha, ao mesmo lado, os recursos necessários para que as Forças possam garantir a defesa desse patrimônio que é a sociedade brasileira.

São coisas que não se comparam, porque elas correm paralelamente, uma é indispensável à outra. Nós nunca seremos uma sociedade respeitada se não dermos tranquilidade ao cidadão de construir o nosso crescimento, se nós não tivermos condições de nos defender.

E eu deixo um desafio, pois tenho tido, nesses dois anos de experiência, um contato maior com essa questão tão importante e que, infelizmente, não fazia parte das minhas inquietações acadêmicas e intelectuais, que é a questão da defesa nacional. Eu me pergunto sempre se, para facilitar esse trabalho de compreensão da sociedade brasileira, para que pudéssemos ter nesta Casa, que eu conheço tão bem, parlamentares mais engajados nessa luta, com metas e objetivos bem definidos, não está na hora de nós começarmos, preservando os nossos valores como país, valores de cordialidade, de tranquilidade com os nossos vizinhos, com os nossos irmãos do mundo todo, a mobilizar a comunidade acadêmica para dizer quais as ameaças que temos como nação e como país.

Se colocamos como objeto da nossa produção a definição de uma política nacional de defesa e uma estratégia para realizar essa política nacional de defesa, nós nos defendemos de alguma coisa, nós nos defendemos de alguém, nós nos defendemos de ameaças que são analisáveis, são palpáveis, são verificáveis.

Cada um de nós, como cidadão, tem as ameaças do dia a dia, e nós nos defendemos delas e nos organizamos para nos defender delas. E, quando temos consciência de quais são essas ameaças, nós mobilizamos muito mais recursos materiais, recursos intelectuais, recursos familiares, recursos comunitários, para evitar que elas se transformem em realidade.

Eu creio que a sociedade brasileira já está suficientemente madura para poder debater sobre as ameaças que sofre. Quando cada cidadão brasileiro souber o que ameaça nossa comunidade, ele, com muito mais serenidade, tranquilidade e consciência – tenho certeza –, saberá apoiar os movimentos que justificarão os recursos orçamentários necessários para que essas ameaças sejam afastadas, de maneira que nos levem a mostrar que a modernidade das nossas Forças, o aparelhamento das nossas Forças, a qualidade intelectual,

estratégica e acadêmica daqueles que as compõem são fundamentais para que esses objetivos sejam alcançados e, conseqüentemente, a paz de que precisamos para produzir exista.

Por isso, eu não tenho dúvidas de que, com mentes tão brilhantes como essas que participarão desses seminários, também nessa área, nós vamos dar um passo. Porque vamos, certamente, ao final, colocar uma luz sobre essa reflexão, que é a consciência e a clareza presentes em cada cidadão brasileiro de qual ameaça temos de nos precaver.

Conseqüentemente, como todos sabemos, qualquer atitude do ser humano custa dinheiro, seja privado, seja público. Se você tem consciência de contra o que deve se defender, certamente terá muito mais facilidade em ver, nesta Casa, parlamentares engajados em lutas, apoiados pela comunidade, para alcançar objetivo tão nobre, que é a construção de uma sociedade livre, de uma sociedade democrática, de uma sociedade justa, mas, sobretudo, rica, rica o suficiente para dar qualidade de vida às nossas famílias e ao cidadão brasileiro.

Muito obrigado e muito sucesso.

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

**DEFESA NACIONAL E PENSAMENTO ESTRATÉGICO
BRASILEIRO**

Celso Amorim – Inicialmente, eu não posso deixar de me referir às palavras inspiradoras da nossa presidenta Perpétua Almeida, até porque os pontos de vista por ela expressos são também esposados por nós em grande medida. E é motivo de alegria ver que o Executivo e o Legislativo estão falando com uma voz, não diria única, porque nem é bom que seja única, mas com vozes semelhantes, não dissonantes, sobre tema de tal importância.

Também quero rapidamente me referir às palavras eloquentes e experientes do ministro e deputado Moreira Franco, que focalizou de maneira muito apropriada várias questões, entre elas a questão da defesa e do orçamento. Eu me referirei a isso ao longo da conferência, mas não queria deixar de fazer uma breve menção à maneira apropriada e adequada como isso foi lembrado aqui.

Como tenho dito mais de uma vez – e creio que este evento de hoje ilustra esse fato –, a defesa não é um problema do MD, nem do governo, nem só do Estado. É um problema da sociedade como um todo. Então, saber quanto nós podemos despende em defesa é uma questão para a sociedade. O governo não pode tomar decisões que não estejam amparadas no sentimento social. Eu não vou me estender sobre isso, porque creio que o ministro Moreira Franco, de maneira muito adequada, mencionou essa questão.

Passo, então, à minha conferência.

Senhoras e senhores, quero falar da minha satisfação em retornar à Câmara dos Deputados para participar de seminário sobre a Defesa do Brasil.

Em fevereiro (2012), recebi o honroso convite para fazer a abertura de um seminário sobre política industrial e tecnológica na área de defesa, promovido pela Frente Parlamentar de Defesa Nacional.

Em março e abril, compareci a audiências públicas no Senado Federal e, em julho, em ato com o presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney – em que também estava presente a deputada Perpétua Almeida –, entreguei à apreciação do Congresso o LBDN e as novas versões da PND e da END.

Agora, graças à iniciativa da CREDN, tenho a oportunidade de debater, aqui, assuntos centrais para o pensamento estratégico, como o atual cenário global, o entorno geoestratégico brasileiro, as relações da defesa com a sociedade e os desafios para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa.

Esse contato estreito e regular que tenho mantido com as duas Casas do Congresso é um reflexo da importância que os temas da defesa alcançaram na agenda política e, de maneira mais ampla, na agenda da opinião pública.

A deputada Perpétua Almeida afirmou com propriedade, em artigo recente, que, hoje, a sociedade brasileira “opina, sugere, critica e participa do debate acerca do modelo de defesa nacional que considera mais apropriado para um país que já é a sexta economia mundial e que atua com elevado protagonismo na cena internacional”.

Eu acrescentaria: esse interesse, manifestado por variados setores sociais, expressa a determinação do povo brasileiro de ser parte ativa na construção de seu destino como nação independente.

Em 1988, o Brasil inscreveu em sua Constituição, sob o signo da soberania popular, as decisões referentes à defesa de sua população, de seu território e de seus interesses. Demonstrou, assim, sua convicção de que democracia e defesa se reforçam mutuamente.

Passado mais um quarto de século desde a redemocratização, esta convicção tem sido corroborada pelos fatos.

A liderança civil das Forças Armadas é hoje uma realidade não contestada. A ela correspondem, com igual naturalidade, a valorização e o respeito do profissionalismo militar.

A altíssima credibilidade de que gozam nossos marinheiros, soldados e aviadores junto à população brasileira – inclusive consignada em estudo do Ipea – dá testemunho disso.

O crescente interesse público por assuntos militares não se confunde, portanto, com militarismo de qualquer natureza.

O envolvimento do conjunto da população no debate sobre as questões vitais da paz e da guerra é da essência da democracia.

Segundo o famoso relato de Tucídides, a Oração Fúnebre, pronunciada por Péricles aos atenienses, no ano 430 antes de Cristo, enunciou a importância capital da tomada de decisões de forma democrática para a condução dos destinos da coletividade.

Péricles assevera que seus concidadãos – mesmo abatidos pelas adversidades na guerra contra Esparta – têm o dever de “decidir as questões públicas por si mesmos, na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação”.

Felizmente, as ações que nos cabem tomar hoje são bastante diversas daquelas que levariam a uma guerra geral e consumiriam a civilização grega.

Vivemos em um tempo de paz e nos beneficiamos dele. Mas as ações que decidirmos tomar para manter a paz e evitar a guerra devem, da mesma forma, ser amadurecidas pelo debate democrático.

A compreensão clara das questões ligadas à nossa política de defesa resultará de um intercâmbio transparente entre governo e Legislativo, entre Estado e sociedade.

Com este propósito, em julho (2012), o governo submeteu à apreciação do Congresso Nacional os três documentos que já foram aqui mencionados: as novas versões da PND e da END, bem como o LBDN. Por meio deles, a sociedade está apta a conhecer, de forma ampla, as capacidades militares do país e os objetivos e desafios da Defesa Nacional.

A política de defesa parte da constatação de que, “após longo período livre de conflitos que tenham afetado diretamente o território e a soberania

nacional, a percepção das ameaças” – de que falava o ministro Moreira Franco – “está desvanecida para muitos brasileiros”.

Por isso, um de seus propósitos “é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira da importância da defesa do país e de que esta é um dever de todos os brasileiros”.

A PND lastreia-se na Constituição Federal (CF) e alinha-se às diretrizes de governo – em particular às diretrizes da política externa brasileira, orientadas pela solução pacífica das controvérsias, pelo fortalecimento da paz e da segurança internacionais, pelo reforço do multilateralismo e pela integração sul-americana (como parte indispensável da integração latino-americana e caribenha como um todo).

A garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial é o mais alto objetivo nacional de defesa elencado pela política.

A END, por sua vez, estabelece as orientações e as formas de alcançar os objetivos de defesa por meio de ações de médio e longo prazo.

Um dos desafios que identifica é o fato de ser “indispensável para as Forças Armadas de um país com as características do nosso, manter, em meio à paz, o impulso de se preparar para o combate e de cultivar, em prol desse preparo, o hábito da transformação”. São palavras da própria estratégia.

O primeiro eixo dessa transformação é a reorganização e a reorientação das Forças Armadas, de modo que estejam preparadas para desempenhar sua missão constitucional de defesa da pátria, no contexto dos riscos e das ameaças do século XXI.

Outro eixo é a organização da indústria nacional de defesa – também aqui referida –, orientada pelo preceito de que a política de defesa é indissociável da política de desenvolvimento.

O documento define três setores estratégicos em que o país deve alcançar autonomia tecnológica, entre outros: o nuclear, o cibernético e o aeroespacial.

Destaco o importante papel do Congresso Nacional na apreciação e execução dessas e de outras ações previstas na estratégia.

Governo e Legislativo deram juntos um grande passo com a Lei nº 12.598, de 2012, que marca um novo tempo para as indústrias estratégicas de defesa. Este exemplo é ilustrativo do fato de que a política de defesa é uma obra coletiva, que só pode ser bem-sucedida se mobilizar os agentes sociais e econômicos do país.

Por sua vez, o Livro Branco divulga e detalha a visão geral do governo na área da defesa. É uma medida concreta que visa à sensibilização do público para a importância da defesa.

Nas palavras da senhora presidenta da República, Dilma Rousseff, no prefácio do livro, “é um convite à reflexão e ao diálogo. Sua leitura indicará, sobretudo, que defesa e democracia formam um círculo virtuoso no novo Brasil que estamos construindo”.

A publicação do Livro Branco, pioneira no Brasil, cumpre, assim, duplo propósito: de um lado, comunica com transparência à sociedade os objetivos traçados para sua defesa, bem como as carências que terão de ser supridas para a sua realização; de outro, sinaliza as estratégias de preservação dos interesses brasileiros, de modo a manter os altos níveis de confiança junto a nossos parceiros no exterior.

O Livro Branco é, ele mesmo, indicador da transformação do lugar ocupado pela defesa na agenda pública no Brasil e da transformação da própria defesa.

A transparência é dimensão fundamental dessa transformação, reforçada pelas medidas práticas para dar plena vigência à Lei de Acesso à Informação, no âmbito do MD.

Ao mesmo tempo que aproxima a população dos assuntos militares, a transformação da Defesa aproxima as Forças Armadas dos anseios da sociedade.

É assim, com enorme satisfação, que registro hoje, aqui neste foro, a promoção da primeira mulher ao posto de Oficial-General das Forças Armadas brasileiras, a Contra-Almirante Dalva Maria Carvalho Mendes. E quero cumprimentar a Marinha do Brasil por este ato.

Suas novíssimas platinas dão um brilho especial às muitas conquistas que as mulheres brasileiras vêm obtendo em nossa sociedade.

O pensamento estratégico brasileiro neste século será desenhado nessa paisagem de democracia. Não será obra de um único autor, seja uma pessoa, seja um grupo social, seja um partido político. Antes, refletirá a pluralidade de atores envolvidos na construção de um futuro soberano para o Brasil, tão bem representados num encontro como este de hoje, aqui.

Para que o pensamento seja verdadeiramente brasileiro – isto é, para que possamos julgar o que é a nossa realidade estratégica e quais são os nossos desafios – será preciso manter desperto o senso crítico a respeito de seu conteúdo.

Assinalar e prever desafios, detectar oportunidades e riscos, analisar tendências e seus potenciais desdobramentos são tarefas que se tornaram comuns na elaboração das reflexões que norteiam a ação estratégica.

Essa é uma preocupação saudável, indispensável mesmo, para a definição da estratégia a ser seguida pelo país – tanto a grande estratégia, que engloba as grandes questões de política externa e defesa, quanto aquela, mais específica, que se insere na primeira, de defesa nacional.

Mas é preciso estar atento: a elaboração dos parâmetros para a construção de cenários e para a definição da ação estratégica não se dá em ambiente politicamente neutro. Não se dá – no que diria talvez Karl Mannheim, para citar aqui um sociólogo, colega e antecessor do nosso ministro – em um ambiente que não esteja impregnado de valores.

Os conceitos empregados e até os métodos utilizados em sua elaboração são, eles próprios, reflexos de posições e interesses dos centros em que são gerados. Nem sempre as visões que emanam de outros centros de pensamento coincidem com a realidade e os desafios geopolíticos que nos são próprios.

Quando falamos, por exemplo, das chamadas “novas ameaças”, somos levados quase intuitivamente a adotar pontos de vista que não são necessariamente os nossos. Nem por isso são elas menos reais. Mas esse conceito e tantos outros devem estar sujeitos à análise crítica, que parta da nossa situação no mundo.

Embutida por vezes em visões inovadoras ou pseudoinovadoras está a ideia de que as “antigas ameaças” deixaram de existir ou passaram a ser irrelevantes. É como se nos fosse dito que as armas atômicas perderam importância à luz dos desafios da guerra assimétrica, envolvendo bandos armados, grupos terroristas ou de narcotraficantes.

É claro que os que sublinham a prevalência desse cenário são, em geral, justamente os possuidores daquelas armas temíveis, capazes de incalculável destruição, ou então seus aliados mais próximos.

A “velha ameaça” das armas atômicas, sim, está aí, ainda que o fim da Guerra Fria e da bipolaridade tenha tornado o seu uso menos provável ou menos iminente. E a assimetria embutida em uma visão que privilegia a não proliferação das armas atômicas em relação ao desarmamento não é menos ameaçadora hoje do que foi no passado.

Da mesma forma, raramente se nota, com a devida atenção, uma nova forma de assimetria, responsável em grande parte pela facilitação do recurso à força armada, que consiste na capacidade de causar dano ao inimigo com um mínimo de risco humano (ao menos imediatamente) para o país que ataca.

Zonas de exclusão aérea, que se transformam em verdadeiras guerras para mudança de regime, e ataques supostamente cirúrgicos com veículos aéreos não tripulados a pessoas ou grupos, mas que acabam atingindo civis inocentes, são parte dessa “nova assimetria”, que, por enquanto, tem merecido pouca atenção dos analistas.

O que quero dizer é que, já na definição dos conceitos básicos e dos métodos de análise que organizarão nosso pensamento estratégico, não podemos perder de vista o nosso lugar no mundo: não só onde estamos, mas de onde viemos e para onde queremos ir.

A discussão dessas condicionantes do pensamento sobre defesa não pode estar completa sem uma indagação sobre as implicações das várias transições em curso da ordem global, das implicações dessas transições, para a Defesa do Brasil.

Há pouca dúvida, entre os que se dedicam a esses temas, de que está em curso uma verdadeira redistribuição do poder mundial.

Costuma-se dar a esse processo, de alcance ainda desconhecido, o nome de multipolaridade, por oposição não só à ordem bipolar vigente na Guerra Fria, mas também à ilusão de que, após o fim desta, a dinâmica das relações internacionais seria pautada exclusivamente pelos interesses da única superpotência remanescente.

É preciso reconhecer, neste ponto, que a concentração de poder, especialmente militar, ainda é uma realidade inegável – e fonte de desestabilização no sistema internacional.

Mas a persistência de áreas ou setores onde aquilo que eu, em outra ocasião, chamei de “desequilíbrio unipolar” ainda predomina, não impediu que se processassem, desde o começo da década de 1990, portanto, logo em seguida à queda do Muro de Berlim, alterações expressivas na ordem global.

A Europa e o Japão, sobretudo do ponto de vista econômico, já se afiguravam como polos contrastantes à concentração hegemônica de poder.

Não é insignificante o fato de que tenha sido uma nação europeia – a França – a primeira a enfatizar a multipolaridade como princípio organizador da ordem mundial.

Rússia e China sempre trataram de deixar claro que não aceitariam complacientemente uma unipolaridade político-militar, ainda que revestida de contornos normativos mais brandos.

Isso ficou claro nas discussões iniciadas nos anos 1990 e tomaria forma nas décadas seguintes, com a oposição ao sistema de defesa antimísseis – a chamada “Guerra nas Estrelas” – que neutralizaria o efeito dissuasório das armas nucleares e dos mísseis balísticos intercontinentais.

Associações de Estados também contribuíram para mitigar a preponderância de uma única potência.

A maioria delas assumiu uma dimensão regional, com ênfase em aspectos econômicos, mas com indiscutíveis implicações políticas.

A União Europeia – em que pesem as dificuldades do momento, assinaladas aqui pela nossa presidenta – é, talvez, o exemplo mais notável dessas associações.

Mesmo aqui, na América do Sul, demos passos importantes, com a preservação (sempre difícil) do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Em 2003, um fato novo ocorreu: três grandes países em desenvolvimento e democráticos do Sul, Índia, Brasil e África do Sul, juntavam-se em um foro de diálogo, o Ibas, voltado para a busca de soluções a desafios internos e externos semelhantes.

Três anos mais tarde, em 2006, começaria a tomar forma outro grupo político que, aos três países do Ibas, se associariam China e Rússia.

Percebam que Ibas e BRIC (acrônimo de Brasil, Rússia, Índia e China)¹ tornaram-se símbolos, ainda que talvez embrionários, das novas perspectivas abertas pela incipiente multipolaridade.

Muitos fatores contribuíram para a projeção internacional do Brasil, que hoje nem os espíritos mais céticos ousam negar.

Somos uma democracia consolidada, que foi capaz de conjugar estabilidade macroeconômica a crescimento.

Realizamos inclusão social em larga escala, segundo um modelo que tem servido de inspiração a muitos outros países.

Pusemos em marcha políticas que retiraram dezenas de milhões de pessoas da pobreza e alçamos a sexta posição entre as maiores economias do mundo.

O fortalecimento do papel do Brasil no mundo suscita a reflexão sobre o tipo de ordem global mais conducente à nossa segurança e à nossa prosperidade.

Desde logo, cumpre recordar uma valiosa advertência constante da PND: “É imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não enfrente antagonismos ao perseguir seus legítimos interesses”. Torna-se imperioso considerar cenários em que se acirre o antagonismo externo à realização do nosso imenso potencial político, econômico e cultural.

1. Em abril de 2011, foi formalizada a entrada da África do Sul no BRIC, formando então o BRICS.

Vislumbra-se aqui, com nitidez, a razão pela qual mesmo um país pacífico como o nosso deve respaldar sua estatura internacional com capacidades adequadas de defesa.

Conhecemos, por experiência histórica recente, os riscos que acompanham a organização das relações internacionais em ordem unipolar ou bipolar.

Trabalhamos, portanto, para o fortalecimento da multipolaridade, que, em tese, reduz as vulnerabilidades e aumenta as margens de liberdade para a ação externa do Brasil.

Há indícios de uma desconcentração do poder mundial, que conduziria a essa multipolaridade.

Mas tal desconcentração não se tem feito acompanhar, ou se tem feito acompanhar de maneira insuficiente, da observância das regras universais (ou multilaterais) de conduta inscrita na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, nada garante que essa desconcentração ocorra de forma pacífica.

Uma rápida passada d'olhos no panorama da segurança internacional ajuda a dimensionar os desafios para que uma multipolaridade orgânica – isto é, baseada em normas de ampla aceitação – lance raízes no campo das relações internacionais. Ou, para dizê-lo de outra forma, para que a cooperação prevaleça sobre o conflito.

Aprofunda-se, por exemplo, como já assinali, a assimetria na aplicação do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), quase exclusivamente dirigida aos esforços de não proliferação (Artigos 1^o, 2^o e 3^o), em detrimento dos objetivos igualmente fundamentais de promoção dos usos pacíficos da energia nuclear (Artigo 4^o) e de abertura de negociações “em boa fé” – e sublinho aqui “em boa fé” – rumo ao desarmamento nuclear (Artigo 6^o).

Quando lançamos vistas sobre o órgão com a responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais, o Conselho de Segurança da ONU, o panorama desses desequilíbrios se agrava ainda mais.

A última década assistiu a mais de uma situação em que ações armadas ocorreram à revelia da vontade do conselho. A invasão do Iraque foi um caso patente.

Há que se notar também a evidente extrapolação do mandato conferido por aquele órgão no caso da Líbia.

O desrespeito às regras de conduta multilaterais determinadas pela Carta das Nações Unidas é uma fonte de instabilidade no sistema internacional, com implicações para a segurança de nosso país.

Debilitada a âncora multilateral que disciplina o emprego da violência, o sistema internacional corre sério risco de ver-se à deriva – se o almirante me permite aqui uma imagem náutica. Não custa insistir, o Brasil beneficia-se da paz.

Apenas um conselho de segurança reformado em seus métodos de trabalho e na composição de seus membros permanentes poderá lidar eficazmente com os desafios da segurança internacional.

Disputas entre as grandes potências são – e sempre serão – parte integrante da realidade internacional. A possibilidade de que possam assumir a natureza de um conflito militar é o que nos preocupa, e essa possibilidade não pode ser descartada.

A escassez de alimentos e de energia, assim como a deterioração das condições ambientais ou a busca por recursos como a água doce ou a biodiversidade, pode se constituir em pontos de fissura nas placas tectônicas da ordem global.

Do nosso ponto de vista, esse quadro hipotético agrava-se quando se leva em conta ser o Brasil dotado de abundantes reservas justamente desses recursos.

Acompanhamos com atenção a evolução dos padrões de interação no espaço cibernético, preparando-nos para a defesa de nosso patrimônio contra ataques provenientes de variados tipos de atores.

Certamente pode-se dizer que outro tipo de guerra – a guerra cibernética – já teve início, como evidenciado, entre outros fatores, pelo emprego de armamentos digitais ofensivos em conhecida operação de contraproliferação.

Recentemente, uma revista francesa publicou que o mesmo vírus utilizado nessas operações de contraproliferação penetrou no gabinete do ex-primeiro-ministro francês Nicolas Sarkozy.

Essa nova forma de conflito coloca desafios inéditos no plano da defesa. Por isso temos procurado apoiar com intensidade e também com os recursos orçamentários que se fazem necessários o centro que se dedica a esse tema.

Outras situações, de desfecho igualmente incerto, como a ocorrência do narcotráfico, associado ao terrorismo e à pirataria marítima, ou ainda as crescentes tensões em países da África Ocidental, como Guiné-Bissau e Mali, constituem motivo de preocupação.

Além dos problemas intrínsecos dessas situações, existe o risco de se trazerem para região de nosso interesse estratégico – o Atlântico Sul – organizações militares criadas com outros propósitos ou visando a outros inimigos ou adversários.

Em todos esses casos, o Brasil busca ou buscará desempenhar o papel que lhe corresponde por meio dos instrumentos diplomáticos. Mas os riscos associados às novas ameaças ou à “velha ameaça” de ruptura da paz exigem, da parte do Brasil, medidas preventivas. Não me canso de dizer: ser país pacífico não é sinônimo de estar desarmado.

A dissuasão é a estratégia primária da política de defesa brasileira. E defesa, volto a repetir, não se delega.

O objetivo da política de defesa e da dissuasão é, por meio da posse de adequadas capacidades militares, evitar agressões ao patrimônio brasileiro ou ações que afetem, ainda que indiretamente, os interesses nacionais.

O desenvolvimento da capacidade dissuasória orienta-se pelos preceitos da END.

Necessitamos de submarinos (de propulsão convencional e nuclear) e de navios de superfície capazes de negar o uso de nossos mares a potenciais adversários.

A Força Naval deve fortalecer suas capacidades de controle das águas marítimas e interiores e de projeção de poder.

A criação de uma Segunda Esquadra e a previsão, já agora, de construção, em estaleiro nacional, do próximo navio aeródromo brasileiro, entre muitos outros, deverão ser vislumbradas no horizonte de nossa ação.

Necessitamos de um Exército com flexibilidade e elasticidade para cumprir seus imperativos de monitoramento/control e atuação e presença em todo o território nacional.

Para isso, serão necessários os melhores recursos humanos, amparados em sólida base logística; instrumentos de comando e controle e comunicação de ponta e modernos meios de mobilidade.

A transformação da Força Terrestre estará pautada pela evolução da era industrial para a era do conhecimento.

Necessitamos de meios adequados para exercer a vigilância e o controle do espaço aéreo.

Devemos realizar plenamente nosso potencial aeroestratégico. Para isso, devemos renovar nossa frota com aeronaves de combate, mas também com aviões de transporte em número suficiente e com múltiplos sistemas e plataformas de monitoramento, além de avançados sistemas de armas.

Um roteiro amplo dessas iniciativas de rearticulação e reorientação das Forças Armadas será fornecido pelo Plano de Articulação e Equipamento da Defesa, que nós, lá no Ministério, já chamamos, com intimidade, o PAED, em fase de conclusão no MD.

Mas até para demonstrar os nossos desejos de transparência, os delineamentos gerais do PAED, ainda que meramente indicativos, já constam do Livro Branco.

A única coisa que eu advirto é que os valores que estão ali – existe uma nota dizendo isso, mas eu volto a advertir – são as necessidades identificadas. Evidentemente, isso, depois, terá de se traduzir por um processo lento, e não simples, como sabem todos os presentes, em programas orçamentários.

A avaliação das perspectivas de modernização e transformação é realizada pelos comandos militares, com a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o (EMCFA), órgão da estrutura do MD.

Além de desenvolver a doutrina de interoperabilidade entre as Forças e conduzir exercícios como as operações Amazônia 2012 – a que assisti há cerca de dois ou três meses – e Atlântico III, sobre a qual tive uma exposição ainda ontem, cabe ao EMCFA conduzir a Operação Ágata, que é uma operação de prevenção e repressão a ilícitos transfronteiriços inserida no Plano Estratégico de Defesa estabelecido pela senhora presidenta da República Dilma Rousseff, em junho de 2011.

O EMCFA tem aprofundado estudos relativos à recomposição da capacidade das nossas Forças. Para citar um exemplo, menciono a defesa antiaérea brasileira, carência sentida em todas as frentes da nossa defesa.

O concurso do Congresso Nacional será imprescindível, como já foi, aliás, amplamente assinalado aqui, para implementação dos projetos de incremento da capacidade dissuasória brasileira.

No que se refere aos setores que a estratégia nacional define como essenciais, destaco a recente aprovação da Lei nº 12.706, que cria a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul), empresa responsável, na Marinha, pelos projetos da área nuclear.

No mesmo sentido, saliento a importância do fortalecimento, aqui já mencionado, do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) que se situa no Exército.

O apoio a projetos, como o veículo lançador de microssatélites, parte do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), impulsiona a capacidade em comunicações e em sensoriamento remoto, ou melhor, veículo lançador de satélites e, inclusive, microssatélites.

Também a variável-chave, como, aliás, foi tão bem assinalada em todos esses projetos, é a previsibilidade e a continuidade dos recursos. Onde está envolvida a transferência de tecnologia estrangeira, por vezes é necessário o desenvolvimento da apropriada capacidade de absorção, inclusive por parte do empresariado, mas também de instituições do governo. Isso constitui fator decisivo.

Nós falamos muito de transferência de tecnologia, mas ela não se dá por passe de mágica.

Boas cláusulas contratuais são indispensáveis, mas não são em si mesmas suficientes para que a decantada e desejada transferência de tecnologia realmente ocorra. Para isso, o reforço das instâncias governamentais e também empresariais que acompanham os grandes projetos do MD é essencial. E destaco aqui o papel particular da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD).

A estratégia dissuasória se complementa com a estratégia de cooperação, sobretudo na América do Sul. Nas relações com os nossos vizinhos, o interesse brasileiro é servido por medidas de apoio a outros países que revertem em benefício para nós mesmos a médio e longo prazo.

A incompreensão, por vezes suscitada por essa lógica da cooperação, não encontra amparo no pensamento do patrono da diplomacia brasileira. E eu me permito aqui citá-lo não só como uma homenagem ao meu próprio passado de trabalho no Itamaraty, mas também ao culto que as nossas Forças Armadas prestam ao Barão do Rio Branco.

Para os que não sabem – eu já citei isso algumas vezes –, na Escola Superior de Guerra (ESG) encontramos, à entrada, o busto dos três patronos de cada uma das Forças e também o busto do Barão do Rio Branco. E na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), quem entra no salão nobre da biblioteca, vê de um lado, do lado direito, a figura do pacificador Duque de Caxias, e, do lado esquerdo, a do Barão do Rio Branco. Não haveria, talvez, símbolo mais evidente da importância que nós atribuímos, todos nós da área de defesa, à diplomacia.

Mas o próprio Barão não ignorava certas realidades. E, há 103 anos, advertia que o Brasil sempre havia suscitado na América – ele chamava de América Espanhola, hoje em dia teríamos que usar outro nome – grandes preconceitos e desconfianças, que, pela nossa parte, procuramos ir modificando, pela cordura e pela longanimidade – fim da citação. Em outras palavras, o Barão advogava, com lucidez de estadista, uma atitude de bom senso e generosidade para com nossos vizinhos. Isso é especialmente válido na área da defesa.

O Brasil, um dos países com maior número de vizinhos no mundo, mantém com todos eles uma paz centenária, podendo evitar, com isso,

o dispêndio de recursos e energia em conflitos fronteiriços. Eu costumo dizer que, quando se trata de América do Sul, a melhor dissuasão é a cooperação.

O entorno estratégico do Brasil, foco prioritário da lógica da cooperação, é composto, de um lado, pela América do Sul, tocando a Antártida; e de outro, pelo Atlântico Sul, estendendo-se até a orla ocidental da África. Na América do Sul, a colaboração em defesa assume formas bilaterais e multilaterais. Um exemplo recente de cooperação bilateral, entre muitos que poderia citar, foi a doação de quatro helicópteros H1H do Brasil para a Bolívia, devidamente autorizada pelo Congresso Nacional – há muitos outros, mas cito esse –, reforçando a capacidade boliviana de combate à criminalidade e ao tráfico de drogas transfronteiriços. O Brasil não só ajudou nosso vizinho, mas atendeu a seu próprio interesse de prevenir e reprimir os delitos na faixa limdeira.

Cooperar com os nossos vizinhos não é, portanto, um gesto de altruísmo gratuito. É uma maneira de consolidar relações pacíficas e fortalecer nossa influência, exercida de forma sempre respeitosa.

No plano da cooperação multilateral regional, destaca-se o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), que tem por objetivo prevenir crises, promover a transparência e criar confiança entre os Estados da América do Sul. Seu raio de ação envolve deliberação sobre normas de conduta dos Estados da América do Sul em temas de segurança e iniciativas referentes à integração das cadeias produtivas de defesa na nossa América do Sul.

Assinalo uma iniciativa realizada recentemente no âmbito do CDS – a meu ver, muito significativa: o Curso Avançado de Defesa Sul-Americana, ministrado para funcionários civis e militares de defesa da América do Sul, na ESG, no Rio de Janeiro. Este curso é parte da agenda do CDS para criar uma identidade de defesa na América do Sul, uma identidade que naturalmente respeite a pluralidade de visões. Juntamente com outras iniciativas, como o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), que tem sede em Buenos Aires, o Curso Avançado de Defesa aponta para a criação, em médio prazo, de forma pragmática e flexível – e, em minha opinião, até descentralizada –, de um colégio sul-americano de defesa.

A coordenação entre os países sul-americanos, em todos os níveis da defesa, terá implicações positivas para a segurança da região.

Terá também efeito dissuasório, desencorajando possíveis ações hostis de atores extrarregionais. Na América do Sul, repito, a cooperação é a melhor dissuasão.

O desafio da segurança marítima é tão grande quanto o da segurança terrestre ou aérea. No Atlântico Sul, a cooperação multilateral tem um de seus pilares na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a Zopacas. Criada por resolução da Assembleia da ONU, a Zopacas congrega os 3 países sul-americanos ribeirinhos do Atlântico Sul e os 21 países africanos da orla desse oceano. A cooperação se vale, também, dos laços criados no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Bilateralmente, nossa relação com países africanos, na área de defesa, tem florescido. O caso paradigmático é o da Namíbia, cuja força naval foi formada pela Marinha do Brasil e que, pode-se até dizer, adotou o português como segunda língua. Há poucas semanas, recebi o ministro da Defesa da Namíbia e verificamos as muitas oportunidades que temos ainda a explorar na nossa relação.

Com Angola, temos o desafio de dar densidade, na área de defesa, à parceria estratégica já existente na área política. Na África ocidental, temos tido contatos estreitos com Cabo Verde, com iniciativas de capacitação na área naval, também na área de patrulha aérea e até na área do Exército, sobretudo no que diz respeito à manutenção da ordem – no nosso caso, dentro dos limites estritos da Constituição.

O navio-patrulha Oceânico Amazonas, adquirido há pouco no Reino Unido, fez de sua viagem de vinda ao Brasil um instrumento de promoção da amizade Brasil-África. Visitou vários países, e o interesse despertado foi tanto, que já recebemos manifestações de outros tantos para a busca de cooperação conosco. A programação da viagem de vinda do próximo navio-patrulha incluirá, portanto, esses destinos.

Para além do nosso entorno regional, a cooperação em defesa aprofunda associações tradicionais e explora parcerias inovadoras. Seria muito longo falar de todas as tradicionais e mesmo de algumas inovadoras que já têm dado alguns frutos, mas, apenas para mencionar alguns resultados recentes, ressalto os resultados da aproximação com países da África e da Ásia, que incluem, entre outras coisas, vendas como o sistema de lançamento de foguetes Astros

para a Malásia e a Indonésia, e o avião de ataque leve Supertucano para a Indonésia, Mauritânia e Burkina-Faso, entre muitos.

Em parte, graças à aproximação propiciada pelo Ibas, mantemos cooperação inovadora com a África do Sul, na área de mísseis *ar-ar*; e com a Índia, na área de aviões-radar. Trilateralmente, esses países acabam de realizar mais um exercício conjunto entre Marinhas, a manobra Ibsamar, que já começa a despertar a atenção e o interesse de outros países, inclusive grandes potências.

Finalmente, eu gostaria de citar a cooperação muito significativa, por meio de operações de manutenção da paz, das Nações Unidas. O Brasil incumbe-se, hoje, de posições-chave em vários teatros de operação. No Haiti, exerce o comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), para a qual contribui com cerca de 1.200 homens e mulheres do Exército, da Marinha – os fuzileiros – e da Aeronáutica. No Líbano, exerce o comando do contingente marítimo da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), a cuja força-tarefa naval cedeu a fragata Liberal.

De par com o fortalecimento de sua capacidade dissuasória, a ampliação da pauta de cooperação em defesa do Brasil contribui diretamente para a consecução dos objetivos maiores da política de defesa.

País democrático, que cresce economicamente e inclui socialmente, o Brasil elevou sua estatura internacional como uma força de paz, mas há hoje crescente compreensão de que uma política externa independente necessita do respaldo de uma política de defesa robusta. Pela dissuasão e pela cooperação, a defesa contribui para relações exteriores voltadas para a paz e a prosperidade. Essa complementaridade está na base do que a END – em apreciação nesta Casa pelas senhoras e senhores parlamentares – anuncia como grande estratégia de inserção internacional do Brasil.

Em um mundo que segue perigosamente distante dos princípios que devem reger a conduta dos Estados, é tempo de nos compenetrar das exigências estratégicas impostas pela nossa nova posição no mundo.

Desculpem-me a extensão.

Muito obrigado.

Leonardo Gadelha – Senhores representantes do corpo diplomático, autoridades dos três Poderes da República, colegas parlamentares, senhoras e senhores, em nome da CREDN, saúdo a todos que vieram prestigiar este momento especial, que nos convida à reflexão sobre os principais aspectos relacionados à estratégia de defesa nacional, tema muito apropriado e bem-vindo, em um momento em que se registra um aumento do protagonismo brasileiro no cenário internacional.

Aproveito esta oportunidade para destacar mais uma bem-sucedida parceria da CREDN com o Ipea.

AS GRANDES TENDÊNCIAS NO CENÁRIO ESTRATÉGICO GLOBAL: REPERCUSSÕES PARA O BRASIL

Expositores

André Roberto Martin*

Alfredo Jalife-Rahme**

Roberto Carvalho***

Coordenador

Leonardo Gadelha****

Perpétua Almeida – Senhoras e senhores, vamos dar continuidade aos trabalhos. Peço a todos que tomem assento. Eu gostaria de chamar o deputado Leonardo Gadelha, que vai coordenar os trabalhos desta mesa. Convido S. Exa. a tomar assento à mesa e fazer o chamamento dos nossos convidados.

Leonardo Gadelha – Muito boa tarde a todos. Devido à premência de tempo, procederei imediatamente à convocação dos nossos palestrantes.

Convido para compor a mesa o professor André Martin, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP); o professor Alfredo Jalife-Rahme, diretor do Centro de Estudos Geoestratégicos da Universidade Autônoma Metropolitana do México e colunista do *La jornada*; e, por fim, o major-brigadeiro Roberto Carvalho, subchefe de Inteligência Estratégica do Ministério da Defesa (MD). Senhores representantes do corpo diplomático, autoridades dos três poderes da República, colegas parlamentares, senhoras e senhores, em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), saúdo a todos que vieram prestigiar este momento especial, que nos convida à reflexão sobre os principais aspectos relacionados à estratégia

* Professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP).

** Professor da Universidade Autônoma Metropolitana, do México.

*** Major-brigadeiro, subchefe de Inteligência Estratégica do Ministério da Defesa.

**** Deputado do Partido Social Cristão do estado da Paraíba (PSC/PB).

de defesa nacional, tema muito apropriado e bem-vindo, em um momento em que se registra um aumento do protagonismo brasileiro no cenário internacional.

Aproveito esta oportunidade para destacar mais uma bem-sucedida parceria da CREDN com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – que nos brindam com este importante evento.

Gostaria de consignar a presença, entre nós, do presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), Senhor Manuel Domingos Neto.

Apresento explanação acerca do *modus operandi* do nosso encontro. Esclareço que cada um dos ilustres convidados disporá de vinte minutos para proferir a sua fala e, ao final das apresentações, será franqueada ao público a apresentação de perguntas por escrito, que, em razão do prazo exíguo, serão selecionadas e respondidas de acordo com a disponibilidade.

Informo, ainda, que é possível assistir a este seminário e dele participar por meio do portal *e-Democracia* da Câmara dos Deputados, cujo endereço é <www.edemocracia.leg.br>, que está transmitindo este evento em tempo real.

Ato contínuo, gostaria de passar a palavra ao professor André Martin.

André Roberto Martin – Gostaria de dizer, inicialmente, que é uma grande honra estar neste plenário e ter a oportunidade de me dirigir à parcela significativa da sociedade nacional, que tem nas questões de defesa a sua preocupação.

Vou procurar fazer uma exposição relativamente breve, tentando ressaltar alguns pontos que me parecem ser os mais interessantes, para que possamos, em seguida, desencadear um debate.

Creio que é função precípua dos intelectuais trazer os problemas que muitas vezes são mais difíceis de ser detectados em fóruns que contenham exclusivamente um dos segmentos relacionados à defesa. Os diplomatas obviamente têm a sua disciplina própria, as responsabilidades da função, portanto, de alguma maneira estão prisioneiros de uma política de Estado definida. Com isso, obviamente, têm um espaço de liberdade um pouco menor do que o do intelectual. Quem está na universidade não tem tantos compromissos quanto os militares, os diplomatas e também os senhores

deputados, que precisam conquistar votos e, conseqüentemente, têm um problema em relação ao enfrentamento das questões de defesa, porque sabemos que não é muito popular defender gastos públicos em orçamento militar. É sempre mais fácil defender gastos em saúde e educação.

O que as pessoas não levam em conta, muitas vezes, é que as Forças Armadas também exercem um papel importante na educação do nosso povo. Finalmente, parece que a sociedade brasileira está chegando a um momento de maturidade, em que já é possível perceber um consenso no sentido de se entender que os temas da defesa, da diplomacia e do desenvolvimento estão intimamente relacionados. O ministro Celso Amorim já disse isso aqui.

De fato, no laboratório de Geografia Política da USP, do qual eu faço parte – e vários alunos que estão aqui presentes –, nós temos uma reflexão específica, uma preocupação notadamente com a geopolítica brasileira e com a tentativa de renovar o pensamento geopolítico brasileiro, que, parece, ficou estancado nos anos 1970, com o pensamento golberiano dominante. De lá para cá, entendo que o país vive uma espécie de vazío geoestratégico. Nós tínhamos, com clareza, uma abordagem golberiana da geoestratégia, da geopolítica brasileira, do planejamento. Depois disso, a democracia trouxe certamente inovações importantes na abordagem dos temas da segurança. Hoje, é possível, como já foi dito aqui, que essas questões sejam mais debatidas pela sociedade.

No entanto, o Brasil ainda se ressentido de uma série de debilidades, e é sobre elas que vou procurar concentrar minha exposição. Acho que é mais interessante tentar apontar algumas debilidades e os eventuais caminhos para superá-las de modo que estratégia, política externa e política industrial sejam tratadas de forma integrada.

Hoje, os grandes problemas brasileiros estão ligados ao problema da soberania. O que se costuma comentar na imprensa, como grandes problemas que o Brasil vem enfrentando nessa atual quadra do seu desenvolvimento é, em primeiro lugar, uma expectativa de crescimento econômico que não se realiza plenamente.

Então, o produto interno bruto (PIB) cresce, mas cresce menos do que gostaríamos. O crescimento pequeno do PIB é um problema.

Reprimerização da pauta de exportações brasileira é outro problema que vem sendo largamente discutido em nosso país. Finalmente, o chamado Custo Brasil, os gargalos na nossa infraestrutura, é outro tema bastante explorado na nossa imprensa econômica.

O que normalmente não se faz é relacionar esses problemas com a questão estratégica nacional. De modo que eu, aqui, começo a colocar como primeira ideia forte a hipótese de que o problema estrutural do nosso país, no que concerne à questão da defesa nacional, hoje, diz respeito ao fato de, na maioria da nossa sociedade, estarmos convencidos de que as potencialidades brasileiras são maiores do que a realidade da parcela do poder mundial de que o país dispõe.

Somos orgulhosos em olhar o mapa-múndi e ver como o território brasileiro se destaca. Conhecemos as potencialidades nacionais das riquezas naturais do nosso solo, também das qualidades do nosso povo, miscigenado e tão criativo, com uma juventude vibrante, interessada em melhorar suas condições de vida. Reconhecemos quase consensualmente na nossa sociedade que as potencialidades brasileiras ainda não foram suficientemente exploradas.

No entanto – e aí começa um problema –, percebo que as aspirações nacionais estão aquém das potencialidades. Quer dizer, as nossas elites ainda não foram capazes de configurar um projeto nacional, em que as aspirações de poder estejam relacionadas às nossas potencialidades, sobretudo geopolíticas.

Menciono este *deficit* de aspiração, quando, por exemplo, comenta-se muito frequentemente que o cenário geoestratégico brasileiro deve se circunscrever à América do Sul. Isso é uma ideia que vem sendo bastante divulgada. Portanto, as nossas circunstâncias seriam a América do Sul e o nosso âmbito ficaria um pouco restrito a ela.

Ora, é só olharmos a esplanada que temos no Atlântico e o tamanho do país para perceber que a nossa potencialidade, como capacidade de projetar um poder mundial, é superior a uma eventual liderança sub-regional sul-americana ou mesmo latino-americana.

Aonde queremos chegar? No *ranking* das principais potências mundiais, qual é o lugar em que o Brasil quer permanecer? Onde ele se sente mais à vontade? Lembro que o saudoso deputado Ulysses Guimarães dizia que o

Brasil possuía a quarta geografia do mundo, mas estava longe de ser a quarta potência do mundo.

Recordo que quando o Regime de 1964 chegou ao poder e estabeleceu um projeto de desenvolvimento nacional de longo prazo para retirar o Brasil de uma condição de subdesenvolvimento, esse projeto, com todos os problemas que sabemos que continha, retirou o Brasil da 48ª colocação no *ranking* mundial, em termos de PIB; e quando se encerra o ciclo militar no Brasil, em 1985, o Brasil estava na sétima colocação em relação a esse quesito; depois, veio a crise dos anos 1980, a paralisia dos anos 1990, e o país, depois do período Fernando Henrique, caiu para a 15ª colocação. É inegável que houve uma recuperação, e agora estamos na sexta colocação.

Mas aonde queremos chegar, em termos de PIB? É evidente que Estados Unidos e China estão muito à nossa frente. Não é o caso de os perseguirmos, não é? Mas, no que concerne às outras nações, às outras potências, como Alemanha e Japão, bem, nesse caso, temos não apenas população superior às desses dois países como, ainda por cima, temos condições históricas muito favoráveis para, justamente, desenvolvermos o vetor militar, coisa que, para alemães e japoneses, como todo mundo sabe, não é tão simples.

Ora, eis, portanto, uma primeira solução para um problema brasileiro, ou seja, projetar o nosso poder militar para além da nossa posição. Qual a posição do Brasil em termos de potência militar? Orgulhamo-nos de ser o sexto PIB, mas, em termos de poderio militar, onde estamos? Esse é um ponto a se pensar.

Ora, se estou correto, e as potencialidades brasileiras são maiores do que as aspirações, a conclusão é que as aspirações, ainda que tímidas, são superiores aos meios de que o país dispõe para atingi-las. Vejam, no caso das aspirações, uma delas, no que concerne ao poder mundial, está bem estabelecida. O Brasil anseia se tornar uma potência com assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), mas não dispõe de um plano claro para alcançar esse objetivo. A questão, por exemplo, se vamos ou não desenvolver um aparato de dissuasão nuclear — todas as potências que têm assento no Conselho de Segurança são potências nucleares — é alguma coisa que entrava esse debate.

E, de outra parte, sabemos também que, do ponto de vista ideológico, o Brasil carece de uma definição mais clara, de um projeto mais claro de nação. Essa me parece ser a questão crucial, do ponto de vista das nossas debilidades. Vejam: a Venezuela é um país com muito menos recurso do que o Brasil. No entanto, já de algum tempo o seu governo vem apontando, numa certa direção, um projeto nacional de desenvolvimento apoiado na ideologia que eles denominam bolivarianismo. Independentemente de apoios e críticas que se possam fazer ao que significa o bolivarianismo e o socialismo no século XXI, bem, a Venezuela possui um discurso ideológico que vai para além de suas fronteiras, que é persuasivo para outras nações que também compartilharam a presença de Bolívar e o ideal do bolivarianismo.

Qual é a ideologia do Brasil? Essa me parece ser a grande questão para a nossa nação neste momento. E venho, há bastante tempo, propondo que abracemos um rótulo que significa, em minha opinião, muito para o Brasil e para a paz mundial nos próximos anos, o que eu tenho chamado de ideologia meridionalista. Nós somos um país do Hemisfério Sul, o maior país do Hemisfério Sul em extensão. Nós somos a nação mais desenvolvida, com maiores potenciais do Hemisfério Sul. A única nação do Hemisfério Sul que pode emparelhar com o Brasil, e eventualmente superá-lo em alguns aspectos, é a Índia.

Muito bem. Chegamos ao que seria a tal da perspectiva meridionalista. O que quer dizer isso? A defesa do Hemisfério Sul. É essa a ideia, quer dizer, nenhuma potência consegue se projetar se não tiver uma ideologia generosa que possa ser aproveitada por outras nações. Recordo, por exemplo, que os franceses, no período de Richelieu, tinham, na ideia do equilíbrio do poder, *la razón de Estado*. Uma ideologia potencialmente universalista, no sentido de que os Estados, para existir, para justificar sua existência, têm que ter alguma razão de ser. E essa razão não pode ser egoísta, apenas no sentido da sua própria defesa como individualidade nacional; seus objetivos devem ser compartilhados por outras nações. Ora, onde nos colocamos? No Hemisfério Sul. E o cenário atual nos coloca esse problema, porque justamente temos uma grande dificuldade de reconhecer a nossa projeção meridional como potência do sul. Estamos mais habituados a nos pensarmos como parte do Ocidente. Vejam que, embora, obviamente, sejamos herdeiros da cultura ocidental europeia, o nosso país é bem diferente dos países ocidentais, *stricto sensu*. As presenças ameríndia e africana em nossa população não

nos permitem equiparar o nosso país à América do Norte e à Europa. Se eu estou correto, o problema atual é que a crise mundial aponta para o Pacífico, como um futuro centro geoeconômico mundial, o que, mais uma vez na história, colocará o Brasil numa condição periférica. Isso é bom ou é ruim? Ruim para os negócios, bom para a defesa.

Finalmente, a ideia de que não temos um discurso pós-golberiano. Bem, a perspectiva meridionalista tem os seus antecedentes históricos e que radicam em Portugal. A própria formação em Portugal orientou a construção do Estado territorial português na direção Sul. Foi a diretriz geopolítica fundamental dos senhores do Minho, no sentido de lutarem contra os mouros, indo diretamente na direção Sul, a de menor resistência, como fica perceptível.

Os senhores do Minho foram em direção ao Sul e conseguiram a independência de Portugal muito antes dos castelhanos, que faziam uma varredura Leste-Oeste para expulsar os árabes da Península Ibérica. Ora, essa diretriz meridionalista de Portugal foi responsável pela individualidade do Estado português. Em seguida, quando chegaram ao Extremo Sul, em Sagres, trocaram o cavalo pelo barco e passaram a continuar na perspectiva do Sul, da busca do Sul. O Sul é uma invenção portuguesa. O Atlântico foi dividido. Como se divide a água? Ora, os portugueses dividiram as águas do Atlântico porque lhes interessava o caminho do Sul, a aposta que os portugueses fizeram para chegar mais rápido nas Índias. E tiveram sucesso.

Pois bem, o Brasil precisa, neste momento da sua história, construir uma ideologia que possa servir como uma bússola de orientação para a sua política exterior. No atual momento, existem apenas duas grandes ideologias territoriais no planeta ou, como chamo, geoideologias. A geoideologia ocidentalista é muito conhecida. O atlantismo, defensor dos valores burgueses, do individualismo, do comércio, da paz pelo comércio, representa exatamente as potências marítimas que, desde Portugal e depois passando pela Inglaterra e alcançando os Estados Unidos, sempre procuram ter exatamente no mar e no comércio interoceânico a sua fonte de poder. Essa ideologia atlantista é dominante. E, sem dúvida, os Estados Unidos são os grandes difusores da ideologia atlantista.

A outra ideologia, a outra geoideologia que existe, é o eurasianismo. O eurasianismo hoje se reestrutura, sobretudo com foco na Rússia, tentando recuperar um espaço que foi, até muito pouco tempo atrás, de influência russa em todo o Leste Europeu com base no soviétismo, no bolchevismo. Sem o pan-eslavismo e sem o bolchevismo, o que resta à Rússia? O eurasianismo é uma ideologia que tenta englobar todo um enorme conjunto de valores comuns, que diferem dos valores do atlantismo. Essas sociedades terrestres, telúricas, apoiadas na agricultura, no campesinato, são sociedades que desenvolvem um espírito guerreiro, porque têm muitas fronteiras terrestres a defender. O eurasianismo coletivista, comunitarista, não democrático, é a grande oposição histórica ao atlantismo.

Bem, até há pouco tempo, isso ficou refletido na Guerra Fria, mas esta oposição é mais antiga do que a Guerra Fria. Quando essa oposição geopolítica alcançou também uma dimensão ideológica, como nós sabemos, o mundo ficou muito polarizado por essa divisão. Desde que a União Soviética desapareceu como ator geopolítico, a Rússia tenta resgatar o antigo poder, ou pelo menos, preservar alguns excedentes de poder que ela já possuiu, e retoma a sua perspectiva de potência líder, a partir dessa ideia do eurasianismo, que é a defesa justamente das sociedades tradicionais, das religiões, da coletividade contra o individualismo e o consumismo materialista do Ocidente.

E nós, no Sul? Nós, no Sul, não temos alternativas, parece-me. É a primeira vez que os senhores ouvem falar do mapa-múndi com essa projeção meridionalista, porque normalmente estamos acostumados a ver a projeção de Mercator, com aquelas distorções famosas ou com a Europa ou com os Estados Unidos no centro. É a visão ocidentalista clássica, ou, então, que foi a grande revolução do Mackinder, uma visão asiocêntrica, quando Mackinder percebeu que a Europa, na verdade, era pequena e marginal em relação ao grande bloco eurasiático. Quando Mackinder faz a sua projeção, ele pega o mapa-múndi de Mercator e, para poder verificar como está a divisão entre potência marítima e potência continental no Hemisfério Norte, executa uma distorção e consegue, portanto, com uma projeção azimutal, observar que o Ártico, até então desprezado, era uma fronteira entre o poder terrestre e o poder marítimo.

Pois bem, está projetado todo o século XX, do ponto de vista estratégico. Só que isso produz para nós, do Sul, uma distorção, porque, ao executar esse movimento, as distâncias entre os continentes do Sul, que já são grandes, ficam ainda maiores, e a visão de integração entre os continentes do Sul fica praticamente impossível.

Ora, pedi a um cartógrafo, o professor Alfredo Queiroz, do departamento, amigo meu, que executasse exatamente o contrário. Ele fez uma distorção aproximando os continentes do Hemisfério Sul, vendo-nos mais próximos uns dos outros. Qual será o resultado disso? O resultado revela um Hemisfério Sul muito integrado do ponto de vista ecológico. É um hemisfério marítimo, fundamentalmente, o Pacífico Sul, o Atlântico Sul, o Índico, o Antártico, de modo que é uma área predominantemente marítima e com grande diversidade, América Latina, África, Ásia, Oceania e Antártida.

Ora, o Hemisfério Norte, desse ponto de vista, é mais pobre. São apenas duas bacias oceânicas: o Pacífico Norte e o Atlântico Norte. E duas placas continentais: a norte-americana e a euroasiática. Essa parte norte do mundo é mais fria. Ela é mais densamente povoada e é também a região que registrou as grandes tensões mundiais. Exatamente por conta disto: pela própria extensão territorial e pelo volume de pessoas. Então, os choques ali foram muito maiores.

No Hemisfério Sul, ao contrário. Os continentes estão dispersos, o hemisfério é marítimo e não continental. E ainda por cima é um hemisfério cálido. O Norte é frio, continental e denso. O Sul é cálido, marítimo e disperso, o inverso. Afora essa divisão ecológica e que tem um componente geopolítico, a grande diferença entre o Sul e o Norte radica exatamente na questão do poder. No Norte estão todas as potências mundiais: os Estados Unidos, os países europeus, a Rússia, a China e o Japão, países que têm assento no Conselho de Segurança da ONU e no G-7.¹ Ao sul do Rio Grande, ao sul de Gibraltar, ao sul do Himalaia, nenhum desses países está representado nem no Conselho de Segurança da ONU, tampouco no G-7 e no Fundo Monetário Internacional (FMI).

1. Grupo dos sete países mais desenvolvidos: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

No mapa feito pelo professor Alfredo, notou-se que a distribuição mundial é muito diferente do que os senhores estão habituados, porque ele coloca a China no Norte e a Austrália ao Sul. Isso é muito importante como visão de mundo, a meu ver, mais adaptada à realidade de agora. A Austrália, ainda que seja um país rico, não é uma grande potência, suas fragilidades econômicas, demográficas e militares não colocam esse país entre o rol das grandes potências, e eles não aspiram a isso, porém querem, sim, ter uma liderança regional. Não é verdade?

Agora, a China. A China, perdoem-me, é outra coisa, segundo PIB do mundo, potência nuclear, a que mais investe atualmente em equipamento de desenvolvimento militar, aproxima-se a passos largos dos Estados Unidos, do ponto de vista do PIB, ainda que, do ponto de vista do poderio militar, esteja bem longe. Mas não está perdendo tempo. Está aplicando volumosos recursos na sua indústria bélica e no reaparelhamento das suas Forças Armadas. A China quer, sim, se aproximar, sem dúvida, militarmente da Rússia e dos Estados Unidos e colocou isso claramente no seu projeto de potência.

Pois bem. E o Brasil? O Brasil não superou a visão ocidentalista e defensiva de Golbery daquela época da Guerra Fria. De outra parte, no período de Golbery, o nosso planejamento foi, antes de mais nada, rodoviarista. E, finalmente, a nossa estratégia militar era, antes de tudo, terrestre. Ora, o cenário mudou bastante do período golberiano para cá. E o meridionalismo exige, portanto, outras posturas correspondentes.

Coerentemente com a visão meridionalista, ou seja, a defesa do Sul contra a recolonização pelo Norte, este é o grande problema contemporâneo, como nós estamos vendo em todas essas guerras – Iugoslávia, Líbia, Iraque, Afeganistão, Geórgia, Chechênia. É o Norte avançando sobre o Sul sempre. De modo que o Sul está em perigo. Alguém precisa defendê-lo. E a potência que tem melhores condições históricas, ideológicas e geopolíticas para fazê-lo é o Brasil.

As tendências contemporâneas mostram que a crise no centro do sistema mundial é profunda e não deve ser superada tão cedo. Desse ponto de vista, é possível descortinar com certa clareza uma decadência histórica, embora sempre relativa, das três grandes potências ocidentais do atlantismo: França e Inglaterra, velhas potências coloniais, que já à altura da Segunda Guerra Mundial eram potências decadentes, e os Estados Unidos, que, a despeito dos seus enormes potenciais, sem dúvida, estão enfrentando uma séria crise

econômica e de valores. Isso é muito importante. A ideologia do *American way of life* já não é sedutora como na década de 1950. E, detalhe, não existe outra ideologia no mercado. Por isso, a nossa confusão, o nosso vazio, porque não queremos repetir a experiência do comunismo, que pareceu ter fracassado, já que, pelo menos em parte, não conseguiu alcançar os seus objetivos.

O neoliberalismo está fazendo água. Nacional-socialismo? Nem pensar, não é verdade? O que sobra? Não sobra nada. Temos que inventar alguma coisa. E começo essa invenção a partir do reconhecimento da nossa posição no mundo como potência do Sul, que pode, do ponto de vista *soft power*, ser a principal potência do Hemisfério Sul, sem dúvida. Mas faltam os equipamentos.

Então, é hora de começar a olhar com mais seriedade e tentar convencer a opinião pública brasileira de que, sim, investimento em Forças Armadas é investimento em desenvolvimento e também em educação da nossa sociedade.

O estrategista Thomas Barnett, geopolítico norte-americano que tem muita influência sobre o presidente Obama, divide o mundo em três faixas: a faixa do norte, onde estão justamente as grandes potências que são os centros do capitalismo mundial, os centros globais. O Brasil e a Índia estão fora dessa zona. O Cone Sul todo, a África do Sul, a Índia, a China e a Rússia, os BRICS,² e a Austrália são considerados países funcionais ao sistema econômico global. E o restante é o que ele chama de “o fosso dos não integrados”, expressão que ele usa, ou seja, o fosso dos países não integrados, aqueles que não conseguiram se ajustar à globalização e estão decadentes.

Essa visão de mundo, como os senhores puderam perceber, é diferente da minha, sobretudo porque, no meu caso, eu junto o mundo tropical com o mundo austral num mundo meridional. Vejam as potencialidades. É visível a predominância do Sul do ponto de vista da biodiversidade, e eu poderia me estender muito aqui. O ferro é outra riqueza exclusiva do Sul.

O choque de civilizações é outra abordagem. Parece-me que o economista Samuel Huntington comete alguns deslizes, o que nos coloca um problema interessante. Se, de um lado, as nossas elites se imaginam parte do Ocidente, Huntington, pelo menos, diz que não.

2. Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Vou encerrando com o que chamo de sentido de urgência para as questões de defesa em nosso país. Desde a Guerra das Malvinas, não temos um aparato jurídico de segurança, porque o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) foi rompido, como sabemos muito bem. O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) parece ser um ensaio no sentido de substituir o Tiar, mas ele ainda não está plenamente configurado. O CDS pode vir a resolver esse desafio duplo da segurança e do desenvolvimento, desde que saibamos focar em tecnologias intermediárias.

Como já foi dito aqui pelo ministro, as nossas ameaças, do ponto de vista da defesa, hoje, vêm pelo mar, só poderes aeronavais podem ameaçar a defesa da nação brasileira. No continente, a própria integração está fazendo com que não haja mais risco de uma invasão terrestre. Desse ponto de vista, espero a compreensão dos oficiais do Exército e da Aeronáutica, mas o momento é da Marinha. Mas não só, Marinha e ferrovias, o que o Exército também pode ajudar a fazer.

Está na hora de o Brasil acordar para a necessidade de implementar um sistema ferroviário de dimensões continentais em nosso país. Não é possível que continuemos com 90% das nossas mercadorias sendo transportadas por caminhão. As únicas mercadorias que vão de trem são o minério de ferro e a soja; e os brasileiros não andam de trem, só de avião.

Aí estão, portanto, as tecnologias intermediárias que eu acho cruciais para o Brasil. Vejo que o Brasil não consegue desenvolver, por exemplo, o projeto do trem-bala, porque é muito caro. Aspiramos a isso. Queremos o que há de mais avançado. “Mas, e os meios? Ah! Não temos”. Bom, então, não temos nada.

Se fizermos alguma coisa mais calibrada com as nossas condições, como o êxito do Tucano mostrou, vamos conseguir resolver os três problemas: destravar o nó do desenvolvimento econômico; ganhar maior capacidade de defesa, de dissuasão; e, conseqüentemente, colocar o Brasil numa projeção de poder maior. O Tikuna [submarino], em minha opinião, deveria ser bastante ampliado. A frota do Tikuna, que já é uma incorporação de tecnologia, mostra a nossa capacidade de produzir tecnologia intermediária.

O Pendolino, trem italiano que faz duzentos e poucos quilômetros por hora, é uma tecnologia um pouco mais antiga, mas que para São Paulo e Rio iria muito bem.

Finalmente, para o pessoal da Aeronáutica, o F-20, o Tigershark [um caça-bombardeiro], um avião que os americanos queriam fazer e acabaram não fazendo, porque era muito barato. Já temos *know-how* com o F-5M [caça leve brasileiro]. E o meu palpite: se fizéssemos o F-20 agora, conseguiríamos não apenas equipar o nosso espaço aéreo com um vetor de defesa eficiente como também conseguiríamos uma plataforma de exportação.

Encerro a minha exposição justamente fazendo essa pergunta: o que queremos em relação ao FX [caça]? Apenas defesa do espaço aéreo ou também exportar?

Desculpem-me se me estendi muito.

Muito obrigado.

Alfredo Jalife-Rahme³ – É uma honra estar aqui com vocês. Tomara que haja uma tradução para que vocês possam me ouvir e entender. É isso mesmo. Estão confirmando para mim que há uma tradução. Vou começar agora mesmo então. Obrigado. Tentarei falar devagar para que todos possam compreender.

Volto a dizer que é uma honra estar aqui com vocês neste fórum tão importante para toda América Latina. Esses assuntos entre América do Sul e México, às vezes, não pertencem à América Latina, e nos deixam do lado dos Estados Unidos. Infelizmente, isso é uma coisa de que não gosto. Eu digo que perdi o otimismo de ter um presidente mexicano, porque acredito que os Estados Unidos têm muita influência sobre o México.

Para começar, falarei sobre o metarregionalismo, a multipolaridade e as repercussões no Brasil. Eu vou dividir isso em quatro partes. A primeira, a que darei mais importância, será a geoestratégia; a segunda será a geoeconomia; a terceira, as finanças; e a quarta, o regionalismo. Eu penso que a crise de 15 de setembro de 2008, a crise financeira, foi o modelo da globalização que já havia se iniciado e estava em crise muito antes. Então, podemos dizer que

3. Exposição originalmente em espanhol e posteriormente traduzida para esta publicação.

o 11 de Setembro foi uma crise muito estrita que tem aumentado os seus custos da segurança no mundo. Obviamente, os Estados Unidos têm uma importância muito grande. E entramos num jogo bem difícil.

Sobre essa crise da globalização, publiquei um livro que se chama *Hacia la desglobalización*. É um termo bem particular. Como vemos a globalização, estamos tentando ver desse ponto de vista acadêmico o processo de desglobalização. Por isso, pontuo os regionalismos e, como pauta, a criação dos BRICS e o consenso do G-7.

Podemos apontar algo muito interessante. No meu entender, a crise financeira começa no dia 15 de setembro de 2008, porque tínhamos que pagar e resgatar esses treze bancos. E essa crise financeira se torna uma crise econômica e uma crise energética. Vocês podem ver os preços do petróleo.

Antes da Guerra do Iraque, mais ou menos, pagava-se uns US\$ 10, US\$ 20 o barril do petróleo. Hoje em dia, o preço do ouro tem subido muito, e naquela época estava US\$ 200 a onça. Perdão, quero citar um livro que eu mesmo escrevi. O título seria *A revolução árabe em curso* e o subtítulo, *O detonador alimentar global*. Ele mostra, na realidade, o papel dos alimentos no aumento dos preços, que continuam aumentando até esta data, aliás. Isso tem a ver também com as mudanças climáticas, fatores que são externos também. Como são muitas crises, são crises multidimensionais. É muito maior do que a gente pode imaginar.

De frente para esse problema, ontem, chamou-me a atenção o fato de que se disse que, em relação ao Afeganistão, os Estados Unidos criaram o movimento dos *mujahideen*, que são anteriores ao 11 de setembro. Sobre isso, se fez uma entrevista nos Estados Unidos, e se comenta que nesses momentos ocorreu um ativismo de resistência popular. Eu gosto de marcar isso, e acabo ministrando conferências a respeito, o que está em dúvida na nova ordem mundial. E a atuação dos Estados Unidos torna esse fato mais forte porque ele repousa sobre os controles externos. Então, ali, temos também uma citação que não podemos nos esquecer; de como o mundo está se movimentando e que o Brasil também está dentro. Eu escuto que o Brasil está no sexto lugar do PIB, mas que vocês em breve conseguirão passar a Grã-Bretanha.

Na verdade, eu penso que o Brasil não subiu. Eu penso que o resto dos países está caindo. Acredito que China superará Estados Unidos no PIB. Isso eu acredito que possa ser em 2016, mas acredito que possa ser um pouco mais além também. Especificamente para essas situações, acho que o Brasil não pode estar alheio a esse tema.

Depois da eleição de Obama, a primeira visita dele foi à Ásia. Isso tem um grande significado. E, no ano passado, saiu a política de contenção lá na China. E acredito que os Estados Unidos vejam isso como o inimigo número um economicamente. Eles dizem que, quando há uma potência tão grande como a China ou uma potência descendente, que não seria a China, eles vão diretamente recorrer às guerras. E vocês não querem. Vocês estão na mira disso, na mira dos Estados Unidos. Obviamente a potência China é uma realidade e não tem como não olhar para isso. E o Brasil precisa de um cenário que dê uma probabilidade de choque entre Estados Unidos e China, e eles estão trabalhando as letras c: cooperação e competência. Obviamente, o Brasil não pode ficar fora disso.

Vou desenvolver agora algumas questões para deixar mais claro. Tenho muita admiração por André Martin. Barnett, já citado pelo professor, fez um artigo para um jornal americano. Obviamente de acordo com os conceitos do Pentágono, os Estados Unidos e o Brasil concordam que futuramente estarão em desacordo. Isso é inevitável conceitualmente, como os caminhos estão sendo preparados, e, futuramente, teremos uma colisão entre os dois países. Esperamos que seja simplesmente de competição. Mas acredito que não seja só de competição. Existem outros fatores externos também. Estamos vendo choques de países do Norte e do Sul.

Mas, quando citei esse texto de metarregionalismo, é porque acredito que o mundo esteja indo nessa direção. A multipolaridade, de fato, é um grande bloco regional. O Brasil, gostando ou não, é um polo de atração na América do Sul. Isso vocês sabem muito melhor do que eu. Vocês sabem que Índia, Rússia e China também fazem parte disso.

E temos uma situação paralela de que não podemos nos esquecer, que são as comunicações, porque isso acaba com o sentido linear de proximidade ou de afastamento. Um país pode estar próximo dos Estados Unidos ou afastado dos Estados Unidos ou com relação ou sem relação entre esses países que são uma potência. Talvez China, que está longe, como vocês

sabem, do ponto de vista econômico, seja o principal sócio na economia de grandes países.

Também entramos numa área que seria a cibersegurança, que tem de ser respeitada. E acreditamos que os grandes países, as potências, têm de levar isso em consideração. Acredito que o Brasil seja uma potência nessa área.

Quanto à diplomacia, aos seus eventos, aos Jogos Olímpicos, à Copa do Mundo, vocês no Brasil têm que cuidar disso, a parte da ciberpotência. Isso não tem como apagar. Isso, basicamente, tem um longo alcance.

Ontem, fui ao Departamento de Geografia da USP e comparava com o que tem no México, porque acredito que aqui é muito grande. No México, só havia uma pessoa, e basicamente estavam querendo fechar. E vejo como vocês se dedicam muito à história. Vocês dão um exemplo para nós.

Acredito que, nessas considerações, não podemos nos esquecer da mudança climática. As mudanças climáticas têm uma grande importância, como a África do Sul também tem essas mudanças climáticas. E, às vezes, pensamos o que África do Sul tem a ver com essas mudanças climáticas. E, às vezes, esses países esquecem que o Brasil, sem dúvida alguma, tem uma dimensão enorme, e que a África do Sul é um ponto estratégico para focos antológicos e econômicos e da geopolítica entre Brasil (...). E obviamente está conectado ao oceano Índico.

Temos uma consideração, e às vezes passamos por cima disso. Além do choque de civilizações, há os choques conceituais. John Cooper, o assessor de Tony Blair, na União Europeia (UE), realmente falava de novas soberanias, em que colocava os países, especificamente a América Latina, em soberania. Fala-se de uma responsabilidade sobre os direitos humanos, e às vezes eles mesmos criam esses problemas. Depois disso, tivemos intervenções como as de Líbia, Rússia, China. E aí é que entra o choque da responsabilidade de proteger esses países menores, como o Irã, o que obriga o Brasil a tomar uma posição muito pontual perante esses países.

Então, agora, entrarei no tema geoeconomia e BRICS. Não vou demorar muito nesse assunto aqui. Eu estava lendo um texto. A próxima reunião dos BRICS será na África do Sul. Uma coisa que me chama atenção é que não há uma reunião que seja basicamente só financeira e não abarque outros assuntos.

Eu vi outro texto que dizia que a África está em ascensão também, mas acredito que seus pensamentos são basicamente sobre a África, porque isso forma parte da influência natural.

Vendo esse texto, confirmo como a geoeconomia regressa e volta a ter uma importância fundamental. Vocês podem reparar que, quando comecei, falei que a crise é financeira. Estamos voltando a esse ponto, porque, basicamente, não foi resolvido esse problema e porque isso não é bom para Wall Street.

Há, inclusive, um fórum mundial anual que seria interessante resgatar, e vocês certamente ouviram a respeito dele, que é muito bom para termos informação. Nele tem um *ranking* de índices financeiros globais. Pode-se ver que a China tem as maiores reservas, e que os Estados Unidos se assombram com isso ainda depois da crise, porque é um dos países que menos reserva têm, porque são eles que imprimem o dólar. Isso forma uma parte da ordem mundial. É assim, já que a agenda dos Estados Unidos com outros países é completamente financeira. Cabe-nos basicamente nos sentarmos para negociar.

Há uma guerra de divisões. Eu não quero demorar nesse assunto. Está aí a Argentina. Dizem que está praticamente de joelhos. Um país como a Argentina, que tem 700 milhões de PIB, que seria a segunda potência da América do Sul.

Depois, tudo que tem a ver com lavagem de dinheiro (...). Vocês sabem quais são esses países, eu não quero citá-los. São cinco bancos americanos que hoje controlam 56% do PIB dos Estados Unidos.

Quanto ao papel virtual que se encontra no mundo, basicamente a responsabilidade seria desses cinco bancos americanos. E, obviamente, afeta países como a Argentina, e esperamos que não o Brasil.

Nessa agenda, é preciso criar *swaps* entre as moedas dos BRICS, para não recorrer ao euro, porque o euro está caindo bastante, igual ao dólar, e logo será criado um banco BRICS, que seria como o FMI.

Bom, os Estados Unidos têm sido invadidos por euro ou dólar. E tem custado muito para os Estados Unidos essa mudança.

Agora temos uma coisa interessante do ponto geoeconômico. Estamos tentando ampliar o papel do BRICS. Um termo novo seria “BRICSI”.⁴ Eu não posso me demorar nesse assunto, porque tenho apenas alguns minutos a mais. Vou cumprir com isso.

Países como Turquia e Indonésia estão tentando criar condições favoráveis para as suas economias. Imaginem o peso que teriam obviamente no bloco, a Turquia e a Indonésia, este o maior país muçulmano, ainda mais porque tem o Estreito de Ambu. Acredito que a China tiraria vantagens disso.

Por último, em âmbito regional, acho que estamos vivendo duas curiosidades, balcanizações financeiras e políticas. Obviamente são exemplos o Norte da Itália, Bélgica, Irlanda, Holanda. Há tantas divisões que, às vezes, me esqueço de algumas. Perdão, estou pensando. Basicamente, faltará tempo para citá-las: Europa Oriental. Teremos paralelamente regionalismos de integração, como os que vocês têm aqui, com o sucre. Acredito que os Estados Unidos prefiram o Mercado Comum do Sul (Mercosul), por isso tem-se criado a Aliança do Pacífico.

Nós, do México, estamos ao contrário de vocês. Uma vez eu disse o que tem que ser feito e o que não tem que ser feito. Vamos continuar o exemplo do Brasil. Mas, basicamente, não tive muito resultado.

Para concluir, eu diria o seguinte: em um artigo que saiu recentemente, havia quais são as intenções que se têm abordado nos Estados Unidos. Das principais informações, saiu um artigo sobre a anarquia do Gran Caribe. A definição de vocês e a dos Estados Unidos a respeito da América do Sul são completamente diferentes. Os Estados Unidos veem isso até na Guiana Francesa. Vocês veem isso como o Gran Caribe mesmo, com todos os países que o Caribe representa.

Alguns problemas na Colômbia e na Venezuela obtiveram repercussões na fronteira do Brasil. Além do mais, não podemos esquecer o que está vindo, a ampliação do Canal do Panamá, em 2014. Isso tem alguns problemas, algumas implicações para a bioceanidade.

4. O palestrante aqui refere-se ao BRICS + Indonésia, formando BRICSI, devido às altas taxas de crescimento que este país vem alcançando nos últimos anos, podendo vir a ser a sétima maior economia do mundo em 2030, segundo projeções.

O problema no Brasil é que não há saída para o oceano Pacífico. Falam que se pode sair pelo Equador, mas ainda não há nada resolvido. Então, não podemos nos esquecer disso.

A situação das Malvinas. As mudanças climáticas na Antártica. Temos uma agenda regional bastante pesada, o que acontece no Haiti, em Honduras e, recentemente, no Paraguai.

Há uma coisa que me chama a atenção: as mudanças financeiras do PIB são globais, não somente dos Estados Unidos, mas de todos os países que estão dentro dessas mudanças econômicas. Bancos dos países desenvolvidos anunciam a criação de um programa de fundos de inversões para trazer os capitais para o Brasil. Aqueles países querem ser competitivos e fazer essas inversões em troca de dólares, trazendo os capitais que estão aqui no Brasil, claro.

São mudanças gerenciais. Com todo o respeito aos militares, hoje em dia eles deveriam aplicar nas finanças, porque isso faz parte desses países, Estados Unidos e Grã-Bretanha. Nós temos essa obrigação de entender a estratégia. O mundo hoje em dia é completamente complexo em todos os aspectos econômicos e militares. E eu acredito que o Brasil também deve fazer parte desses grupos de metarregionalismos. Muito obrigado.

Leonardo Gadelha – A presidência agradece muitíssimo ao professor Alfredo a gentileza de ter aceitado nosso convite, de ter se deslocado do México até aqui e trazido uma nova perspectiva para nosso debate.

Quero crer que, aos poucos, vão se descortinando as repercussões para o Brasil. Afinal de contas, é proposta deste seminário encontrarmos as repercussões para o Brasil deste novo mundo, deste mundo multipolar.

Quero crer, se bem compreendi os dois expositores, que há consonância em relação àquilo que se convencionou chamar de Cooperação Sul-Sul, de que essa é uma lógica interessante para nosso país (...).

Passo agora a palavra ao próximo expositor, major-brigadeiro Roberto Carvalho.

Roberto Carvalho – Na verdade, o senhor ministro já traçou, em sua conferência, grande parte de minha apresentação. Minha intenção, portanto,

como sabia disso, é focar a apresentação em assuntos estritamente de defesa. Os senhores não verão, em minha apresentação, maiores inserções no campo político. Buscarei mostrar às senhoras e aos senhores como vemos, no MD, já num nível um pouco mais baixo, as grandes tendências dos cenários estratégicos globais e suas implicações na defesa.

Procurarei seguir o seguinte roteiro: tratar inicialmente das linhas gerais de atuação das nossas Forças Armadas determinadas por nossa Estratégia Nacional de Defesa (END). É claro que, aqui, somente lembrarei alguns tópicos já conhecidos pelas senhoras e senhores que serão úteis no transcurso de minha apresentação.

Falarei, em seguida, sobre os temas de interesse da nossa palestra, como citei anteriormente, focados nos interesses de defesa do Brasil, dividindo-os em áreas geográficas.

Finalizarei apresentando rapidamente o que visualizamos da inserção da defesa nos organismos internacionais com os quais nos relacionamos.

No âmbito da defesa brasileira, processam-se mudanças que visam atender ao estabelecido na nossa END e que resultam de maior estabilidade política e econômica.

Nas perspectivas de médio e longo prazos, tem-se o propósito de modernizar a estrutura nacional de defesa atuando em três eixos estruturantes, conforme já citados anteriormente: a reorganização de nossas Forças Armadas, a reestruturação da indústria nacional de defesa e a política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

O nosso país é pacífico por tradição e convicção, como descrito na END. Rege suas relações internacionais, entre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, da defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro, não devendo ser entendido como complacência ou desarmamento, como citou nosso ministro anteriormente.

O Brasil, pretendendo ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, há de estar preparado para se defender não somente das agressões, mas também das ameaças. Dessa forma, nossa END elenca diversas diretrizes, das quais destaco algumas que são voltadas à área internacional. Entre elas, podemos ver

uma que estimula a integração da América do Sul, fomentando a cooperação, integrando bases industriais de defesa e o já mencionado CDS.

Outras diretrizes:

- 1) Preparar nossas Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz.
- 2) Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento.
- 3) Finalizando essa parte de diretrizes, gostaria de mostrar às senhoras e aos senhores que também devemos capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis, incentivando a competição em mercados externos, incentivando também a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e a produção em conjunto com outros países da região.

Essas diretrizes balizam, portanto, os nossos estudos no MD, dentro desse vasto universo do relacionamento internacional.

Isto posto, passaremos a analisar temas de interesse para o nosso país sob um enfoque da defesa. Como disse anteriormente, procurarei dividir, unicamente para fins de melhor visualização, minha apresentação em áreas geográficas, citando os interesses nacionais visualizados para cada uma e eventualmente apontando repercussões para o nosso país.

O professor disse que a vez é da Marinha, mas eu gostaria de convidar a plateia para entrar em um avião virtual e apertar os cintos. Vamos decolar para a nossa viagem.

Iniciaremos pela América do Sul.

A América do Sul é região com recursos naturais abundantes e provavelmente atrairá cada vez mais a cobiça internacional. Nesse sentido, a crescente cooperação regional poderá contribuir para o desenvolvimento dos países sul-americanos, garantindo a segurança e a estabilidade regionais.

A manutenção da estabilidade, da paz, da segurança regional do nosso continente e a projeção do Brasil e sua maior inserção em processos decisórios regionais por meio do CDS.

São também nossos interesses na área de defesa: incrementar as relações militares com os países da região, visando à construção de um conceito sul-americano de defesa que eleve a capacidade dissuasória do subcontinente, e a convergência de ações entre nossos vizinhos, visando à redução da criminalidade transnacional.

A América do Sul, por estar afastada de focos de maior tensão mundial, já citados aqui, pode ser considerada uma região com relativa estabilidade. A possibilidade de conflitos interestatais é pequena, mas não nula, em face de contenciosos históricos existentes entre diversos países.

Podemos citar, por exemplo, algumas preocupações presentes em nosso entorno que são, na minha apreciação, basicamente os ilícitos transnacionais.

Decoemos mais uma vez e mudemos de área geográfica para falarmos do Atlântico Sul.

O Atlântico Sul confere importância geopolítica ao Brasil em face da posição estratégica. Como sabemos, 95% do comércio internacional de interesse do nosso país é realizado por meio marítimo. A aproximação com a África atlântica, o apoio aos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assim como o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), visam à ampliação da nossa presença no entorno estratégico do Atlântico Sul.

Podemos visualizar os nossos interesses. Inicialmente, o reconhecimento do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação; o estabelecimento de políticas de defesa com os países de interesse estratégico do Atlântico Sul; o fortalecimento dos poderes naval e marítimo brasileiros, de forma a dar segurança às linhas de comunicação marítimas e às linhas de comunicação de navegação aéreas; a segurança e defesa dos campos das plataformas de exploração de petróleo e a segurança e defesa da Plataforma Continental Estendida, a nossa Amazônia Azul.

Mas existem também preocupações. Podemos citar as ações de pirataria e atentados terroristas ao tráfego marítimo e às plataformas de petróleo do Atlântico Sul, bem como disputas envolvendo reivindicações por demarcações de territórios e controles sobre recursos naturais estratégicos nesse oceano.

Passemos à Antártica.

O Proantar tem como principal objetivo o desenvolvimento de um programa científico, permitindo ao país a condição de membro consultivo do Tratado da Antártica, tendo direito a voto nas decisões sobre o futuro daquele continente.

Estes são os nossos interesses visualizados: o acesso estratégico às passagens no Sul, entre os oceanos Atlântico e Pacífico; o desenvolvimento de pesquisas científicas de interesse para o Brasil; a garantia de direitos de exploração futura dos recursos naturais da Antártica; a influência nas deliberações sobre o futuro do continente e o estabelecimento de parcerias e cooperação com outros países que lá atuam.

Como preocupação, podemos citar o comprometimento das pesquisas científicas considerando o fatídico incêndio que atingiu a nossa Estação Antártica Comandante Ferraz.

Surge à nossa análise agora o continente africano.

Esse continente é fonte de recursos minerais e energéticos. Por sua vez, conflitos étnicos, tribais, religiosos, econômicos e disputas políticas instabilizam a situação interna de alguns países. Em muitos deles, os governantes estão no poder há décadas. Porém, os regimes políticos autoritários começaram a ser contestados. Revoltas populares e manifestações ocorridas na Tunísia, no Egito e na Líbia são exemplos do desejo de transformação que vinha sendo contido, muitas vezes com violência. Não por acaso, a ONU mantém missões de paz em alguns desses países. Em nosso juízo, esse quadro não deve se alterar em curto prazo.

A pirataria, mais uma vez, tem mobilizado a comunidade internacional, incluindo os países africanos atingidos por essa atividade, especialmente da costa da Somália até Moçambique, mas não nos esquecendo de que também o fenômeno já ocorre na parte Oeste da África.

Devido à deficiência institucional e de defesa de alguns desses países, acordos bilaterais têm permitido a presença de forças navais estrangeiras em águas territoriais de países como a Somália, por exemplo.

Na África, visualizamos os seguintes interesses de defesa: intercâmbio com as Forças Armadas das nações africanas no entorno estratégico do

Atlântico Sul, buscando a cooperação Sul-Sul; e a solidariedade com os países pobres e em desenvolvimento e a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros nos países do continente africano.

Como implicações à nossa área de defesa, citamos o comprometimento da segurança de brasileiros residentes devido à instabilidade na região e à já citada pirataria.

Mudemos para a América do Norte.

O governo dos Estados Unidos tem buscado reaproximação com a América Latina e, mais particularmente, com a América do Sul.

Os Estados Unidos continuam considerando o narcotráfico como ameaça à segurança, mas preferem combatê-lo na vertente da oferta.

Os Estados Unidos têm uma visão favorável sobre o papel do Brasil em ajudar a administrar conflitos na América Latina e sobre o papel das tropas brasileiras no Haiti.

Recentemente, como já citado, os Estados Unidos priorizaram a defesa para o eixo Ásia-Pacífico, com sua nova estratégia de defesa nacional.

Quais são os interesses que visualizamos na área de defesa com a América do Norte?

Desejamos a manutenção do diálogo construtivo e soberano na esfera bilateral para gerar confiança na área de defesa e oportunidades de intercâmbio; ampliação e diversificação do intercâmbio científico e tecnológico, visando à capacitação de nossa indústria nacional e ao desenvolvimento dos setores estratégicos, quais sejam, espacial, cibernético e nuclear.

Falemos agora da América Central e do Caribe.

Aqui, destacamos evidentemente o protagonismo do Brasil na missão de estabilização do Haiti, cujo componente militar tem comando brasileiro desde o início da missão. Por outro lado, não se pode descurar do lamentável fenômeno que vem se alastrando pela América Central, a expansão das atividades do narcotráfico. Nossos interesses de defesa na América Central e Caribe são a manutenção da paz e da segurança no subcontinente; a

projeção do Brasil no concerto das nações; e a cooperação e a solidariedade, novamente, com os países pobres e em desenvolvimento.

Visualizamos como implicações e impactos na defesa, falando somente do Haiti, a preocupação que temos com a redução do componente militar da Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH), e entendemos que é importante a continuidade da missão, dentro dos parâmetros definidos pela ONU, visando à reestruturação das instituições nacionais daquele país.

A implicação na América Central, como já citado, é o narcotráfico.

Quanto à Europa, também já citada em palestras anteriores, o continente passa por uma séria crise econômica, que teve início em 2008, e com reflexos no crescimento econômico dos países da zona do euro. Portugal, Espanha e Grécia foram bastante atingidos pela crise, que começa também a preocupar grandes economias, como França e Alemanha. Um dos problemas decorrentes da crise é o desemprego. A austeridade fiscal adotada pelos países da UE vem gerando protestos violentos por parte da população em alguns países.

Visualizamos no Brasil que o interesse de defesa com a Europa é muito semelhante – as senhoras e os senhores perceberão – ao com os Estados Unidos: a manutenção de um diálogo construtivo e soberano, buscando manter e ampliar parcerias tradicionais para gerar confiança na área de defesa e oportunidade de intercâmbio; e a ampliação e diversificação do intercâmbio científico e tecnológico, visando à capacitação da indústria nacional e ao desenvolvimento dos setores estratégicos espacial, cibernético e nuclear.

Prosseguimos com o Oriente Médio – este, sim, um setor de muita preocupação. O impasse representado pelo conflito entre palestinos e israelenses é um dos maiores desafios a ser vencido para a paz na região. A comunidade internacional pressiona Israel para a desocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, com a conseqüente criação do Estado da Palestina.

No mês de novembro de 2012, após uma semana de combates entre o Hamas e as forças de defesa israelenses, foi celebrado um cessar-fogo por intermediação do Egito e dos Estados Unidos – isso mostra, então, a instabilidade existente na região.

O Irã continua a desenvolver o seu programa nuclear, enriquecendo urânio, apesar das tentativas de controle externo, o que gera incertezas em alguns países quanto à destinação deste produto para fins militares.

Na Síria, a continuidade dos combates entre as forças leais ao governo de Bashar al-Assad e os grupos de oposição dificulta as operações militares. A ONU retirou seus observadores do país devido à escalada da violência, e ações militares de maior vulto por parte da comunidade internacional foram vetadas pela China e pela Rússia.

Tudo isso é pesado pelo nosso segmento de defesa. A relação dos países do Oriente Médio com o Brasil vai além de laços comerciais. A existência de comunidades desses países no Brasil influencia nossa política externa. As instabilidades e esses conflitos fazem parte da pauta de assuntos do governo brasileiro, muito especificamente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e são objeto de constante acompanhamento pelos órgãos brasileiros responsáveis.

Por fim, vale ressaltar a presença brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano — United Nations Interim Force in Lebanon (Unifil) —, por meio da qual o Brasil exerce o comando da sua força-tarefa marítima.

Fecharemos nossa viagem com a Ásia.

Evidentemente, o país protagonista da região é a China, que investe na reestruturação e modernização do seu Exército Popular de Libertação, com o objetivo de sustentar sua posição geopolítica e garantir o livre acesso às rotas comerciais que mantêm o seu crescimento econômico.

Outros países asiáticos, como Japão, Coreia do Sul, Índia e Taiwan, também buscam modernizar suas forças.

Nossos interesses na área são a manutenção da paz e a segurança, o incremento do intercâmbio científico e tecnológico, visando ao desenvolvimento dos setores estratégicos e à defesa dos interesses nacionais, de pessoas, bens e recursos brasileiros no exterior.

Gostaria agora — aterrissando nossa aeronave, já de volta — de conduzir a plateia por um terreno não delimitável geograficamente, mas de sérias implicações na defesa para todos os países: o terrorismo.

O terrorismo é uma das principais ameaças à segurança da comunidade internacional na atualidade. A preocupação básica para o nosso país, como já citado também, é a realização de grandes eventos. Sediaremos a Jornada da Juventude, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e esse tema é tratado com muito interesse em nosso ministério.

As implicações são os danos em infraestruturas críticas e ataques terroristas contra missões diplomáticas, delegações esportivas, por exemplo, empresas, aeronaves, embarcações, perdas de vidas, danos físicos e repercussões políticas.

Ao finalizar minha apresentação, permitam-me tecer comentários sobre a inserção brasileira em diversos organismos internacionais: ONU, Unasul, CDS e CPLP.

Quanto aos nossos interesses.

Na ONU: temos interesses na manutenção da paz e da segurança internacionais, com a participação brasileira em ações humanitárias e em missões de paz.

Na Unasul e no CDS: os nossos interesses são a prevenção de conflitos, a cooperação no campo da defesa regional e o desenvolvimento integrado e harmônico da região.

Na CPLP: a cooperação Sul-Sul, a solidariedade com os países pobres e em desenvolvimento, o intercâmbio com as Forças Armadas dos países da comunidade e a defesa dos interesses nacionais dos brasileiros dos países da mesma comunidade.

Ao encerrar minha apresentação, agradeço pela possibilidade de aqui estar. Quero dizer que nos orgulha verificar que o Brasil assume papel de protagonismo em um novo cenário global.

Como diz o professor Francisco Carlos Teixeira da Silva, tal protagonismo decorre das nossas riquezas naturais, bem como da obra do próprio povo brasileiro, que transformou este país nos últimos vinte anos em uma das maiores economias do planeta.

Muito obrigado.

Sessão de Debates

Pergunta – Eu gostaria de perguntar para o grupo todo qual seria a visão de vocês sobre um cenário de risco militar real que envolvesse o Brasil – num futuro de, sei lá, dez, vinte, trinta anos –, em que tivéssemos de enfrentar uma situação de chegarmos a disparar mísseis. Nada assim assimétrico, país contra país?

Pergunta – Minha pergunta vai ser como estudante de ciência política e cidadão que tem fome de conhecimento sobre a área. Devido à importância do regionalismo futuro, como exposto pelo professor Alfredo e ao que o Exmo. Sr. ministro da Defesa, Celso Amorim, falou sobre a conscientização da sociedade das ameaças que o Brasil pode enfrentar no futuro, a minha pergunta vai ser sobre a América Latina, que muitos acadêmicos consideram uma zona de incerteza e instabilidade, de muitas formas. A Argentina tem incertezas políticas e econômicas; a Venezuela tem crise de legitimidade e também política; a Bolívia, o Equador; o Paraguai tem um ex-presidente deposto e foi suspenso do Mercosul. Como isso pode afetar a cooperação entre os países da América Latina? Nós podemos considerar essa instabilidade – que eu vejo, e acredito não estar sozinho – na América Latina já uma ameaça para o Brasil, talvez até militarmente? A minha pergunta é para todos os que estão na mesa.

Pergunta – Nós temos alguns clientes, dentre eles a Confederação Israelita do Brasil, e foi muito interessante a exposição do brigadeiro. Eu gostaria apenas de perguntar: o senhor fala que a preocupação com relação às comunidades do Oriente Médio aqui no Brasil influencia e preocupa, de certa forma, as estratégias de defesa, e eu queria entender um pouco melhor essa sua consideração.

Pergunta – Gostaria que o brigadeiro detalhasse a preocupação a que fez menção por parte do MD quanto à possível ocorrência de atos terroristas durante a realização dos grandes eventos esportivos que o Brasil vai abrigar nos próximos anos.

Pergunta – Boa tarde, eu sou almirante de esquadra da reserva e doutorando em ciência política da Universidade Federal Fluminense (UFF). A minha pergunta é se o senhor assinou o regionalismo, que tem sido uma tendência atual? Embora a ONU reconheça as regiões e não admita o uso militar por

essas regiões sem que ela ou o Conselho de Segurança o respalde, o que nós estamos vendo é que essas regiões estão atuando sem o respaldo da ONU. Tendo em vista a abordagem do professor André e do professor Alfredo sobre a organização do mundo regional em que o Brasil poderia ter uma influência, ou liderar, caberia desvincular da ONU ou submeter às ações dentro da região ao Conselho de Segurança?

Pergunta – Sou estudante de ciências sociais da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. A minha questão é para o major-brigadeiro Roberto Carvalho: visando concretizar o interesse nacional e até internacional, eu queria saber qual o recurso disponível, material e humano, para que se promova tal tipo de prevenção e defesa, dentro do que foi citado em questão de interesse pelo major, tendo em vista o que foi falado aqui sobre uma potencial ameaça de invasão militar. Se existe realmente a possibilidade de se evitar isso por meio de armas ou material humano, enfim, eu queria saber qual o recurso disponível que as Forças Armadas têm.

Roberto Carvalho – Se nós vemos emprego bélico nos próximos dez, vinte, trinta anos foi o que o senhor perguntou. Não, eu não vejo. Não vejo em termos não assimétricos, como o senhor bem citou; não vejo nesse espaço temporal ameaças bélicas convencionais.

Outro participante perguntou sobre as preocupações que o Brasil tem com a região do Oriente Médio. Por que nós temos essas preocupações? O Brasil possui uma das maiores comunidades de árabes e israelenses, nós temos muitos descendentes de árabes e israelenses. Talvez, por isso, nós tenhamos tanta presença e tanta atenção com a região, além de, claro, com os reflexos do que possa ocorrer em toda a região para o mundo inteiro. Especificamente quanto à sua pergunta, nós temos preocupações, raízes da nossa população, e lembro, inclusive, que fizemos uma extração de pessoal, uma retirada de residentes no Líbano, se não me engano, anos atrás, o que reflete e mostra bem a preocupação que ainda temos, e sempre teremos, com os brasileiros residentes no exterior bem como com os seus descendentes.

Preocupação com atos terroristas. Nós não nos descuidamos. Uma das características da atividade militar é sempre estar pensando na pior hipótese, na pior possibilidade. A pior possibilidade seria a ocorrência de um ato terrorista durante a realização de um grande evento. Então, isso, sim, é uma preocupação de todos os governos, não só do governo brasileiro.

Todos os países, especialmente aqueles que realizaram e realizam grandes eventos, possuem lamentavelmente essa preocupação, e nós não podemos ficar alheios a isso. O governo brasileiro criou no Ministério da Justiça uma Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge). Dentre várias atividades, há a parte da segurança e, dentro da parte da segurança, claro, está todo esse leque de preocupações, e o tema do terrorismo estará sendo analisado ali.

Então, quando eu falo sobre terrorismo, essa é a nossa preocupação, a nossa preparação e a nossa colaboração com os demais países.

O senhor me perguntou se os recursos humanos e materiais hoje existentes são suficientes para nos contrapormos a eventuais ameaças. Bem, existe todo um trabalho de reequipamento das Forças Armadas. Como eu disse, não vemos, em curto, médio e longo prazos, ameaças convencionais. Eu não vejo, particularmente. Existem as ameaças assimétricas, os ilícitos transacionais, narcotráfico etc. Para esse tipo de ameaça, nós poderíamos dizer que as Forças Armadas têm recursos suficientes.

E por que eu digo isso? Porque a missão de combate a esse tipo de fenômeno é uma missão subsidiária das Forças Armadas. A missão principal é defender a pátria, é usar avião, soltar bomba, usar navio, atirar. Assim vemos, em termos genéricos, o emprego bélico das Forças Armadas. No Brasil, nós temos a ação subsidiária, que é a de apoiar os órgãos de segurança pública.

Então, tentando lhe responder, eu penso que, hoje, para conter esse tipo de ameaça, os recursos são suficientes. Mas não seriam suficientes para uma maior atuação, e por isso o governo está fazendo todo esse esforço, a END, a colaboração do nosso Parlamento, as nossas estratégias e os nossos estudos, buscando reequipar as nossas Forças.

Alfredo Jalife-Rahme – Tentarei responder ao que eu entendi.⁵

Vejam bem, certamente entendo, pela formação de vocês, que é de base militar, e, talvez tenham razão de pensar que não teremos um conflito bélico. Inclusive aqueles que possam levar um conflito bélico à frente, que são os americanos, não tiveram muito sucesso nem no Iraque nem no Afeganistão, onde as guerrilhas foram bem-sucedidas em relação a eles no

5. Exposição em espanhol. Tradução simultânea.

aspecto estratégico. Não foi necessariamente um choque frontal de exércitos. Foi uma guerra de guerrilha.

Muitos dos países da América Latina estão preparados para esse tipo de confronto. Contudo, hoje a guerra não é eminentemente militar. Por essa mesma razão, os americanos têm já apresentado severos problemas nesse aspecto. Nós não sabemos exatamente o que aconteceu, sobretudo do ponto de vista terrorista. Nós recebemos a notícia de uma bomba em Indianápolis, e houve um expurgo, na verdade, dos diretores dos setores de segurança americanos. Ou seja, lá dentro, nós temos uma série de problemas que não sabemos exatamente qual a extensão deles. Imagino que, do ponto de vista de um cenário possível, existe um choque entre aqueles que têm um nível bélico aflorado, como o que se defende, e aqueles que entendem que isso não é assim.

Já quando vocês veem que a segunda ou a terceira potência nuclear falam de guerras termonucleares ou nucleares, escutem. Talvez seja melhor colocarmos nossas “barbas de molho” e nos preocuparmos com a possibilidade de que isso aconteça, porque há gente falando disso.

Eu lembro quando existia a destruição mútua assegurada, existia até uma brincadeira em que se dizia: “Se os Estados Unidos e a União Soviética brigarem, quem ganhará?”. Todos respondiam: “Quem ganhará será a China e o Brasil”. Por isso, haveria a opção de bombardear a China, a Índia e o Brasil, para que eles não aparecessem como novas potências. Não sejamos tão ingênuos, então, a ponto de isolarmos essas teorias de golpe.

Desculpe, o brigadeiro, general ou major que me antecedeu aqui nesta fala, que sabe bastante de questões de inteligência, disse que as guerras hoje são diferentes. O terrorismo muitas vezes é manipulado. Isso, por exemplo, da Al-Qaeda, não fica muito claro. Toda vez que ouço falar da Al-Qaeda, percebo que os Estados Unidos avançam na sua agenda. Acredito que isso não favorece nem os países árabes, nem os países efetivamente beneficiados diretamente pelas ações da Al-Qaeda. Acredito que essas ameaças, que são etéreas e realmente aparecem de alguma maneira, acontecem, sobretudo, onde os Estados Unidos têm seus competidores econômicos. Vejam o caso da China e da Rússia, dois grandes aliados dos BRICS.

O problema da Síria não é tanto da Síria. Eles estão vendo que a repercussão com os salafistas impactará no Cáucaso. Isso vai, pelo efeito dominó, afetar toda a região do Cáucaso. Vocês sabem que a Rússia tem 20% de sua população islâmica. Esse grupo tem uma natalidade galopante. Os russos, por sua vez, têm o problema demográfico de baixa natalidade. Por essa mesma razão, o problema da China com Xinjiang, que é uma região islâmica, com o Tibete. Obviamente, Hollywood está apoiando o Dalai Lama hoje. Então, essas guerras são diferentes. São guerras que têm outro tipo de clivagem.

Acredito que nós, hoje, estamos em guerra financeira contra o Irã. Ninguém irá bombardeá-los, mas, neste momento, as sanções e a desvalorização da moeda do Irã têm sido brutais: quase 90% de depreciação. Vocês sabem o que isso significa? Isso desestabiliza. Uma desvalorização dessa magnitude representa que nós estamos em guerra financeira. Isso é muito mais agressivo até que uma invasão militar, porque os Estados Unidos já aprenderam, sobretudo com sua política de *back and forwards* (de avanço e retrocesso), que esses movimentos são mais eficientes até que impactos militares diretos.

Existe aqui alguma coisa que também é bem importante para a gente. Hoje eu estava conversando com certa pessoa sobre o fato de que estamos descuidando dos oligopólios da classe televisiva, da classe de informação. No México, uma empresa de televisão impôs um presidente. Ou seja, o diretor da Televisa é mais importante do que aqueles que eles colocaram como presidente. Imaginem a repercussão disso. Esses são oligopólios.

Vocês saberão muito bem quem são os donos das televisões e dos meios de comunicação, quem são as pessoas que controlam. Obviamente, não são os países afetados, são as multinacionais. Não quero dizer nomes, porque depois não me convidarão mais para fazer palestras nesses lugares. São multinacionais muito poderosas e que estão em conflito.

No México, por exemplo, nós vivemos o conflito sobre quem vai controlar a América Latina. Quando identificamos que Uribe, ex-presidente da Colômbia, foi nomeado membro da administração da Fox News, que é um canal belicista por definição, na seção espanhola; quando vemos que a Televisa quer comprar uma empresa de televisão que é a Univision nos Estados Unidos e vice-versa – isso acontece também. Nós passaremos muito

tempo falando disso –, nós vemos que os meios de comunicação formam parte da panóplia bélica.

Determinadas sociedades se estabilizam muito mais através da televisão, sobretudo nós vimos no caso árabe com as televisões. Obviamente, temos que identificar que existem alguns países que possuem tecnologia que outros não possuem. Por exemplo, o Irã quer sair dessas redes sociais porque sofreu com essa questão da revolução, da Primavera Árabe, como se disse aqui no Brasil.

Então, essa é a mesma técnica e a mecânica de aplicação. Acredito que, em resumo, poderíamos dizer que alguém não vai gostar dessa regionalização. Acredito que devemos empregar a dialética da antítese, ou seja, quem vai apreciar isso? Quem vai se beneficiar disso? Quem não vai ser afetado? Que interesses serão considerados?

Normalmente, essas pessoas afetadas usarão todos os meios a seu alcance. Eu, sobretudo, vejo a grande vulnerabilidade financeira. E digo de maneira muito clara isso. Eu acredito que essa parte faltou ser dita quando fiz a apresentação desse tópico. A China possui as maiores reservas do mundo, muito mais de US\$ 3 trilhões, tem a maior parte dos tesouros americanos, tem muitos fundos soberanos de riqueza. Eu, por exemplo, quando trato de finanças, as considero com uma mentalidade geopolítica, não acredito no livre mercado. Como se pode acreditar num livre mercado que é controlado por Wall Street? Ou seja, isso é fonte de um desequilíbrio tremendo.

Então, vejo de maneira muito geopolítica esse aspecto. Por que a Argentina está sob ataque agora? Como isso pode afetar essa questão da guerra de divisas? Como isso pode afetar o Brasil? Guido Mantega entende muito bem, porque eu já o escutei muitas vezes. Mesmo a presidente brasileira já falou muitas vezes que essa guerra de divisas é o que pode, efetivamente, afetar.

Vocês, por favor, não esperem uma bomba nuclear. Não é politicamente correto. Veja que Israel perdeu a guerra de mídia, porque mataram uma série de crianças no segundo dia. Porque isso já não se aceita, não é politicamente correto. Hoje, as guerras que podem ser disputadas são aquelas financeiras e de mídia. E por essa mesma razão, vocês entendem que, quando nós tivemos a classificação do *ranking* do Fórum Mundial de Davos, na questão

financeira, vocês percebem que os dez primeiros lugares continuam sendo do G-7. Vocês têm todos eles aí, sobretudo Estados Unidos e Inglaterra.

Quando vocês olharem os BRICS, verão o lugar que eles ocupam. Estão em trinta e alguma coisa. Isso não corresponde ao lugar que eles têm nas finanças, por exemplo. O Brasil, que é o sexto lugar em finanças, e que tanto festejam, eu diria que vocês são dos primeiros em finanças, e vocês se darão conta de que isso nunca vai ser divulgado. A mesma coisa acontece com a China. Da mesma forma como Hong Kong se ajustou e já está num bom lugar, mas somente China, quando não usamos Macau, não usamos o circuito chinês – Macau, Taiwan, Cingapura – quando nós não usamos isso e isolamos a China, a China não ocupa um lugar interessante, mas ela tem as grandes reservas. Isso é um grande paradoxo. Por quê? Quem controla o jogo? É isso que temos que ver. Quem controla? Quem é o dono do cassino? Isso é como um cassino? Bom, aí aparecem todas as reservas chinesas e vai para o cassino. E quem é o jogador?

André Roberto Martin – Com relação à primeira questão, sobre ameaças reais, quais potências, eventualmente, poderiam colocar a soberania nacional em risco, eu diria o seguinte: o problema da soberania hoje é global. Até a Guerra do Iraque, o princípio internacional que vigia era o princípio westfaliano, da defesa, da soberania dos Estados.

Recordemos que a primeira intervenção internacional no Iraque foi em defesa da soberania do Kuwait, não é verdade? Pois bem, a partir da segunda intervenção – intervenções na Iugoslávia, no Afeganistão, no Iraque, na Líbia –, as intervenções mostraram que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e os Estados Unidos são uma ameaça à soberania dos outros países. Essa é a questão. A OTAN, a partir da Guerra da Iugoslávia, deixou de ser uma organização defensiva da Europa Ocidental contra um suposto ataque soviético. Na medida em que não havia mais o Pacto de Varsóvia, a OTAN devia se diluir também? Não. Ela passou a ser uma aliança ofensiva, que faz intervenções *offshore*.

Preocupou-me muito, por exemplo – os senhores devem saber dessa notícia –, que foi feito um exercício da OTAN em Cabo Verde. Tropas da OTAN tomaram Cabo Verde, que está muito perto. E nós temos fronteira com um país da OTAN, não é verdade? A maior fronteira terrestre da França é com o Brasil.

De modo que, embora eu também preveja um cenário internacional, nos próximos anos, em que não chegaremos a algo tão dramático, preocupa-me, sim, o declínio das potências coloniais antigas: Inglaterra e França. Nós temos Malvinas, nós temos a Guiana Francesa, nós temos todo esse colar de ilhas oceânicas dificultando a transformação do Atlântico Sul numa bacia econômica. De modo que, sim, eu vejo Inglaterra e França como problemas. Se tivermos um dispositivo aeronaval e, ademais, uma articulação do CDS, nós teremos duas forças de dissuasão consideráveis, que pesarão até para a OTAN e para os Estados Unidos na perspectiva, eventualmente, de uma ameaça à nossa soberania.

Então, de *per se*, o simples fato de mencionarmos um CDS que engloba 400 milhões de pessoas, um conjunto considerável, já o torna um poder de considerável dissuasão. Se isso vier acompanhado do reaparelhamento militar – sobretudo nessa quadra histórica, porque vejo como potenciais ameaças justamente às potências aeronavais –, eu acho que, “barbas de molho”, no nosso caso, devem ser fundamentalmente com relação à França e à Inglaterra. A França ainda dispõe de ilhas. Ela controla o Canal de Moçambique. Pelo Canal de Moçambique passam 40% do petróleo mundial.

Então, se a nossa perspectiva, já na época do Golbery, era a de manter sempre aberta a ligação Índico com o Atlântico Sul, é bom ficar de olho. Essa me parece ser a resposta para a primeira questão.

Com relação aos problemas da América Latina, sim, claro, a América Latina ainda é um continente em formação e que não alcançou completamente a estabilidade na sua política econômica e também não tem assegurada a sua plena soberania. Mas estamos caminhando bem. O fato de os Estados Unidos estarem muito preocupados ou com o Oriente Médio, como nessas últimas décadas, ou com o Extremo Oriente, com a Ásia e o Pacífico, como anuncia o Pentágono para as próximas décadas, nos dá uma margem de manobra muito maior.

Essas experiências de política econômica diferenciada em relação ao modelo neoliberal, que nós estivemos experimentando aqui na América Latina e que estão forjando um modelo mais nacionalista, mais de esquerda, ainda que seja difícil defini-las, são políticas avessas ao modelo neoliberal. Para podermos continuar nessa marcha, sem dúvida, o fato de os Estados Unidos estarem muito ocupados com a Ásia nos dá maior liberdade. Temos que

aproveitar essa janela de oportunidades e avançar no sentido da integração. Esta me parece ser a resposta.

A questão do Paraguai não me preocupa muito, porque a defesa que fizemos foi uma defesa importante de princípios – e agora vai haver eleições. Tudo vai se rearranjar e o Paraguai vai ser integrado tranquilamente, não tenho dúvidas disso.

O que, naquele momento, se discutiu, a meu ver, de maneira um tanto enviesada, foi como os países do Mercosul responderam com a suspensão do Paraguai. Mas eu pergunto: não deveríamos responder ou simplesmente aceitar o golpe de Estado? Não me parece razoável. De modo que a reação existente, que foi a de aproveitar a ausência do Paraguai para incluir definitivamente a Venezuela, parece-me que foi a resposta adequada naquele momento.

Obviamente, a sociedade paraguaia agora vai enfrentar a discussão, se quer ou não ficar com os seus vizinhos. Eu tenho certeza de que a nacionalidade paraguaia vai se manter na América do Sul, na Unasul, vai optar por estar conosco no Mercosul, porque o Paraguai é parte inextricável da América Latina.

Então, não vejo tanto problema por aí, mas acho, sim, que estamos construindo instituições regionais específicas. Recordo-me, inclusive, que os mexicanos propuseram a criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que é uma instituição mais ampla, em termos geográficos, do que o nosso Mercosul e a nossa Unasul. A CELAC também é uma institucionalização que vai na direção de uma aproximação maior entre todos os povos da América Latina, que me parece ser uma tendência inevitável para os próximos anos. Devemos, portanto, tirar disso as melhores consequências.

Finalmente, entendo que os problemas que aparecem no nosso ambiente latino-americano devem ser respondidos, em primeiro lugar, pelos próprios latino-americanos. Se há algum problema envolvendo dois países latino-americanos, que a Unasul ou a CELAC sejam os âmbitos para resolver esse tipo de problema. O problema é mais bem resolvido no local onde aparece.

A questão da ONU é: se o Brasil vai ou não ter assento permanente no Conselho de Segurança. Aí está a diferença entre as nossas aspirações, as nossas potencialidades.

O brasileiro, em geral, acha que o país tem direito a um lugar no Conselho de Segurança da ONU. Nós aspiramos a isso. Já há algum tempo, as autoridades brasileiras manifestaram essa intenção.

Mas como chegar até lá, não é verdade? Uma das ideias que venho desenvolvendo é a do veto compartilhado, ou seja, as potências que têm assento no Conselho de Segurança alegam que não podem abrir um novo veto, um novo poder de veto, porque elas tiveram um tributo de sangue para alcançar esse privilégio na política mundial.

As potências que estão emergindo, em particular Brasil e Índia, são potências pacifistas. Como vão ter lugar no Conselho de Segurança permanente? Através de um veto compartilhado. Apenas quando Brasil e Índia, juntos, tiverem a mesma posição, poderão exercer o seu poder de veto.

Eu tenho a impressão de que colocar isso, diplomaticamente, na ONU, no G-4,⁶ deixaria as potências que têm assento no Conselho de Segurança numa situação muito constrangedora.

Hoje – acho que os senhores sabem –, os Estados Unidos aceitam o pleito do Japão e da Índia; não aceitam o do Brasil e o da Alemanha – curiosamente os países ocidentais.

Ora, mas por que isso? É a geopolítica. Está certo? Ou seja, com Japão e Índia eles contêm a China, não é verdade? Agora com o Brasil e a Alemanha, eles perdem a Europa e a América Latina, está certo?

Então, por isso, tenho imaginado essa alternativa como uma proposta que, sendo feita pelas quatro potências, o veto compartilhado vai colocar, em termos morais, uma situação muito difícil para as potências refutarem. E o aspecto moral, ideológico, hoje em dia é muito importante.

Não sei se respondi a tudo. Mas era isso.

6. Grupo de países formado pela Alemanha, Brasil, Índia, Japão cujo objetivo é apoiar as propostas uns dos outros para ingressar em lugares permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Pergunta – A minha pergunta é em relação ao uso de forças militares privadas, que têm forte atuação, por exemplo, no Oriente Médio e na África. Uma vez que o interesse do Brasil é de paz e cooperação, eu queria saber se o país expressa alguma preocupação em relação à atuação desses exércitos, já que eles não estariam sujeitos às mesmas leis de guerra que os exércitos nacionais.

Roberto Carvalho – Sobre os exércitos mercenários, não é isso? Não constam em nossos estudos, parece-me. Nunca pensamos nessa possibilidade no MD. Então, nos nossos estudos, as nossas ameaças, as nossas possibilidades, estamos nos preocupando com as capacidades. Quem vem do outro lado pode ser a, b, c ou d, pode ser mercenário ou não, vamos visualizá-los como nossos oponentes. Então, não estudamos, basicamente, esse sentido pontual que você colocou na sua pergunta, a preocupação com o exército mercenário. Então, eu não teria uma resposta mais detalhada.

Leonardo Gadelha – Eu quero, uma vez mais, tecer loas à minha presidente, a deputada Perpétua Almeida, por seu esforço hercúleo. Encontros de alto nível como este se tornaram corriqueiros na Câmara dos Deputados, muito em função do trabalho, do esforço da deputada Perpétua Almeida. E eu gosto sempre de deixar isso muito claro. É necessário que a gente renda homenagens a quem trabalha para tornar a comissão proeminente e facilitar o trânsito da população brasileira a assuntos tão importantes para o futuro da nossa nação.

Então, quero agradecer penhoradamente aos nossos convidados, que nos prestaram valiosíssimas contribuições nesta tarde. Quero, uma vez mais, agradecer a cada um de vocês a presença. Está encerrado este painel.

O ENTORNO GEOESTRATÉGICO BRASILEIRO: COOPERAÇÃO COM A AMÉRICA DO SUL E A ÁFRICA

Apresentadora

Perpétua Almeida*

Coordenador

Vitor Paulo**

Expositores

Francisco Carlos Teixeira***

Oswaldo Oliva Neto****

Pablo Celi de la Torre*****

Perpétua Almeida – Bom dia, senhoras e senhores.

Gostaria de dar continuidade ao nosso seminário, que ontem teve uma brilhante abertura, *Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro*, palestra ministrada pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, além da presença dos representantes das três Forças, do ministro da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE) e demais convidados.

Chamo, então, o deputado Vitor Paulo para coordenar os trabalhos desta manhã, cujo primeiro painel é *O Entorno Geoestratégico Brasileiro: cooperação com a América do Sul e a África*.

Passo a palavra ao deputado Vitor Paulo, para fazer a composição da mesa.

Vitor Paulo – Muito obrigado, senhora presidenta, deputada Perpétua Almeida.

* Deputada do Partido Comunista do Brasil do estado do Acre (PCdoB/AC).

** Deputado do Partido Republicano Brasileiro do estado do Rio de Janeiro (PRB/RJ)

*** Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**** Coronel da Reserva e consultor na área militar da Odebrecht Defesa e Tecnologia.

***** Vice-diretor do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano da União de Nações Sul-Americanas (CDS/Unasul).

Bom dia a todos. É um prazer estar com todos os senhores. Vou convidar para compor a Mesa os senhores palestrantes. Convido o professor Francisco Carlos Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), meu estado. Seja bem-vindo a este seminário. Convido o Coronel Oliva, da Odebrecht Defesa e Tecnologia. Seja bem-vindo. Convido o senhor Pablo Celi de La Torre, vice-diretor do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Seja bem-vindo.

Senhoras e senhores representantes do Corpo Diplomático aqui presentes, colegas parlamentares, autoridades do Poder Executivo, profissionais da imprensa, representantes das universidades e centros de estudos, senhoras e senhores, dou início agora aos trabalhos do segundo dia do Seminário *Estratégias de Defesa Nacional*, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) desta Casa em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Honra-nos muito a senhora presidenta, deputada Perpétua Almeida, que preside, com muita maestria, com muita competência, a CREDN.

Senhoras e senhores, neste evento, promovido pela CREDN, dentre outros assuntos serão discutidos temas focados na cooperação internacional multirregional e multilateral, contribuindo para a inclusão mais significativa do cenário político e econômico internacional e a construção de caminhos nos quais a multipolaridade incrementa o processo democrático.

É muito importante, nas relações internacionais, ressaltar que o Brasil tem empenhado esforços para participar de forma contundente de ações de cooperação, seja em ações humanitárias de aprendizado seja em tecnologias sociais seja até mesmo em projetos estruturantes mais complexos e de maior impacto socioeconômico.

Reconhecemos a importância de tais ações, a exemplo do investimento de US\$ 23 milhões feito pelo governo brasileiro para a criação da fábrica de medicamentos genéricos para tratamento da AIDS em Moçambique e da significativa participação do Brasil no Programa Íbero-Americano de Bancos de Leite Humano (IBERBLH), que promove a implementação de bancos em países da África e da América Latina.

Apontamos apenas dois exemplos, dentre as diversas ações praticadas pelo Brasil, ressaltando que estas são baseadas na incessante busca pelo compartilhamento do conhecimento dos casos de sucessos anteriores. Por exemplo, o diálogo entre a América Latina e a África será de grande importância para intensificar essas ações, e a cooperação brasileira se apresentará de forma destacada, tendo em vista que a atual conjuntura mundial não tem contribuído para a inserção de muitos dos países pobres nos mercados. Ao mesmo tempo, os países com maior capacidade de fornecer ajudas internacionais estão atuando de forma tímida, aumentando assim a nossa responsabilidade perante o cenário de cooperação internacional.

Senhoras e senhores, visando alcançar com eficácia a tão almejada cooperação internacional, as autoridades brasileiras têm envidado esforços para desenvolver a indústria de defesa nacional compatível com a pujança econômica da nação. No entanto, deve-se perceber o seguinte: o Brasil da década de 1980 foi o 8º país no *ranking* orçamentário de defesa e, hoje, ocupa o 12º lugar, ao lado do Canadá, Austrália e Espanha. O país praticava uma política de defesa estável. Havia desrespeito e sucateamento do legado científico e industrial militar, desarticulação entre Exército, Marinha e Aeronáutica, orçamento deficitário e falta de uma política industrial e científica de defesa.

De acordo com os números do Ministério da Defesa (MD), o Brasil investe cerca de R\$ 30 milhões por ano em pesquisa e desenvolvimento para fins militares, valor que já é pequeno e ainda sujeito a contingentes orçamentários.

Nosso país já chegou a ser o oitavo maior exportador de equipamentos militares. No entanto, a redução e a volatilidade dos orçamentos de defesa, assim como os contingenciamentos orçamentários nos programas de compra das Forças Armadas, conduziram à situação que se encontra, em termos de defesa nacional. Com o fim da Guerra Fria e da União Soviética, o cenário mudou. O mundo desarmou-se e passou a vender equipamentos, o mercado tornou-se vendedor. Vale salientar que não é necessário apenas investir em novos equipamentos, deve-se pensar em uma estratégia de descarte dos equipamentos obsoletos, um excedente que pode acabar caindo nas mãos de grupos criminosos e de organizações terroristas.

Concluindo, senhora presidenta, senhoras e senhores participantes, cabe ainda lembrar que o Brasil já sofreu com boicotes de certificação de

seus equipamentos e intensos *lobbies* junto aos organismos multilaterais e ao MD para aumentar restrições ao comércio desses equipamentos. O tanque Osório, da Engenheiros Especializados S.A. (Engesa), o foguete Astros e alguns aviões da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) foram afetados nesse processo. Como resposta, o governo optou por cortar subsídios para a indústria bélica. Esse procedimento, no entanto, não ocorreu nas principais economias que incentivaram o setor.

Ante o exposto, urge a necessidade de uma transição para produção e comercialização dos itens mais sofisticados.

Finalmente, essas questões e os novos desafios a enfrentar demandam a nova inserção nas ações de defesa e segurança. Em virtude do novo andamento da geopolítica mundial, deve-se apoiar a mudança do rumo nas estratégias de defesa brasileira. Parcerias e cooperações internacionais são caminhos democráticos, viáveis, e merecem os estímulos desta Casa e de todos os que compreendem a importância da defesa brasileira no atual cenário mundial.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Perpétua Almeida – Dando prosseguimento a este seminário, vamos passar ao primeiro painel, *O Entorno Geoestratégico Brasileiro: cooperação com a América do Sul e a África*.

Todos os componentes já se encontram à mesa.

Passo a palavra ao primeiro palestrante, o ilustre professor Francisco Carlos Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Francisco Carlos Teixeira – Obrigado, deputada Perpétua, pelo convite. Sinto-me honrado de estar mais uma vez na CREDN. Peço desculpas ao público pelo tempo, pois terei de mudar bastante o esquema de apresentação que havia pensado, mas me coloco à disposição depois, por *e-mail*, para qualquer outra explicação.

Gostaria de me desculpar previamente, dizendo que vou falar de uma posição que é mais confortável para mim. Sou historiador e vou falar como historiador, um historiador especializado em questão militar, em que o

grande campo de estudo é aquele que um teórico chamou de grande estratégia internacional. Portanto, não sou militar, não controlo terminologias, não controlo casos ou estudos específicos. É a fala de um historiador, e eu vou pedir aos senhores paciência para ouvirem um historiador.

Vou trabalhar aqui com treze hipóteses. Talvez dessas treze hipóteses de trabalho, quatro ou cinco sejam comprovadas, as outras não, são hipóteses de trabalho.

Vou passar várias coisas rapidamente – o material vai ficar à disposição dos senhores.

Eu diria que nós precisamos de um ponto de partida que funcione como um solo comum, um chão comum, um lugar de fala em que todos tenhamos concordância. Se nós não tivermos essa concordância inicial, tudo o mais que eu vou falar não terá nenhuma relevância.

Qual é o chão comum, qual é o elemento central, o ponto de partida, para que a gente possa conversar com os termos aceitos consensualmente? Um, a Guerra Fria acabou; a geopolítica, a estratégia e os mecanismos pensados durante a Guerra Fria, depois de 1991, do fim da União Soviética, e a desapareção dos dois grandes blocos concorrentes não têm mais significado para nós. Dois, há uma dificuldade prática para colocar o item um, simples e geral, em prática. Três, continuamos estudando, pensando e utilizando manuais, textos e teorias e teóricos da Guerra Fria. Quatro, o papel do Brasil na Guerra Fria era, na prática, irrelevante, se a guerra, que era a guerra possível, acontecesse.

Hoje, mais do que nunca, a guerra nuclear, atômica, geral, está bastante descartada. Podemos ter até acidentes, uso de material roubado, coisa parecida, mas a grande guerra está descartada. Diferente do que vários colegas meus pensam, isso não tornou o mundo mais pacífico; ao contrário, o risco da escalada atômica e da destruição geral, generalizada, era um dissuasor fundamental para os blocos que se enfrentavam.

Com a desapareção do risco – Clausewitz diz que “toda guerra tende ao seu extremo” –, o que aconteceu? A guerra convencional interestatal, intraestatal, interestatal e intraestatal juntas, e intraestatal com intervenção estrangeira são muito mais possíveis do que eram antes. Portanto, os meios convencionais são de suma importância neste momento, ao contrário de

alguma coisa vigente hoje nas academias de que o risco da guerra é baixo e novas ameaças que nada têm a ver com a guerra convencional são altas. Este é o chão comum. Isso, em si, já seria uma discussão imensa. Eu não posso fazê-la agora aos senhores. Vou pulá-la para chegarmos às treze hipóteses que eu vou apresentar para os senhores.

A *primeira* diz respeito ao espaço geopolítico do Brasil. Este espaço é a América do Sul e suas projeções: o entorno da América do Sul, o oceano Atlântico e suas projeções. Pensar diferente desse nicho estratégico é exigir do país meios hoje não disponíveis, hoje não capazes de ter uma resposta por parte do Brasil. Temos que nos concentrar no nosso espaço geopolítico.

A *segunda hipótese* – conceito geopolítico de América Latina – não nos interessa e não tem maior significado hoje para o Brasil. Ele foi cunhado pelo imperialismo francês no século XIX, para poder ocupar o México e outras áreas, e foi adotado pela diplomacia latino-americana em geral, deu ocasião a muitas festas, brindes, a muitos discursos dizendo tudo o que nos une, mas que na verdade não une de maneira alguma a América Latina e não conseguiu de maneira alguma uma projeção e uma solidariedade clara nesse sentido de América Latina.

E, além de tudo, depois dos acordos do Comércio Livre da América do Norte – North American Free Trade Agreement (Nafta) e de livre comércio com o Caribe por parte dos Estados Unidos, restringiram-se imensamente os meios e as condições brasileiras de projeção na América Latina. Pelo menos um desses países, o maior e mais importante, por exemplo, o México, é radicalmente contrário aos interesses fundamentais do Brasil, começando, por exemplo, pela reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

A *terceira* – o conceito geopolítico de hemisfério ocidental e de defesa hemisférica também é estranho hoje aos nossos interesses. Foi criado num momento em que a Europa se lançava numa guerra fratricida, primeiro para isolar-nos nessa guerra, e depois para seguirmos a potência hegemônica no continente. Esse conceito não tem uma vigência para os interesses brasileiros atuais. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) é uma antiguidade que não tem o menor significado para a defesa do Brasil hoje, ou de nenhum outro país da América do Sul, e a Guerra das Malvinas comprovou claramente isso.

A cooperação com os Estados Unidos, bem-vinda e importante, pode e deve ser feita em termos bilaterais, e não é necessário nada como o Tiar para que essa cooperação se realize. Mesmo na Organização dos Estados Americanos (OEA), que depois dos anos 1960 foi aumentada para dezesseis ou dezessete países, a maioria dos quais com população menor do que a Avenida Nossa Senhora de Copacabana, no Rio de Janeiro, vota contra os interesses brasileiros e não tem maior significado para a defesa e a garantia desses interesses. Honduras e, agora, o caso do Paraguai são exemplos nos quais a política brasileira é sistematicamente derrotada no âmbito da OEA. Além de tudo, desses novos países, dezessete reconhecem Taiwan, criando sérios problemas de relacionamento do Brasil com seu principal parceiro atualmente, a China.

A *quarta hipótese* é que o Brasil não possui hoje, nas suas fronteiras terrestres, uma questão de defesa. Não temos ameaça de defesa nas nossas fronteiras. Não temos questões de conflito com nenhum país vizinho, amigo, fronteiriço, nem com uma coligação de países fronteiriços em relação ao Brasil. Na verdade, senhores, o Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto fizeram uma revolução diplomática e estratégica no continente, que revogou 400 anos de história, em que nosso cenário de conflito era o Prata, onde travamos as nossas piores e mais duras guerras. O Prata foi o cenário principal.

Na verdade, eu diria que não revogamos 400 anos de história, revogamos 1 mil anos de história, porque Portugal e Espanha brigavam nas suas fronteiras – Badajoz foi lá para eles o que a Colônia do Santíssimo Sacramento foi aqui para nós. Quando esses dois países resolveram construir seus impérios, o fizeram na América tão vizinhos como eles próprios eram na Europa, e herdamos isso. Chegamos a um risco de guerra elevadíssimo no começo dos anos 1980, no Prata. Os planos argentinos foram publicados agora. Esse risco desapareceu para grande felicidade do Brasil e da Argentina. Revogamos 400 anos de história. Se o Mercado Comum do Sul (Mercosul) não tivesse outros méritos, esse já seria um grande mérito.

Ainda nessa *quarta hipótese*, o Brasil realizou, querendo ou não, sabendo ou não, planejando ou não, o que podemos chamar de uma dissuasão por volume. Não há risco de defesa decorrente da ação dos nossos países vizinhos. A capacidade brasileira industrial, tecnológica, financeira, o diferencial entre o Brasil e seus vizinhos resultou num fantástico movimento de dissuasão.

Mesmo que não tenhamos tido questões, houve dissuasão por volume, inesperada, que acabou acontecendo nesse sentido.

Temos ainda – e os senhores podem questionar isso –, problemas de segurança nas vastas fronteiras com os nossos vizinhos. Mas temos que ter clareza na distinção entre o que é segurança e o que é defesa, inclusive no *dégradé* complexo e flexível entre segurança e defesa. Se estamos falando em defesa, temos que abandonar as noções de Guerra Fria, de segurança e passarmos a pensar em defesa objetivamente.

Quinta hipótese. Devemos ter clareza nesses conceitos. Se esses conceitos não forem discutidos e aclarados, não teremos como fazer qualquer planejamento, porque estaremos confundindo uma esfera de ação com a outra.

Temos também que ter extremo cuidado para que nosso conceito de defesa não seja contaminado por conceitos não produzidos dentro dos organismos, das entidades, das sociedades, das universidades, das forças brasileiras. Não podemos adotar um conceito de defesa que não seja brasileiro e que não seja para o nosso entorno estratégico, a América do Sul.

Nesse sentido, segurança deve ser encarada, e o governo brasileiro e as forças brasileiras têm feito isso nesse *dégradé* que coloca entre segurança específica e defesa aquilo que, nas grandes democracias modernas, se chama “força de terceiro tipo”, para evitar a transformação das Forças Armadas em forças de polícia. A função das Forças Armadas não é ser polícia. As forças de terceiro tipo, a nossa Força Nacional, deram provas de eficiência e eficácia, por exemplo, no caso do Rio de Janeiro. Quando necessário, de forma pontual, cirúrgica, houve a atuação das Forças Armadas. Apenas deu errado, apenas houve maus resultados quando se tentou estabelecer e manter as Forças Armadas numa função que não era a sua.

Ainda nessa *quinta hipótese*, as experiências da Colômbia e do México, onde se militarizaram questões de polícia, são exemplos que devem ser examinados com cuidado. Por sinal, dois oficiais fazem doutorado sobre isso comigo. É o caso em que, aceitando doutrinas exógenas, as Forças Armadas foram levadas para ações policiais e não deram resultado, não conseguiram. O México se encontra num impasse sangrento, e a Colômbia, enfim, resolveu negociar com aqueles com quem ela dizia que não negociava.

Sexta hipótese. Temos que ter a clareza de que, nesse degradê, as Forças Armadas têm um papel fundamental, sim, em segurança, mas um papel ligado a treinamento, logística, inteligência – todas as condições de controle e de inteligência que tem uma sociedade moderna. Não cabe a ela patrulhar ruas, patrulhar comunidades populares ou agir dessa forma.

Sétima hipótese. Há uma inclinação que me parece – quero pedir desculpas ao meu querido almirante, mas já conversamos tanto sobre isso – exagerada, errônea de transformar as Forças Armadas brasileiras tanto em força de polícia quanto em força de paz internacional.

Senhores, já fizemos isso, não é preciso fazer mais. As forças de paz têm de ser, cada vez mais, compostas por policiais, bombeiros, professores, médicos, dentistas, veterinários, agrônomos, cuja segurança, sem dúvida nenhuma, caberá a corpos militares. Mas não cabe aos corpos militares fazerem isso. Não podemos apanhar o que temos de melhor e transformar o martelo do Brasil, que já é um martelo limitado, numa força de ação social ou voltar essa força para ações antidistúrbios, voltando a confundir defesa com segurança.

No interior das Forças Armadas já há um movimento de jovens capacidades – de cabos a jovens oficiais – de preferência por ações de força de paz, em detrimento das funções precípuas. Este é um risco.

Temos que assumir claramente a necessidade, e aí vamos para a *oitava hipótese*, de compartilhar com nossos vizinhos da Unasul e do Mercosul, que têm larga responsabilidade e experiência com forças de paz, distribuir essas tarefas com uma bandeira única, a bandeira da Unasul, dividindo essas atribuições – não tem sentido haver uruguaios, argentinos e brasileiros separados na mesma região – e, com isso, facilitar e incentivar a formação dos *clusters* industriais múltiplos de defesa no continente.

Um paradoxo: eu disse aos senhores que não temos inimigos, que exageramos nas forças de paz, que precisamos de uma bandeira comum, que não temos que ser polícia. Então, para que Forças Armadas? Para que isso precisa acontecer? Por uma questão simples: o risco de defesa do Brasil e do continente não ocorre dentro do nicho sul-americano; ele é externo, ele vem de fora [esta é a nona hipótese].

Coisas maravilhosas que nós temos, o excelente material humano – daqueles que atuam na guerra na selva até os nossos paraquedistas e os que atuam na Caatinga –, são, senhores, o plano B. Eles só entrarão em combate quando nós tivermos sido derrotados por uma força aeronaval superior que se aproximar do litoral da América do Sul.

Precedentes externos são uma coleção histórica, da invasão e da ocupação do México pela França até a Guerra das Malvinas. É uma ameaça superior vinda de fora pelo mar.

Décima hipótese. As áreas de vulnerabilidade brasileira são, evidentemente, a Amazônia Verde e a Amazônia Azul – é nisso que temos que pensar. O Mercosul e o Tratado de Ouro Preto nos libertaram de um peso fantástico. O cenário platino deixou de ser um cenário de risco. Conseguimos inclusive transferir unidades para a Amazônia. Este é um ato revolucionário na formulação estratégica brasileira. Não teríamos meios para um cenário no Prata, um cenário no Atlântico, um cenário na Amazônia; mal temos, se temos, para as duas Amazônias. É aqui que devem ser concentrados todos os esforços nesse sentido.

Décima primeira hipótese. O risco de defesa se daria por meio de uma ação aeronaval. Isso implica que nós teríamos de ter os meios e as condições de impedir que uma força aeronaval se aproxime 500 quilômetros do litoral brasileiro com objetivos hostis ao nosso território.

Nesse sentido, não precisamos, de maneira alguma, desenvolver capacidades que sejam comparáveis, evidentemente não aos Estados Unidos, mas à Austrália, à Espanha, à Itália neste momento. Com muita clareza – eu não sei dizer isso aos senhores, os senhores são os especialistas, são os engenheiros e são os militares –, nós precisamos daquilo que poderíamos chamar a doutrina do escorpião [décima segunda hipótese]. Um escorpião não mata um elefante, mas sua picada dói às pampas. Qual é o tamanho do ferrão e o tamanho da dor dissuasória que poderíamos infligir a uma força que se aproxime, hostil, do território brasileiro? Temos que pensar com clareza.

Só para a gente ter um exemplo, a China decidiu, no seu 18º congresso, no seu plano militar, que o principal risco é uma força-tarefa que chegaria pelo mar. O objetivo é manter essa força-tarefa a 700 quilômetros do litoral chinês, até para, se for o caso – o que decididamente ela não quer –, resolver

o problema de Taiwan sem a intervenção estrangeira, fato consumado quando essa força-tarefa puder se aproximar. Nesse caso, os chineses pensaram em balística e pensaram em forças de submarino. Esse é o caso chinês. Mas é fundamental pensar nessas condições.

Décima terceira hipótese. Para além do desenvolvimento de um ferrão capaz de causar dor, nós precisamos garantir, na área diplomática, o fortalecimento de todas as instituições regionais, de todas as instituições de cooperação, para que se evitem conflitos entre os nossos vizinhos. Não entre nossos vizinhos e nós – no caso desses, não há essa possibilidade –, mas entre os nossos vizinhos. Conflitos entre os nossos vizinhos chamarão potências externas para dentro do continente.

Temos que recusar, de forma resoluta, a presença de bases, tropas ou qualquer equipamento militar de potências externas ao nicho sul-americano e temos que desenvolver relações harmoniosas e cooperativas com todos os países do entorno.

Para discorrer sobre essas ideias, fui extremamente conciso, para respeitar o tempo da mesa. Essas ideias foram publicadas agora pelos nossos amigos Sílvio Filho e Rodrigo Moraes, no livro *Defesa Nacional*, lançado no início de novembro de 2012, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme). Eu escrevi uma parte desse livro, com o meu aluno Daniel Chaves, sobre riscos na América do Sul.

Muito obrigado.

Oswaldo Oliva Neto – Exma. senhora deputada Perpétua Almeida, Exmo. senhor deputado Vitor Paulo, ilustríssimos professores Pablo de la Torre e Francisco Carlos Teixeira, estou representando o presidente da Odebrecht Defesa e Tecnologia, senhor Luiz Augusto Teive Rocha, que infelizmente não pôde estar presente. Nesta apresentação, será exposto um trabalho executado por ele, e nós fomos convidados a participar deste debate porque ele tem muita experiência e muito conhecimento no trato dos assuntos com a África, uma das áreas subordinadas a ele dentro do Grupo Odebrecht antes de ele assumir a Odebrecht Defesa e Tecnologia. Portanto, diferentemente do professor Francisco Carlos Teixeira, o foco desta apresentação da Odebrecht é mais para a África.

Gostaríamos de deixar dois conceitos claros de geopolítica e de geoestratégia, até de geopolítica e estratégia, em que o importante é saber em que nível político eu desejo tratar os assuntos de defesa e, estabelecido esse nível político, que estratégias serão utilizadas para que a possamos conquistar e manter esses objetivos políticos? Então, “o que fazer” é a estratégia, e “como fazer” eu busco na geopolítica.

Antes de tratarmos da África, existem alguns aspectos condicionantes da defesa no Brasil que devem ser considerados para essa análise da África. Aqui já não estamos fazendo uma análise acadêmica, estamos fazendo uma análise mais pragmática. Então, esses aspectos relevantes da legislação brasileira, da cultura brasileira, de iniciativas brasileiras devem ser considerados para tratarmos desse entorno estratégico no Brasil, particularmente, da África.

Estratégia Nacional de Defesa (END). Centremo-nos em alguns conceitos muito interessantes. Primeiro, da inter-relação do projeto de defesa com o projeto de desenvolvimento, o que torna claro alguns impactos que a defesa tem no desenvolvimento nacional e que o desenvolvimento nacional tem sobre a defesa. É uma relação de duas forças.

A estratégia de defesa é inseparável da END. É outro conceito importante para que a gente não pense que o assunto “defesa” é tratado exclusivamente no ramo da defesa, o de desenvolvimento em outro ministério, em outra área do governo. Não. Isso é um assunto único dentro do país.

Foram estabelecidos três grandes eixos de atuação na END: a reorganização das Forças Armadas; a reestruturação das indústrias de defesa e uma política relacionada aos efetivos e ao serviço militar.

Que características são essas brasileiras que têm impacto sobre uma análise geoestratégica, com relação à África?

Um dos três eixos estruturantes da END é a reorganização das empresas de defesa. No Brasil, nós não temos deficiências exclusivamente nas Forças Armadas, temos deficiências nas empresas de defesa no mesmo nível.

A distância que as Forças Armadas hoje possuem de uma demanda ideal de equipamentos e de serviços acontece também nas empresas.

A sustentabilidade de longo prazo das empresas está intimamente ligada à estatura político-estratégica das Forças Armadas, que está intimamente ligada à projeção do Brasil como uma nação. Então, nós não vamos tratar do assunto “defesa” de uma forma desconectada da posição brasileira no Conselho das Nações, da estatura político-estratégica das Forças Armadas e, por sua vez, das próprias empresas de defesa, que deverão atender a algumas demandas, a alguns desafios que se apresentam.

Historicamente, as empresas de defesa foram migrando de um conceito inicialmente estatal – as primeiras empresas de defesa no Brasil, que começam inclusive com a vinda de D. João VI para o Brasil, são totalmente estatais, nas mãos do governo – para uma situação intermediária na década de 1970. E vimos empresas como a Engesa e a Avibras sendo criadas e compartilhando dessa responsabilidade que até aquele momento era estatal.

E, mais modernamente, com a END, passa a haver uma prioridade bem clara para que os produtos e serviços sejam desenvolvidos por empresas privadas e para que a operação das Forças Armadas fique voltada para a sua atividade-fim.

Há uma característica desse segmento de defesa: para que a gente possa gerar inovação, chegar a um nível de produtividade adequado, as Forças Armadas vão ter de se desenvolver, e o país vai ter de se desenvolver. Hoje nós temos um processo em que a nação já deu um salto de qualidade em seu desenvolvimento e as Forças Armadas e as empresas de defesa estão procurando acompanhar essa evolução.

Um sistema adequado de defesa – e aí se inserem as empresas – é uma fusão virtuosa de relações e decisões de governo com relações e decisões de empresa (a END inclusive coloca isso como base fundamental); da necessidade militar mais a capacidade empresarial (estamos vendo as dificuldades que estamos tendo de enfrentar para atender algumas demandas que já estão inclusive em execução); e da tecnologia existente no Brasil, com a busca de novas tecnologias na fronteira mundial.

Qual seria o objetivo geopolítico para a defesa no Brasil? O que nós faríamos? E por que isso tem impacto na nossa situação e no reflexo da análise no dia de hoje? Basicamente, como disse o professor Francisco Teixeira, as Forças Armadas visam garantir o Estado, garantir a nação. Essa é a finalidade

precípua das Forças Armadas. Se interpretarmos o artigo da Constituição que estabelece a missão das Forças Armadas, vamos ver que é basicamente garantir o Estado.

E a política de defesa sofre influências políticas e geográficas. Temos que considerar que uma política de defesa em um pequeno Estado insular é completamente diferente da defesa de um país continental. Então, os aspectos geográficos e os aspectos políticos têm, sim, um impacto muito grande no modelo de defesa daquela nação.

Pinçando alguns trechos da END, um deles diz o seguinte: “Estimular a integração da América do Sul. E essa integração contribuirá para a defesa do Brasil e possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa”.

Isso quer dizer o seguinte: nós temos a cooperação para o nosso entorno, já está estabelecido na END. Não é um diletantismo acadêmico e não é uma vontade de terceiros; isso está estabelecido no documento da END, que no momento é o documento básico no qual o Brasil pauta toda a sua evolução nessa área.

E outro trecho diz: “Capacitar a indústria nacional de material de defesa para que conquiste autonomia tecnológica indispensável à defesa”. Aqui se está estabelecendo o seguinte: a empresa tem que trabalhar com mercado e tecnologia. Se esses dois insumos da defesa não tiverem disponíveis, essas empresas não vão vingar, essas empresas não irão para a frente.

E nós temos um histórico no Brasil, quando começam a migrar as empresas de defesa do conceito estatal para o privado, empresas que ficaram no meio do caminho – e uma grande quantidade de empresas importantes – porque mercado e tecnologia estavam dissociados do conceito, da gestão e dos objetivos dessas empresas.

Quais são os benefícios da cooperação com o nosso entorno, já que estamos considerando como um fator a ser considerado? A cooperação atende aos aspectos geopolíticos e geoestratégicos da defesa e aumenta a nossa capacidade regional de defesa.

Como disse o professor Francisco Teixeira, a principal ameaça é um desembarque aeronaval. *Grosso modo*, poderíamos considerar a América do

Sul uma ilha, uma região cercada de mar por todos os lados. Não há lógica, não se concebe, se tivermos um conceito do entorno estratégico estabelecido, a vinda de uma força terrestre pelo solo. Ela vai ter que ser deslocada por navios, vai ter que ser apoiada por aviões e vai ter que fazer um desembarque numa praia qualquer sul-americana. Então, se tivermos esse conceito bem estabelecido, a nossa defesa ficará bem mais fortalecida.

Essa cooperação contribui para o desenvolvimento de uma doutrina militar comum. O que estamos considerando como doutrina militar comum? São grandes linhas doutrinárias para as Forças Armadas desses países do nosso entorno, doutrinas comuns à região sul-americana, latino-americana, porque isso tem um impacto não só no campo operacional, como também no campo das empresas. Aumentamos o mercado e a viabilidade dessas empresas.

Essa integração regional permite a ampliação do desenvolvimento, permite a criação de empregos de qualidade e a conquista de tecnologia de ponta. Embora estejamos falando do processo de defesa, nós temos que considerar como insumo decorrente importante o tipo de serviço que é produzido pela empresa de defesa: são postos de trabalho de alta especialização, com remuneração muito adequada e que têm impacto no desenvolvimento nacional.

A consolidação do princípio de cooperação pode resultar na elevação da posição do Brasil e de seu entorno estratégico no conserto das nações internacionais; fortalecer a capacidade de defesa regional; consolidar as empresas de defesa; ampliar o domínio da tecnologia sensível; e universalizar a condução pacífica das crises entre as nações.

Também plagiando o que disse o nosso professor, o Brasil tem, em sua cultura, a tradição de resolver os problemas de forma pacífica.

Se nós estamos considerando que a cooperação vai levar até mais à frente, à humanização ou à padronização doutrinária, este conceito será transmitido para toda essa região. Em vez de decidirmos imediatamente pela força, haverá um processo de negociação que, muitas vezes, resulta em fatos positivos, em um caminho positivo, o que beneficia todas as nações envolvidas.

Senhoras e senhores, vejam o seguinte: essas palestras foram feitas por duas pessoas sem contato algum – o professor Francisco e o senhor Luiz Rocha – e os conceitos, tanto na área acadêmica como na empresarial, “batem” com os aspectos principais desse conceito da importância do entorno estratégico para a Defesa no Brasil.

Aqui seria a grande contribuição do Luiz Rocha, que tem a *expertise* de trabalhar com vários países da África dentro do Grupo Odebrecht, há mais de trinta anos com empresas permanentes em vários países da África, e eu vou tentar passar algumas ideias, alguns conceitos que ele, com muito mais brilhantismo, com muito mais *expertise*, deveria estar fazendo neste momento.

Ambiente atual e prospecções futuras em relação à África

A África ficou à margem do processo de desenvolvimento mundial, de fatores que não nos cabe neste momento analisar. O que aconteceu com este fato que, aparentemente, até aquele momento, era muito negativo? Ela tornou-se a última grande fronteira mundial. Ela é abundante em recursos naturais, abundante em energia, e poderá ser um grande celeiro em produção de alimentos no mundo. Então, o aspecto negativo do processo de evolução da África até os dias atuais a coloca numa posição de destaque dos dias atuais em diante. Ela será e é a grande nova fronteira mundial.

Outro aspecto que devemos levar em consideração é que existe, por falta de amadurecimento e por erro dos colonizadores europeus, uma instabilidade política latente na África. Isto é um processo de amadurecimento – vão ocorrer mais alguns movimentos, vão ocorrer mais algumas atividades –, e ao longo do tempo isso vai se consolidando, os territórios vão se consolidando, passa a haver um maior respeito pelas populações que estão nessas áreas, e esses conflitos tenderão a diminuir. Este é um fato.

Fato este que pode fazer com que nações exógenas queiram aproveitar aquele conflito e iniciar uma intervenção, iniciar uma aproximação, iniciar um domínio em região que está sob conflito. Então, o problema dos conflitos e da instabilidade política não se resume exclusivamente à dinâmica interna daquele conflito. Ela pode ser a geradora, ela pode ser a justificativa de uma intervenção estrangeira na África.

Por ter fronteira no Mediterrâneo e sua fronteira leste próxima da Ásia, a cobiça desses dois grandes polos de poder mundial é natural. Então, vamos entender que, para o europeu, a África é logo ali depois do Mediterrâneo. Para a Índia e para a China, é logo ali do lado. Os 700 quilômetros da preocupação da China chegam à África. Ao contrário, nós não temos aqui no Brasil nem na América Latina esse conceito porque nós somos muito mais insulares do que a África é para a Europa e a Ásia. Ela está muito próxima desses dois polos de poder e, por ser a última grande fronteira mundial inexplorada, a cobiça continua latente nessas duas áreas.

Quais são as vulnerabilidades potenciais desta África de hoje? Se os polos de poder asiático ou europeu intervierem na África, se florescer de forma diferente um conceito colonialista, passaremos a ter na nossa fronteira leste esses países. Vamos pensar que se qualquer país asiático resolve ampliar a sua base de acesso ao petróleo, a sua base de acesso a bens minerais ou a alimentos, ele passa a ser o país fronteiro com o Brasil no nosso lado leste. Passaremos a ter uma disputa, potenciais conflitos no Atlântico Sul e estaríamos importando deste movimento, que nada tem a ver com o Brasil, conflitos decorrentes dessa posição, desses polos de poder.

Procurando manter os vinte minutos que me foram estabelecidos, como eu consolido esses objetivos geopolíticos? Creio, não deve haver muita discordância, muita dúvida para nós, aqui do Brasil. Precisamos ampliar a capacidade de defesa do Brasil, estendendo o conceito de cooperação militar e empresarial para o nosso entorno estratégico.

Como eu antecipo a estratégia para que esse objetivo possa ser efetivamente conquistado? Devo fortalecer a cooperação, potencializando o nosso diferencial. Se nós quisermos nos aproximar da África, não será com o discurso de países anteriormente colonialistas ou que procuram uma hegemonia mundial que teremos sucesso. O Brasil dispõe de um diferencial importante para se pôr à frente dessa iniciativa. A nossa cultura, a nossa miscigenação, a nossa forma afável de tratar os assuntos – os resultados, inclusive, podemos ver nas forças de paz do Haiti, a relação que as Forças brasileiras, Exército, Marinha e Aeronáutica, têm com a população local –, esse diferencial da cultura do povo brasileiro deve estar à frente desse processo de consolidação do entorno estratégico.

Temos também, para antecipar a conquista desse objetivo geopolítico, que antecipar e fomentar a atividade empresarial. As senhoras e os senhores sabem que a Odebrecht está em Angola há mais de trinta anos. Hoje, a empresa que tem a maior quantidade de angolanos com carteira de trabalho assinada em Angola é a Odebrecht. Isso estabelece uma relação com a população e com o governo que ultrapassa iniciativas meramente conjunturais. Vai-se criando uma tradição, um vínculo, uma relação que facilita a absorção do entorno. Se nós quisermos realmente criar uma grande região, criar um conceito de defesa amplo que envolva o entorno estratégico africano e também o sul-americano, não vamos pensar exclusivamente sobre o segmento da defesa, vamos pensar sobre uma aproximação mais ampla, em que aspectos culturais, econômicos, sociais e militares estarão sendo colocados à disposição desse país.

Nós vemos os entornos sul-americano e africano como um conceito geopolítico de consolidação da nossa defesa. Eles nos veem de forma diferente. Nós somos o primo rico que deu certo. Eles querem essa ascensão, essa aproximação e esperam benefícios disso. Então, esse processo tem que ser mais amplo, e a experiência que a Odebrecht tem de atuar em mais de vinte países caracteriza isso no dia a dia. Quando chegamos com uma nação que não tem uma antiga tradição colonialista, com um povo que tem facilidade de relacionamento, onde os engenheiros, os mestres, os operários convivem naturalmente com a população e não estão cercados e isolados dela, as relações começam a ser diferentes, o que facilita muito a atividade política e as atividades decorrentes.

Então, a mensagem final que nós gostaríamos de deixar é exatamente essa: a consolidação de uma política do entorno que considere a América do Sul e a África deve ser muito mais como uma visão de Estado, muito mais como uma aproximação e uma relação de povos do que exclusivamente da defesa. A defesa será uma das maiores beneficiadas, mas ela precisa vir junto com outras iniciativas, para que não comecem a ver o Brasil como um novo colonialista. Se eu levar exclusivamente um assunto que só tem interesse o Brasil, perderemos a mão nessa atividade, nessa aproximação. Se chegarmos como uma nação que entende o conceito do entorno estratégico – e é um entorno todas as relações humanas, empresariais, políticas, educacionais estão contempladas –, a relação será diferente e o resultado será muito mais duradouro, perene, permanente.

Muito obrigado.

Pablo de la Torre – Peço desculpas, porque terei de falar em espanhol. Vou tentar fazer isso bem devagar.¹

Bom, quero compartilhar com vocês algumas reflexões a respeito das novas estratégias da América do Sul que dinamizam os processos da Unasul e, fundamentalmente, os assuntos de defesa nacional.

Começo destacando um assunto fundamental entre segurança e defesa, que não tem autonomia, que são as dimensões subordinadas à política dos Estados. Elas têm uma relação direta com o conceito e o processo de desenvolvimento e com a inclusão internacional das sociedades e Estados. Por este motivo, para refletir a respeito deste assunto, defesa, tem-se, em primeiro lugar, que refletir sobre sua relação com o desenvolvimento e, obviamente, com o contexto estratégico exterior. Acredito que a Unasul tem esta visão de que seja primordial ver a defesa como parte de integração e não como um processo autônomo, e que seja uma coisa integradora. Isso tem a ver também com a necessidade de pensar nesse problema como sendo estratégico, claro – e isso significa olhar para ele de uma perspectiva global e não somente pelos processos internos.

Olhar para a América do Sul numa perspectiva global significa olhar todos os processos nesta atual redistribuição do poder, em nível internacional. Essa visão de estruturar o poder em nível nacional exige, em primeiro lugar, demarcar um processo bem interessante: ter uma globalização econômica desigual. Essa globalização chega de uma forma, em nível internacional, que tende a se localizar regionalmente. Então, vivemos uma globalização regionalizada tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico, assim como do ponto de vista da segurança nacional. Então, temos que superar esta ideia de que estamos tendo uma globalização igualitária. Esta aqui é uma globalização que se assenta num ambiente político, e isso leva a reconhecer as diversidades que tem essa área. Nenhum regionalismo pode pensar nele mesmo e sim em relação ao resto de regionalismo.

De todas essas posições, eu concordo que se tem de olhar para os países da América do Sul, o Brasil, por exemplo, num contexto de organização dos vínculos extrarregionais e não simplesmente regionais. Se nós destacarmos que mudanças existem nesse contexto mundial e nessas relações estratégicas,

1. Apresentação feita originalmente em espanhol, posteriormente traduzida para esta publicação.

deixando de alguma forma uma continuidade, eu insistiria basicamente que, depois da Guerra Fria, tem crescido a interdependência entre a sociedade e os Estados, o que tem mudado essa forma. Hoje não tem mais autarquia nem relacionismo. A tendência à globalização limita as visões unilateralistas.

São interesses projetados necessariamente para uma escala mundial, e não reconhecer isso seria basicamente uma bobagem.

No segundo assunto, que tipo de conflito devemos enfrentar hoje? É um pouco mais difícil deixar de lado. Eu acho que os últimos conflitos nos países africanos nos mostram que temos de estar atentos a esses conflitos atuais, que transpassam fronteiras e que são muito mais difíceis de deixar de lado do que os de antigamente. Esses assuntos nacionais têm hoje uma importância muito grande e tendem a ser coisa regional. E essas sociedades multiculturais são afetadas por conflitos distantes. Portanto, a vizinhança é muito mais ampla do que supomos.

Um terceiro assunto é que o mundo atual é de um multipolarismo, que é uma tendência muito importante. Às vezes, a hegemonia militar dos Estados Unidos no controle mundial gera uma aparência de um mundo unipolar. O mundo, na verdade, é uma coisa multipolar, mesmo que os Estados Unidos queiram que seja unipolar. Isso, basicamente, os Estados Unidos querem que seja localizado. O fato é que hoje o sistema internacional é multilateralizado. Ele tem uma crescente funcionalidade político-militar e financeira, e tem adquirido maior importância para as economias, para esses processos políticos emergentes. Pode-se dizer que essa crise de 2009, que começou em países industrializados, recebeu um golpe muito forte e fez ver que a América do Sul teve um papel fundamental em 2010 e 2011. E seguindo essa tendência de recuperação de economia autônoma, sem dúvida a economia chinesa é muito importante; mas isso não pode ocultar nossa economia, embora tenha um peso econômico muito grande. Obviamente, pesam as tecnologias desses países.

Outro assunto relacionado à política internacional de contextos dependentes dos militares é que hoje o equilíbrio internacional não é somente de forças militares; são equilíbrios marcadamente econômicos e políticos e progressivamente sociais. Essa dimensão da cultura é muito importante nesses processos e a inversão da sociedade também; esse papel é interessantíssimo. O contexto militar é essencial, mas mesmo assim ele não é o conceito

determinante como foi na época da Guerra Fria, ou mais antigamente, quando, tendo-se em conta a possibilidade de uma guerra nuclear, ficava-se acima de todas as coisas citadas até agora.

Tudo isso tem mudado fundamentalmente a relação entre os conceitos de mudança e de segurança. Essa segurança tende a ser um pouco mais técnica, e obviamente recebe uma pressão política muito maior.

Falar sobre tais assuntos requer profissionalismo, considerando que abrangem contextos que ultrapassam fronteiras. Hoje, a segurança demanda maior amplitude, pois tem dimensões e funções cada vez mais específicas.

Nesse cenário, as alianças e as formas de se agrupar que têm a ver com a segurança são aspectos fundamentais, pois são processos econômicos e de segurança que não são necessariamente militares e contam com uma presença transnacional e regional.

Também temos o crime organizado internacional, sob o controle dos Estados. Então, esse conceito de guerra e de conflito não está desaparecido dentro desse sistema; ele está descentralizado, mas não desapareceu. Mas tende a se expressar regionalmente.

Vemos que a aliança militar dos Estados Unidos é caracterizada por esses espaços periféricos. Vemos também que de um centro estável, de uma periferia estável, isso tem a ver com o controle de defesa, seja unilateral seja político-militar. Basicamente isso está sendo colocado em prática pelo Pentágono.

Temos de reconhecer a regionalidade dos prejuízos econômicos e políticos da segurança. No nosso entender, esse é o caminho que nos permite acertar interesses e políticas multinacionais agrupando a América Latina num contexto internacional.

Como podemos localizar essas políticas de segurança? Hoje em dia, basicamente os Estados Unidos não têm um grande bloco militar. A segurança dos Estados depende cada vez mais da segurança das regiões. Eles têm uma grande base econômica, e é por este motivo que os problemas de segurança de cada um desses países nascem de problemas regionais. E não há segurança para um país se não houve segurança no contexto. Segurança, hoje em dia,

é um problema de construção e de contextos estratégicos, de um contexto de América do Sul em todos os âmbitos, econômico, militar etc.

Este é o cenário em que a Unasul pode criar uma visão de América do Sul para a construção de um plano de segurança.

Então, como se localiza a América Latina e como se localiza esse projeto na América do Sul? A política na América do Sul hoje tem a ver com uma mudança profunda na repartição de poderes nacionais e também hemisféricos.

Eu acho que três dimensões configuram esse cenário. Primeiro, o redimensionamento da dinâmica econômica em cada região. Hoje, a inserção da América do Sul é diferente do que foi na década passada. Ela está inserida em dinâmicas produtivas, tanto as comerciais quanto as financeiras, e isso tem nova estrutura empresarial e, obviamente, uma potente política estatal. Segundo, ela tem uma posição de integração como recurso político. Talvez essa seja a particularidade da Unasul que ainda não é uma grande porta no que se refere à integração comercial, mas tem projetos bastante assimétricos e bilaterais, apesar de não ter colocado todos em prática – sendo que a intenção é essa. A particularidade da Unasul está na parte política. Ele não deixa de ser um projeto político da América do Sul com processos econômicos, e tem adquirido uma nova dimensão em processos de segurança e de defesa em todos esses países.

O terceiro ponto é a parte estratégica e de projeção dos projetos regionais dentro do sistema unilateral. Isso tem a ver fundamentalmente com a crise do sistema americano e com a decomposição desses instrumentos, falando econômica e militarmente, do colégio americano. São instrumentos e grupos sobre os quais se tem levantado uma grande ficção no que se refere à segurança hemisférica.

Na verdade, para ser franco com vocês, eu acho que a segurança hemisférica nunca existiu como sistema nem mesmo como política. Ela nunca existiu além de política de cooperação dos Estados Unidos com cada um desses países da América Latina. Ou seja, o bilateralismo entre os Estados Unidos e a América Latina era basicamente em nome de um assunto hemisférico que nunca existiu como acordo de segurança. E, obviamente, os países da América Latina tinham um interesse e os Estados Unidos, outro.

Por isso acredito que são estas três as dimensões que estão em jogo: a mudança econômica da região, a potencialização política e a profunda modificação no sistema de alianças e segurança.

Quero destacar de novo a dinâmica econômica. A América Latina viveu, nos últimos trinta anos, um período de crescimento econômico, e isso é positivo, é um fator de estabilidade e condição favorável para atuarmos com maior autonomia estratégica na gestão das capacidades.

Na verdade, esse crescimento é a recuperação relativa desses países no que diz respeito ao comércio exterior. Eles também têm, hoje em dia, um maior intercâmbio entre si e contam com uma reserva maior que a que tinham antigamente. Ou seja, temos uma maior tendência à estabilidade, o que nos permite melhores condições para refletirmos sobre todos os mecanismos, bem como para fazermos uma discussão mais simétrica das vantagens da integração econômica.

Somos uma região com necessidades, com crises econômicas, com alguns problemas econômicos e de defesa. E o que hoje temos em vista é o tratamento da cooperação, obviamente para nos ajudar a superar esses problemas, para podermos pensar a respeito desses assuntos de cooperação na América Latina.

Basicamente, todos esses problemas têm uma limitação, seja econômico-financeira ou militar. Mas há um momento em que a dinâmica econômica, impulsionada a partir de políticas governamentais, tem superado a visão daquelas políticas que terminavam acabando com as produções dos Estados. Hoje em dia, isso cria um cenário melhor para o campo econômico, permitindo que, do ponto de vista político, haja um redimensionamento e seja visto não só como um sistema, mas como uma relação comercial entre esses países, a fim de que estes sejam um pouco mais produtivos, para que possam transferir e intercambiar tecnologias, e mesmo para que tenham uma estrutura complementar, ou seja, trabalhem com os elementos que permitam a redução das assimetrias e a melhora desse fluxo das economias nacionais.

Isso seria impossível sem o segundo aspecto: o redirecionamento político da América Latina, além das diferenças entre governos. Ou seja, não temos um projeto; são muitos projetos. Cada país tem projetos diferentes. Mas

temos que concordar que isso tem que ser conversado entre esses países. Não se pode pretender que, de um momento para outro, como uma onda, na América Latina sejam mudadas essas ideias políticas.

Em primeiro lugar, temos que cooperar para gerar uma transformação em âmbito de poder. Em segundo, reconhecer a importância do Estado e a recuperação dessa importância para a gestão da economia e para a gestão da integração desses países. Essa importância foi tirada em décadas passadas, e hoje em dia coincidimos nesse pensamento. Há também uma coincidência em valorar o espaço regional para o desenvolvimento de projetos nacionais. Nesse sentido, temos que destacar dois aspectos para a Unasul: o projeto de uma nova infraestrutura americana e a perspectiva de integração na gestão de recursos estratégicos, particularmente o que tem a ver com recursos energéticos.

Pensando nessa economia, ela antigamente era impossível; não havia acordos, obviamente, de gestão do Estado e integração regional. E como isso pode ser projetado nos problemas de defesa e segurança? Hoje, a perspectiva estratégica, a perspectiva de segurança é uma perspectiva similar à regional. A América Latina deixa para trás conceitos de defesa hemisférica para desenvolver um conceito de segurança regional. E essa diferença é fundamental. Esses instrumentos do sistema americano são articulados em torno do projeto de defesa hemisférico.

Essas são as ideias em que a Unasul acredita. Há uma diferença obviamente marcante, e essa diferença, sem dúvida, tem peso muito grande; é claro que, para os Estados Unidos, diferentemente do processo de decadência do sistema americano. Na relação com os Estados Unidos, essa modificação tem maior peso. Em primeiro lugar, há uma diferença comercial muito grande: nós estamos em alta; eles, em baixa. A América Latina se distancia um pouco, e isso é marcante, é letal.

Há a importância da América Latina com a luta na área de segurança, seja com o narcotráfico ou de armas. Mas tudo isso, basicamente, nos leva a pensar que, sob o ponto de vista de segurança, o que temos que fazer é olhar para uma nova fronteira regional. Na América Latina se encontra o entorno bioceânico, e em essência já não é o Norte a única fronteira. A América Latina reconhece o espaço bioceânico e, obviamente, suas relações, ou o que isso significa.

A Unasul está criando essa identidade de desenvolvimento, de visão de um conceito geopolítico compartilhado, onde se procura levar o nosso peso estratégico de América Latina para reestruturar e reorganizar de forma horizontal esses países.

A relação entre defesa, segurança e integração é essencial num ambiente de insegurança. Com insegurança não podemos pôr em prática esses projetos. Para a Unasul, é importante superar essas hipóteses de conflito na América Latina. Temos que pensar em segurança como um processo de construção de confiança em um cenário compartilhado para esse sistema mundial.

Os americanos têm uma defesa diminuída, ligada a uma proteção de recursos. Mas nós temos essa proteção de recursos naturais, e temos que pensar na integridade dos valores comuns, nesses valores culturais de produção e em políticas multifuncionais e regionais. E a defesa é uma dimensão do Estado, fundamental; está ligada, fundamentalmente, a cuidar do entorno contra a agressão exterior. E os problemas de defesa são de soberania de forças externas a essa região, de agressões, de conflitos violentos e, em última instância, de guerra.

Outros problemas ligados a fenômenos violentos de crime organizado transnacional são problemas de segurança pública. São os problemas de segurança que todos os países enfrentam, e isto é uma visão política da Unasul.

A Unasul pede a colaboração de todos esses países da América Latina.

Isso aqui foi um conselho de procuradores feito para levar uma proposta, que está sendo resolvida nesses dias pela Unasul, de criação de um Conselho de Segurança Pública para a América Latina, que seja de cooperação para o combate ao crime transnacional. Dessa forma, esses países teriam áreas específicas. Essa diferença permite que haja espaço para que cada um dos países possa atuar com as suas políticas nacionais, mas sem se confundir com a estratégica da América Latina de defesa, obviamente, com os projetos e estratégias determinados.

Hoje, já avançamos para definir essas medidas de defesa política. O ministro Amorim tem dito isso várias vezes: a construção de uma comunidade de segurança na América Latina. Há que pensar na América Latina como uma irmandade. Temos, mais ou menos, que dividir essas políticas de segurança,

ter essa estratégia para criar novas defesas; ou seja, para proteger a seguridade regional e a seguridade dos outros países.

Um conselho que nos dá muita confiança é o de integração. Por meio do conselho da América Latina, isso vem como uma política transversal para a Unasul, o que tem permitido estimular processos políticos que vão além da defesa e da segurança. Deve-se subordinar a esses acordos de lei e de defesa esse novo projeto de perspectiva na América Latina, podendo-se reestruturar esses países com essas políticas.

Muito obrigado.

Sessão de debates

Pergunta – Considerando os treze pontos abordados pelo professor Teixeira e as questões de segurança e defesa evidenciados pelo professor Pablo de la Torre, a África está dentro deste contexto geoestratégico, segundo as condições desse seminário?

Oswaldo Oliva Neto – Dentro da visão do seminário, o conceito geoestratégico estabelecido foi América do Sul e África. Então, no seminário, havia essa inclusão da África como entorno estratégico.

Independentemente da visão do seminário, eu creio que a África tem um peso relativo, lógico que não é o peso relativo que os países particularmente da América do Sul têm no contexto de defesa, mas pode ser a área mais vulnerável num futuro próximo.

Alguns movimentos de algumas nações asiáticas, com relação a iniciativas na África, tendem a sinalizar uma posição e uma permanência dessas nações no continente africano, levando para essa região interesses e idiosincrasias próprias destes polos de poder. Embora o seminário contemplasse as duas regiões como entorno estratégico, a América do Sul e a África, eu creio que há um acerto no seminário porque, a médio prazo, o entorno estratégico africano poderá gerar mais conflitos, gerar mais estabilidade do que o próprio entorno estratégico sul-americano.

Então, a nossa participação foi nesse sentido. Creio que a visão estabelecida pelo seminário está correta: o entorno estratégico sul-americano tem uma prioridade e tem um prazo de consolidação mais curto. Mas o

entorno estratégico africano, particularmente da África Atlântica, é um problema que nós não poderíamos descuidar ou não desconsiderar na análise das nossas projeções.

Pergunta – Eu tenho uma curiosidade. Queria a opinião do professor Francisco sobre um comentário que ele fez a respeito, digamos, da obsessão na nossa região de manter potências externas longe como forma de garantir a estabilidade da região. Vimos isso recentemente como o caso da tentativa de fazer bases americanas na Colômbia, que não aconteceu pela união da nossa região nesse sentido.

Se olharmos agora a participação do Brasil em direção à África, quão próximos estamos de conseguir esse tipo de processo na África e quão mais difícil pode ser tentar manter esse mesmo grau de independência que nós já conquistamos na América do Sul, dentro de um continente novo, de uma área nova na expansão de uma política nossa naquela direção?

Francisco Carlos Teixeira – Em primeiro lugar, eu diria não exatamente uma obsessão, mas seguindo o que parece bastante unânime, consensual na mesa, não nos interessa de maneira alguma na América do Sul instalações ou equipamentos ou ajudas militares estrangeiras aqui. Isso é um elemento perturbador e desestabilizador para o processo de equilíbrio, consenso, cooperação.

Eu insisto na questão, inclusive, da formação de uma força de paz na sub-bandeira única da Unasul como elemento fundamental de aprofundamento dessas relações de cooperação e de quebra dos exclusivismos.

No caso da África, eu tenho uma experiência bastante ampla. Desde a fundação, fui membro do Conselho do Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (Proáfrica), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), sediado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Lamentavelmente, no último ano e meio, foi esvaziado essencialmente esse conselho, que criou as medidas entre Moçambique, a fábrica de soros antiofídicos e o processo que nós estávamos revisando dos programas educacionais de Angola e de Moçambique, a pedido desses governos. Infelizmente, isso não foi entendido atualmente e os recursos foram drasticamente cortados, o que considero um erro imenso do MCT.

Não tenho nenhuma ideia, nos países que eu conheço, de atividades militares ou presença militar brasileira, exceto no caso da Namíbia onde, a pedido daquele governo, nós ajudamos o desenvolvimento e a instalação de algumas plantas e equipamentos e treinamento. Inclusive, recebemos oficiais africanos nas escolas militares brasileiras. Nesse sentido, é um elemento pacificador no ponto de que todos nós sabemos que existe uma luta geoestratégica poderosa entre Angola e África do Sul naquele entorno, em busca de certa hegemonia, e a presença do Brasil foi uma forma de a Namíbia se manter distante e autônoma da grande rivalidade entre África do Sul e Angola.

Pergunta – Bom dia, a minha pergunta é mais específica ao representante da Odebrecht. Eu tenho lido em revista americana a forte presença da China na África e alguma coisa no Brasil sobre a presença da China em Angola.

Como o senhor vê essa presença da China? Ela vai interferir nos nossos interesses ou é fator preocupante para a nossa visão estratégica do continente africano?

Oswaldo Oliva Neto – Esse foi um dos aspectos que o Luiz Rocha pediu para que eu destacasse: exatamente a forma e a permanência das iniciativas da China com relação a várias nações africanas; Angola é uma delas.

A China tem se aproximado de vários governos africanos, inclusive vários deles na Costa Atlântica com recursos e projetos, digamos, fechados. No caso de Angola, ele citou a construção de um hospital financiado pelo governo chinês. A China chegou com o projeto, com os recursos, construiu o hospital inteiro, mas ele não está em uso até hoje porque todos os manuais, todos os equipamentos, todas as máquinas estão em chinês e os angolanos não têm como traduzir os aspectos técnicos daquela documentação.

Mas existem iniciativas também na área do agronegócio. A China – no caso específico de Angola – tem financiado a construção, digamos que seja a palavra correta, de grandes fazendas produtoras de grãos, ela chega também com os recursos, com o projeto e funcionários próprios, são todos chineses que trabalham naquela plantação, para produzir grãos, para produzir bens que deem segurança alimentar à China. Eles vão importar todos esses grãos, mas o caso da fazenda é muito típico. Ninguém investe numa fazenda de produção de grãos se a ideia não for permanecer *ad aeternum* naquela área.

As iniciativas que foram vistas pelo Luís César e os comentários que ele fez são de uma preocupação pela visão de permanência da China nessas regiões. Eles não estão indo para fazer um negócio. Eles estão indo para firmar uma posição, ocupar uma posição. Essas iniciativas todas são com funcionários, com mão de obra exclusivamente chinesa. Não há participação de outros países. Isso está ocorrendo em vários pontos da África, não só em Angola, mas em vários pontos da África. Então, ele vê isso como uma preocupação.

Na apresentação, evitamos inclusive nominar países. Uma reunião aqui no Congresso não é muito o caso, mas essas iniciativas estão se caracterizando. O Luís César identifica como uma vulnerabilidade estratégica a médio prazo, difícil de ser superada e difícil de ser neutralizada, porque, nos projetos chineses, os países só estão entrando com o território, o resto é tudo por conta da China. Ela faz o investimento, ela constrói, ela leva a mão de obra, ela começa a produzir e vai permanecer ali. E ela produz para ela, não está produzindo para o mercado local, ela não está produzindo para vender para a Europa. Ela está produzindo para importação própria, tanto em alimentos como em minerais.

Pergunta – A minha pergunta é para o meu estimado professor, sobre operações de paz. Em tese, concordo inteiramente com o senhor no que concerne às operações de paz, ditas clássicas, com a tríade, os três princípios perfeitamente atendidos.

No entanto, a configuração no contexto do mundo atual, particularmente após o Relatório Brahimi, as operações de paz adquiriram um caráter de operações de paz robusta, em que não há consenso, em que não há imparcialidade e nem sempre o uso da força para proteção individual. Esse tipo de operações, tanto pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como pela ONU, está sendo trabalhado na Líbia, dentro de um conceito de responsabilidade de proteger.

É certo que o Brasil se absteve da Líbia na responsabilidade de proteger, mas, ao propor na ONU o conceito de responsabilidade, ao proteger, implicitamente, nós estamos dizendo que aceitaríamos uma responsabilidade de proteger, desde que fossem previamente estabelecidos os princípios e as condicionantes que levariam ao emprego de uma operação robusta neste contexto.

Então, vem minha pergunta: dentro desse contexto, professor, na proposta de Força de Paz da Unasul, estaria também previsto o seu emprego em operações de paz do tipo robustas? Que conselho decidiria o emprego dessas forças? Ou, no caso de operações robustas, então cada país, com a sua força armada diante dos seus contextos políticos de decisão, vai empregar as Forças Armadas e não a polícia nesse tipo de operação de paz?

Francisco Carlos Teixeira – Obrigado, almirante Monteiro, brilhante comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, um dos formuladores do pensamento estratégico brasileiro e uma pessoa que permite a chance e as condições de florescerem brilhantes oficiais, com uma folha de serviços magníficos, como o caso do comandante Carlos Chagas, do Haiti ao Complexo do Alemão. Isso é seu mérito.

Almirante, veja só. Continuo achando que o âmbito fundamental é a América do Sul. Não tenho certeza alguma – nem teórica, nem em direito internacional, nem em estratégia – do conceito de responsabilidade de proteger, ainda mais quando definido por um conselho de segurança restrito, mundial, mas restrito, em que vontades, vozes e interesses fundamentais não estão presentes. No Conselho de Segurança da ONU, nós não temos um país muçulmano, nós não temos um país sul-americano, nós não temos a Índia, nós não temos um país africano. Então, a responsabilidade de proteger está circunscrita a um clube de países eurocêntrico – os Estados Unidos são uma dependência histórica da continuidade da Europa –, nortelatântico, com conceitos que não levam em consideração a vontade, a cultura, a tradição de povos tão diferentes que estão ausentes. E mais, vetam qualquer tentativa de democratização desse conselho.

Minha opinião é como historiador, historiador ao contrário de meus colegas que são obrigados a fazer o planejamento. A gente olha para trás. Eu só posso olhar para trás. E, quando eu olho para trás, a experiência não é boa. Toda vez que se usou o direito de intervir num país, os resultados foram muito duros.

É muito interessante que vários países que estão no conselho, como, por exemplo, a China, sejam absolutamente contrários a qualquer violação da sua própria soberania. Países como França, China, Estados Unidos sequer respeitam grandes acordos internacionais. Então, esse direito é direito para uns e submissão para outros. Então, eu tenho dúvida quanto a isso.

Eu diria que o âmbito da Unasul, uma força sob a bandeira da Unasul, consensuada na Unasul, é algo importante. Se nós tivermos condições e isso for votado dentro da Unasul para ajudar países como o Haiti, o Timor, como foi o caso de Angola, que peçam essa ajuda, que a peçam, mas que não seja determinada exteriormente.

Na questão interna da composição das Forças Armadas e da Força de Paz, acho que temos que ter cuidado. Não podemos permitir que as nossas tropas sejam preparadas para movimentos antidistúrbios. Temos que ter a capacidade de ação e de defesa desenvolvida e ampliada. Temos que reconhecer, por exemplo, que a Argentina e o Uruguai têm uma experiência enorme em força de paz. Temos que recuperar essa experiência e trabalhar juntos nesse sentido.

Essas são preocupações, preocupações muito claras. A comunidade acadêmica está dividida, ela não tem clareza sobre isso. Então, é um assunto que se desenvolve.

Sei que o seu mandato à frente dos fuzileiros navais foi de preocupação, contemplou e deixou uma herança de avaliação muito importante para isso, e a gente agora tem que discutir.

Pergunta – Em primeiro lugar, devo felicitar a CREDN, em particular a deputada Perpétua Almeida, presidenta da CREDN, e felicitar os senhores professores pelas brilhantes palestras.

Aproveito para afirmar que entre Angola e o Brasil há uma cooperação boa em todos os domínios da vida social e da defesa, mas a minha questão prende-se com os aspectos da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zppacas), da qual Angola é membro. A minha pergunta eu dirijo ao coronel Oliva.

É uma preocupação minha saber, uma vez que estamos aqui nesta sala, qual é a ligação ou qual é o pensamento político dos deputados e das Forças Armadas no sentido de tornar funcional a Zona de Paz do Atlântico Sul. Sabemos que nessa zona existem três países da América do Sul e 21 países da África, mas entendemos que o Brasil e a Argentina são as principais forças, ou seja, são os países com maior potencial dela. Então, eu gostaria de saber até que nível, concretamente, ou qual é a prioridade que o Brasil tem para a defesa desses mares. Muito obrigado.

(Não teve resposta, devido à exiguidade do tempo).

DEFESA E SOCIEDADE: SUBSÍDIOS PARA A APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL, REMETIDO AO PODER LEGISLATIVO

Coordenadora

Perpétua Almeida*

Expositores

Eduardo Siqueira Brick**

Manoel Domingos Neto***

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo****

Perpétua Almeida – Senhoras e senhores, vamos realizar o nosso segundo painel de debates nesta manhã.

Gostaria de chamar o deputado Leonardo Gadelha para compor a mesa. Trata-se de um dos parlamentares da subcomissão. Gostaria de convidar os nossos painelistas desta segunda mesa: o professor Manoel Domingos Neto, presidente da Associação Brasileira dos Estudos de Defesa (ABED); o senhor Eduardo Siqueira Brick, engenheiro de produção e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF); o senhor Luiz Cezar Loureiro de Azeredo, diretor da Diretoria de Desenvolvimento Institucional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dides/Ipea).

O nosso segundo painel, neste momento, abordará a temática Defesa e Sociedade: subsídios para a apreciação da proposta de Livro Branco de Defesa Nacional, remetido ao Poder Legislativo. Foi enviado a este Congresso Nacional no início de junho de 2012.

Vamos passar a palavra ao professor Eduardo Siqueira Brick, representante da Universidade Federal Fluminense (UFF).

* Deputada do Partido Comunista do Brasil do estado do Acre (PCdo B/AC).

** Engenheiro de produção e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

*** Presidente da Associação Brasileira dos Estudos de Defesa (ABED).

**** Diretor da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Dides) do Ipea.

Eduardo Siqueira Brick – Muito bom dia a todos. Eu queria agradecer à deputada Perpétua Almeida e à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) por este convite e parabenizá-los por este que é, realmente, um evento importante.

Eu estava preocupado porque teria de falar sobre este assunto em vinte minutos, mas tive a notícia que eu tenho que falar em quinze. Mas eu vou buscar inspiração num membro desta Casa, que se notabilizou pela capacidade de ser preciso, que foi o deputado Enéas. Vou tentar me inspirar nele para poder falar.

O fato é que eu tive de fazer várias “escolhas de Sofia” para esta apresentação. Tive, infelizmente, que deixar muita coisa importante de fora, porque este tema, na realidade, mereceria um evento inteiro só para ele, porque não é só o financiamento de defesa, mas também o que deve ser financiado. Não é possível falar em financiamento sem que tenhamos clareza daquilo que deve ser financiado. Portanto, eu, realmente, acho que falar em vinte minutos é muito pouco.

Eis o roteiro que eu vou seguir.

Primeiro: o que financiar? Para falar em financiamento, temos que discutir primeiro o que financiar. Aparentemente, trata-se de uma coisa simples e muito clara. Mas, no meu entender, não é simples nem clara.

Segundo, as fontes de financiamento. O que é possível usar como fonte de financiamento?

Temos desafios, muitos desafios. Gostaria de mencionar alguns. Não são todos, não é exaustivo, porque a quantidade de desafios é enorme. Eu quero apenas mencionar alguns.

Depois, como financiar. O que financiar, quais são as fontes de financiamento e como financiar.

Falarei um pouco sobre os fundamentos de uma estratégia voltada para isso e, do esboço de uma estratégia, pensando num horizonte de dez ou vinte anos que nós temos à frente.

Finalmente, medidas essenciais, prioritárias e urgentes. Devo dizer que, quando fui contatado para fazer esta demonstração, pediram-me que

apresentasse proposições. As pessoas certamente não me conhecem, senão não me teriam pedido isso. Depois, elas vão se arrepender.

A primeira pergunta é o que financiar. A palavra defesa – nós estamos usando a palavra defesa –, na realidade, trata-se de um eufemismo para uma coisa que é mais ampla: o poder efetivo.

O poder efetivo é relacional no sistema internacional. Não existe um poder absoluto; ele é relacional. Depende do poder de outras unidades no sistema internacional e é o que define a inserção de um Estado num sistema internacional. Não é só para guerra ou para missões de paz. É o que define a maneira como os Estados estão inseridos no sistema internacional e o poder que eles têm de interferir nas decisões que afetam sua própria vida. Portanto, ele é muito importante.

O primeiro componente do *poder efetivo* é o poder psicossocial (coesão social, educação e cultura). Trata-se da vontade política. É preciso querer ter poder. Sem o desejo de ter poder, todo o resto não se constrói. Depende, portanto, da sociedade, depende do Congresso Nacional, particularmente, que reflete a sua sociedade. Isso, no Brasil, nós todos sabemos, pela nossa índole, nós temos dificuldade de encarar esse problema, de discutir esse problema e de tomar decisões relativas a ele.

O segundo componente é o *poder militar*. Nós temos boas Forças Armadas, bem estruturadas, bem organizadas, temos recursos humanos de alta qualidade, temos efetivo de alta qualidade, mas não temos meios de defesa eficazes. Portanto, uma coisa contrabalança com a outra.

Mas existe outro componente do poder que nós não falamos, é uma coisa considerada subsidiária, mas que não é subsidiária, ela é central, hoje em dia. Trata-se da capacidade industrial, capacidade de inovação, de competitividade industrial, de ciência e de tecnologia. Não existe poder sem esses três componentes. Cada vez mais isso será uma realidade e cada vez mais esse terceiro componente assume papel importante na composição do poder.

Para mim, isso é um axioma. O pré-requisito para uma Defesa Nacional ser efetiva é possuir capacidade militar, e também capacidade industrial, científica e tecnológica compatível com a de outros atores do sistema internacional, porque o poder é relativo. Nós temos que ver como estão

os outros, para saber onde nós temos de estar. Essa é uma coisa que eu considero importante.

Há consequências desse axioma. Primeira, a Defesa Nacional depende fundamentalmente de dois instrumentos, que são igualmente importantes. Todo mundo sabe que as Forças Armadas são importantes. Elas representam a expressão militar do poder. Mas não é claro que existe outro componente do poder que é a Base Logística de Defesa (BLD), que é a expressão industrial, científica e tecnológica do poder. Essa clareza precisa ser assumida, antes que se faça qualquer coisa na área de defesa.

A BLD é um conceito, creio, nesse aspecto, que seria um agregado de capacitações tecnológicas, materiais e humanas, necessárias para desenvolver e sustentar a expressão militar do poder. Ela tem este papel, mas não é só isso. Ela é muito mais do que isso. É importantíssima para desenvolver uma capacidade industrial, uma competitividade industrial em produto de alto valor agregado, de alta tecnologia. É o instrumento mais apropriado para uma política industrial sadia, que desenvolve capacidade e que permite ao país competir internacionalmente também.

O exemplo da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), é emblemático neste aspecto. Os investimentos feitos em produtos de defesa AMX, em Bandeirantes etc., criaram a capacidade industrial e científica que é dual. Dual é essa capacidade industrial, e não o produto em si. Então, das Forças Armadas provém essa capacidade operacional. Capacidade operacional não se mede pela quantidade de meios. No final das contas, ela se mede, mas a discussão inicial sobre capacidade operacional é aquela que o professor Francisco Carlos mencionou aqui. Não define os meios, define qual missão deve ser tomada. É isso que vai acondicionar os meios. Os meios não podem vir na frente dessa definição, e essa é uma definição política. Essa não é uma definição que as Forças Armadas têm que fazer. Essa é uma definição que o país tem que fazer – o país, com o Congresso Nacional à frente dessa discussão.

Discutir qual é a nossa missão, qual é a nossa capacidade operacional e, a partir daí, as Forças Armadas têm competência para discutir e apresentar os meios, as alternativas, para ter capacidade operacional e a BLD.

O poder efetivo determina a maneira como o país se insere no sistema internacional. Mesmo que não haja nunca uma guerra, mesmo que não haja nenhuma invasão, nenhum problema, é assim que funciona. Quem não tem esse poder não tem capacidade de influenciar e fica seguindo o que os outros determinam que seja feito.

A BLD é esse *link* entre o poder militar, a capacidade industrial e a competitividade industrial. A nossa única empresa que se destaca no cenário internacional é a Embraer, justamente por esse motivo.

Agora, o que está escrito na Estratégia Nacional de Defesa (END)? A END define um objetivo para isso. Ela diz que a base, hoje, de defesa tem que ter capacidade para suprir as necessidades de produto de defesa sem dependência de fonte externa de suprimento. Ora, nada mais longe da nossa realidade. Ela define mais alguma coisa relacionada à inovação. Autonomia tecnológica, em longo prazo, deve ser objetivo para pesquisa, desenvolvimento e inovação na Base Industrial de Defesa (BID).

Isso significa o quê? Significa um novo paradigma para esta situação do Brasil. Nós nunca passamos por uma situação como esta. É algo completamente novo e não pode ser resolvido, não pode ser encarado com os mesmos instrumentos, com as mesmas maneiras pelos quais enfrentamos esse problema no passado. Tem de haver um pensamento novo e tem de haver mudanças muito grandes para que isso seja feito. Senão, nada acontecerá.

Existe um desequilíbrio histórico na nossa maneira de encarar o problema. Nós sempre demos prioridade à capacidade operacional em detrimento da capacidade industrial de inovação. Essa sempre condiciona a outra. Sempre se definiram os meios e buscava-se ver se existia no país capacidade industrial e científica de prover tais meios. Isso perpetuou essa situação.

É claro que isso aconteceu num cenário em que nós não tínhamos uma percepção muito clara ou diferente. Nós estávamos inseridos na ideia da Guerra Fria, de que exercíamos um papel secundário nesse processo.

Facilitou muito o fato de o Brasil ser uma ilha. De fato, está longe dos grandes problemas internacionais, mas o mundo está diminuindo, e o Brasil está se aproximando do mundo, está entrando no mundo. Então, essa situação muda. Esse é um novo paradigma que também tem que ser mudado.

Por que financiar? As Forças Armadas e a BLD têm de ser financiadas. Ambas são de responsabilidade do Estado. Não é algo que se deixa, ou que a iniciativa privada vai tomar conta. Não vai tomar conta disso. É objeto de políticas públicas e, como tal, tem de ser administrado pelo Estado, de alguma forma. É assim em todos os países.

Com relação à fonte de financiamento, há dois aspectos a considerar. Primeiro, quais são os instrumentos de financiamento e, segundo, qual o volume. Podem-se ter ótimos instrumentos e zero de valor para aquele instrumento.

Primeiro, o orçamento. Mas o orçamento para a defesa não está só no Ministério da Defesa (MD); está também no Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e está, também, de certa forma, no Ministério da Educação (MEC). O Programa Ciência Sem Fronteiras, por exemplo, influencia a defesa e é importante para a defesa também.

Quanto aos financiamentos externos, financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Financiadora e Estudos e Projetos (FINEP) e fundos de garantidores trata-se de uma ideia que eu queria lançar agora. No caso dos *royalties* do petróleo, já existem *royalties* de petróleo destinados à defesa, no caso da Marinha, e parcerias público-privadas.

Orçamento da Defesa. Observem-se os países que atendem aos seguintes critérios, simultaneamente: *i*) população maior que cinquenta milhões de habitantes; *ii*) produto interno bruto (PIB) maior que US\$ 1 trilhão; e *iii*) território maior que 1 milhão km².

Seis países atendem a esses critérios: Estados Unidos; México; e os quatro países que compõem o BRIC.

Como estão esses países em termos de orçamento de defesa?

O Brasil está bem atrás dos países citados. Só está à frente do México. Mas o problema do México é muito diferente do Brasil. O México está ao lado dos Estados Unidos, não tem que se preocupar com problema de defesa porque ninguém vai invadir o México; os Estados Unidos não deixam. Por outro lado, não adianta ele se preocupar em se defender dos Estados Unidos

porque não tem meios para isso. Então, é um problema simples. O nosso caso é diferente.

Quando observamos os países que têm PIB maior que US\$ 200 bilhões, e o percentual do PIB aplicado em defesa, temos que a grande maioria dos países tem um percentual do PIB aplicado em defesa maior que o Brasil, que é 1,5%, (dados de 2011).

Eu imagino que, para o Brasil, nós teremos que arrumar algo nessa faixa de 2,5% do PIB para fazer o que pretendemos. Em relação ao orçamento de defesa, fontes não orçamentárias possibilitam financiar o reaparelhamento das Forças Armadas e também a sustentação da BLD sem aumentar o orçamento em curto prazo. Então, elas são importantes por esse motivo.

Financiamentos externos. Na prática, hoje, são as únicas fontes de financiamento disponíveis. O Programa de Submarinos da Marinha do Brasil (PROSUB) e o Projeto HX-BR estão sendo viabilizados com financiamentos externos. Porém, eles têm um efeito perverso e negativo para a BLD. Embora tenha coisas favoráveis, está-se condicionando esse financiamento a determinado uso, a determinados componentes.

Financiamento do BNDES. Os valores ainda são muito reduzidos. O Fundo Tecnológico do BNDES (FUNTEC) – fundo voltado à pesquisa tecnológica – tem R\$ 30 milhões somente. O que é importante nisso aqui? É preciso criar um amplo programa no BNDES capaz de financiar esses grandes projetos de aquisição do sistema de defesa, substituindo o financiamento externo.

Com isso, vamos definir onde esses financiamentos serão aplicados. Isso me parece uma coisa simples e eu acho até que o BNDES está pensando nisso também. Isso é fundamental. Porque é uma fonte extraorçamentária que pode ser usada logo, enquanto o orçamento não consegue aumentar.

Tipos de financiamento. A FINEP tem vários tipos de financiamento. Os mais importantes são: *i*) os não reembolsáveis, que são o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e *ii*) a subvenção econômica.

Fundos não reembolsáveis – existem dezesseis fundos setoriais. Nenhum para a defesa. A defesa é parcialmente atendida com ações transversais de

cujos recursos ela tem se utilizado. Mas no Brasil, do total de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, apenas 2% são para a defesa.

Os financiamentos em defesa têm gerado as maiores capacitações industriais que o Brasil tem hoje: programa nuclear, Embraer, com pouco dinheiro. Então, é preciso haver uma mudança nessa situação também.

Subvenção econômica – Lei da Inovação e Lei do Bem, que atendem às empresas. Podem ser usadas pelas empresas na área de defesa.

Evolução dos recursos da FINEP. Ao longo dos anos, os recursos da FINEP têm crescido bastante. Mas a parte de defesa, não tanto. Cresceu apenas 8% do total financiado pela FINEP, em 2010, e, em 2011 e 2012, a situação piorou. Não houve editais para a área de defesa. Na área de defesa pela FINEP, houve praticamente pouquíssimos investimentos.

Então, uma medida importante para o Congresso seria alterar as leis que criaram os fundos setoriais, destinando um percentual dos valores arrecadados para um fundo específico para a defesa.

Eu ouvi essa discussão várias vezes: de onde vai chegar a fonte para a defesa? A defesa é um bem público. Ela tem que sair de todos os lugares. Todos os fundos têm que contribuir para a defesa. E aí, a defesa pode usar esse dinheiro para fazer os seus investimentos.

A outra ideia é nova, a de um fundo garantidor da BLD. Qual é a ideia? Seria um Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), um hospital das indústrias de defesa. Sabemos que as nossas indústrias estão com dificuldades. Muitas estão falindo, outras estão sendo adquiridas por empresas estrangeiras. Isso não é desejável. Que essa empresa, por exemplo, traga o seu capital etc. é importante. Não sou contra. Mas as nossas empresas não podem ser entregues. Até porque, nesse segundo aspecto, elas foram financiadas com recursos públicos para desenvolver tecnologias e essas tecnologias não estão protegidas. Elas são entregues às empresas e, quando adquiridas, são jogadas fora ou vão para outro lugar.

Então, uma das maneiras seria o Estado ser dono dessas tecnologias desenvolvidas com o dinheiro público e o uso dessas tecnologias ser revertido

em dinheiro para esse fundo, por exemplo, para apoiar as próprias empresas depois. Essa é uma ideia.

A parceria público-privada permite o uso de financiamentos e capacitações privadas ou públicas, fora das Forças Armadas para atender às necessidades destas, sem criar estruturas próprias ou especializadas dentro das próprias Forças. Isso é muito usado. A Inglaterra e outros países têm utilizado muito isso.

Maiores desafios. O principal desafio para a defesa é cultural. Falta de reconhecimento da importância da defesa pela sociedade, conseqüentemente também pelo Congresso. Estou falando do passado, pode ser que no futuro essa situação mude, mas essa é a nossa realidade. Falta de entendimento da essencialidade da BLD pelas próprias Forças Armadas.

Dentro das Forças Armadas existe uma grande quantidade de pessoas que não tem essa noção e não valoriza isso. Essas pessoas acham que isso não é importante. Dão prioridade à capacidade operacional porque é a que está mais próxima deles, e não têm essa percepção. Inclusive, definem as políticas das Forças Armadas em função dessa percepção, dessa cultura que têm.

Desafios ao financiamento. Estrutura de governança inadequada. As políticas e ações voltadas para a BLD, para a defesa, estão dispersas em pelo menos quatro ministérios: MD; MDIC; MCTI; MRE; sem falar em outros.

Financiamento inadequado. Impossível sustentar a BLD sem demanda do Estado. Então, isso tem que ser feito.

Marco regulatório inadequado. Apesar da Lei da Inovação (essa é a lei do óbvio, deixarmos de taxar produto do Brasil e comprar fora produto que não é taxado). Para mim isso é ponto pacífico. Mas ela é incapaz de proteger as empresas estratégicas em tecnologias críticas financiadas pelo Estado. Tem de haver algum estatuto que defina isso, que proteja essas empresas, porque elas são estratégicas, não é uma coisa de economia comum, é outra abordagem que tem de ser dada a esse problema.

Força de trabalho inadequada. Em quantidade ou qualificação para gerenciar os projetos de Centro de Tecnologia da Informação (CTI), aquisição de produto de defesa e a própria BLD. Por exemplo, nos Estados Unidos, existe uma categoria chamada *workforce*, pessoas dedicadas só a esse problema

de aquisição de sistema de defesa, em cuidar dessa indústria. São 150 mil pessoas, das quais 90% civis. Na Inglaterra, são cerca de 20 mil pessoas. Então, precisamos ter essa capacidade para gerar esse dinheiro que vai vir aí, para fazer a gestão correta disso; caso contrário, os resultados não serão entregues.

Como financiar? Vou dar os fundamentos para uma estratégia de financiamento. Primeiro, é preciso reconhecer que a limitação de recursos financeiros e também humanos, não só financeiros, mesmo que ocorram aumentos, vai persistir durante algum tempo. Então, vai afetar nosso desenvolvimento durante o próximo tempo. É melhor ir devagar. É importante andar conforme o tamanho da nossa própria perna, no passo que podemos dar.

Previsibilidade e continuidade de financiamento, tanto quanto volume de serviços, são fundamentais. Isso aí todo mundo já diz o tempo todo, estou repetindo porque é importante.

Agora com relação a esse peso entre capacidade operacional e capacidade industrial é que é uma coisa importante. Qualidade, não mais quantidade, de meios de defesa, junto com essa capacidade industrial, inovação ao toque para garantia de autonomia e criar surpresa, devem ser prioridade, têm que avançar juntas.

O planejamento da defesa deve considerar a capacidade operacional de forma integrada com a capacidade industrial de inovação; não pode aparecer aqui com uma lista de centenas de produtos sem se preocupar como aquilo vai ser fornecido. Há necessidade de uma preocupação conjunta, um planejamento integrado, levando em consideração a nossa realidade, como podemos avançar, o espaço que podemos dar, de modo que garantamos esse desenvolvimento da capacidade industrial e de inovação também.

O Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED) atual não atende a esse fundamento. Vamos levar em conta isso.

Esboço de uma estratégia. A estratégia é: *i*) aumentar contínua e gradualmente o percentual do PIB aplicado à defesa até 2,5% em dois anos, gradualmente; mas temos de fazer logo; *ii*) aumentar rápida e significativamente o uso de fontes não orçamentárias de financiamento: BNDES, FINEP, Fundo Garantidor de Transferência de Tecnologia etc.; *iii*) usar o PAED como forma de sustentar a BLD; e *iv*) ter capacidade industrial de

inovação, condicionando a capacidade operacional, e não vice-versa, como sempre foi feito e como sempre é dito quando essas coisas são apresentadas.

E capacidade operacional não é um conjunto de meios, mas aquilo que o professor Francisco Carlos falou aqui na palestra anterior. O que nós temos que ter capacidade de fazer? É impedir que uma força aeronaval inimiga se aproxime daqui. É esse nível de discussão primeiro. A partir dessa definição é que se parte para os meios.

Precisa-se, então, de um crescimento equilibrado da capacidade operacional e capacidade industrial de inovação, substituir o PAED por um plano integrado de planejamento, capacitação industrial e inovação. Devem ser levadas no planejamento as duas coisas em conjunto, caso contrário não teremos uma BLD, teremos um montão de equipamentos; na hora H, pela pressa, vão acabar sendo importados e não vamos ter os requisitos que nós achamos necessário.

Medidas essenciais, prioritárias e urgentes. Orçamento de longo prazo, adequado à necessidade, impositivo e com execução plurianual para investimento em defesa. Existe alguma coisa no Congresso sendo feita. Por exemplo, existe a Proposta de Emenda à Constituição nº 53 (PEC 53), do senador Marcelo Crivella, que já passou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e está aguardando para ser colocada na pauta. Ela define que os orçamentos não podem ser contingenciados na parte de defesa. Já é uma medida. Existe outra. A Lei de Responsabilidade Fiscal obriga que determinados projetos não sejam contingenciados. Então, uma maneira de cumprir isso é fazer com que determinados projetos tenham uma lei específica, enquadrando-os nessa situação. Com isso, eles não vão poder ser contingenciados, porque a lei vai obrigar que sejam cumpridos. Isso é outra possibilidade.

Criação em curtíssimo prazo de fontes de financiamento específico para a defesa na FINEP. Tirar dinheiro dos fundos e jogar para um novo fundo – o BNDES. Criação de um fundo garantidor que tenha como um dos seus ativos todas as tecnologias desenvolvidas com o financiamento público. Esses ativos não podem ser entregues para as empresas, eles são do Estado. E o uso deles pode gerar recursos que beneficiarão as próprias empresas, aquelas que estão em dificuldade.

Plano integrado de reaparelhamento, capacitação industrial e inovação para a defesa. Aliar ao PAED as capacitações industriais e de inovação necessárias. Sem isso, quando precisarmos comprar os equipamentos, não vamos ter meios de fazer no Brasil. Fabricar é algo que tem o menor valor agregado. Precisamos ter capacidade de conceber e desenvolver, ter insumos feitos no país, insumos esses que são cerceados, que são difíceis de obter.

Programas mobilizadores para o desenvolvimento de sistema de alto valor estratégico e conteúdo tecnológico. O exemplo dos Estados Unidos é gritante, a própria energia nuclear, o programa de submarinos americanos, o programa de colocar o homem na lua; todos foram programas mobilizadores que tiveram um responsável, uma pessoa que tinha essa autoridade e responsabilidade de levar isso até o final. Isso é um programa mobilizador, não pode ser atribuição de um órgão ou de uma instituição, é de uma pessoa que tenha a imputabilidade de chegar ao resultado.

Corpo de profissionais majoritariamente civis, com estabilidade nas funções e qualificação, formação e experiência para gerenciar logística e defesa. No MD, hoje, temos a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) e lá temos o Departamento de Produto de Defesa (DEPROD). Mas quem vai para o DEPROD e para a SEPROD são pessoas de carreira das Forças Armadas, que não necessariamente conhecem totalmente o assunto, passam lá dois anos e vão embora. Essa é uma função permanente, a pessoa tem de dedicar a vida a isso, tem de ter competência para fazê-lo, poder levar esse projeto, que é de longo prazo, até um bom termo.

O programa mobilizador mais urgente é o da BLD. Esta deve ser administrada pelo Estado por meio de um programa. A BLD deverá ter um responsável único, uma pessoa física com competência para essa incumbência e condição, isto é, criar e sustentar a BLD com as características definidas na END. A END diz o que tem de ser feito. Agora, falta fazer. Entre a intenção e a ação, sabemos que há uma grande diferença. A primeira é o dinheiro, o orçamento. A pessoa que receber essa responsabilidade deve ter atributo de autoridade sobre todas as instâncias de governo abaixo do presidente. Não tem jeito, porque com aquele imbróglio, *n* ministérios envolvidos, alguém tem que dizer como é que vai ser feito. E imputabilidade. No Brasil, nós não gostamos muito da palavra imputabilidade, mas ela é essencial perante o governo, o Congresso e a sociedade em geral.

Para finalizar a minha palestra, gosto sempre de usar a metáfora do nó górdio. O nó górdio expressa bem a situação em que nós nos encontramos. Quando há uma situação muito enrolada, não adianta tentar desenrolar, você tem que cortar. Se o Alexandre Magno tivesse tentado desamararrar o nó górdio, nós hoje teríamos outra civilização. A civilização ocidental não teria acontecido e nós teríamos outro mundo hoje em dia. E acho que isso está em nível do Congresso e da própria presidenta da República.

Muito obrigado pela atenção.

Manoel Domingos Neto – Exma. deputada Perpétua, prezados colegas da Mesa, cumprimento todos os oficiais das Forças Armadas aqui presentes, na figura do meu querido amigo, almirante Álvaro Monteiro. Cumprimento todos os parlamentares, senhoras e senhores.

Começo pedindo desculpas por não estar em boas condições físicas e emocionais. Passei a noite sem dormir, sofrendo pela dor da perda de um dos parlamentares mais inteligentes, mais brilhantes, um homem que serviu de exemplo para mim, Sérgio Miranda de Matos Brito, velado ontem nesta Casa.

Foi uma noite dura também porque eu me lembrei de que, aos 21 anos de idade, apanhei durante mais de dez dias para dizer onde estava Sérgio Miranda de Matos Brito. Não disse, não sei se por conta da tortura, mas porque não sabia mesmo onde estava o meu amigo.

Mas aqui, senhores, nós temos uma sessão e uma comissão presidida por uma parlamentar que integra o partido ao qual Sérgio Miranda de Matos Brito entregou a sua vida. E isso é a maior demonstração do diálogo instaurado na sociedade brasileira.

Haveria exemplo melhor do que esse, a deputada Perpétua dirigindo esta comissão? E aqui nós todos preocupados com uma questão básica, a defesa do Brasil.

Senhores e senhoras, represento uma entidade científica, a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). É uma associação recente, organizada por professores, doutores e pós-graduandos há cerca de oito anos. É um reflexo também da preocupação que passa a se disseminar na sociedade.

Eu, como representante, como presidente da ABED, tenho a missão de apresentar aqui demandas da ABED, e essas demandas enquadram-se perfeitamente no tema referido, no tema que me cabe, que é discutir a relação sociedade e defesa.

Começo, portanto, fazendo uma pergunta básica: pode-se apoiar o desconhecido? Ocorre que as Forças Armadas e as políticas de defesa ou os problemas atinentes à defesa são desconhecidos, senhores e senhoras, desconhecidos da grande massa brasileira, desconhecidos da Inteligência brasileira, desconhecidos do Congresso Nacional. Somos poucos na ABED. Estamos crescendo rapidamente. Mas saliento que somos esquisitos no mundo acadêmico. A maior parte dos professores, dos intelectuais, inclusive da área de humanidades, nos estranha.

Olho para o meu colega de universidade, o professor Brick, e relembro a força, o esforço que a gente, juntamente com o companheiro Eurico de Lima Figueiredo, fez para criar um instituto. Nós o criamos com as unhas, porque apoio nos faltou.

E saibam os senhores que eu sou um professor doutor em fim de carreira e ainda não disponho – dispunha, na minha antiga Universidade Federal do Ceará (UFC), de três salas, com todos os equipamentos para estudar os meus programas –, ao aceitar o desafio, junto com o Brick e Eurico, de organizarmos um instituto no Rio de Janeiro, de sala nenhuma. As nossas infraestruturas são precaríssimas: faltam-nos bolsas de estudo, faltam-nos salas, faltam-nos telefones, faltam-nos secretárias, faltam-nos bolsas para os alunos, falta-nos apoio básico.

Portanto, eu pergunto, dirigindo-me em especial aos deputados da CREDN: quando esta Comissão fala que a sociedade precisa se aproximar dos estudos da defesa, estariam levando em conta as necessidades de estudarmos efetivamente a defesa? Estariam levando em conta que a capacidade acadêmica não pode ficar à míngua?

A pergunta vai para todos, inclusive para o coronel Oliva, representante da Odebrecht, se estiver aqui presente. Discutimos sempre apoio à indústria de defesa, estudo das Forças Armadas, aproximação com as Forças Armadas, e apoio ao estudo acadêmico acerca das Forças Armadas e das indústrias de defesa?

Que o Brasil precisa de indústria de defesa, não há o que discutir. Precisamos! Mas não precisamos esconder, ou nos esquecer de que o negócio ilegal de armas constitui três dos mais violentos dramas da humanidade, eleitos pela Organização das Nações Unidas (ONU): a lavagem de dinheiro, o narcotráfico e o comércio ilegal de armas.

Estamos lidando com matéria delicada, precisamos estudar a fundo. Aqui, foram referidas diversas questões ao longo desses dois dias, e eu poderia agregar tantas outras, por exemplo – e exclusivamente como exemplo –, o nosso entorno estratégico, a defesa do nosso entorno estratégico.

Quantos acadêmicos, quantos estudantes têm bolsas hoje para desenvolver matérias acerca disso? Respondo: quase ninguém. Quase ninguém, senhores! Precisamos — e estão em curso — de reformas no ensino militar; o Exército, inclusive, dando o exemplo. De cabo a rabo, o ensino militar das escolas do Exército está sendo reformado.

Pergunto: há algum intelectual brasileiro, algum grupo de estudo, algum recurso para pesquisa para saber o que verificar, em termos de reforma de ensino, mundo afora? Porque não podemos reformar o ensino militar sem estar de olho no que se passa lá fora. Respondo: não há apoio para tal tipo de estudo.

Os senhores militares aqui presentes sabem bem que um dos principais problemas, dos dramáticos problemas que nós temos é: como conciliar defesa com preservação de terras indígenas. Questão delicadíssima. Quantos antropólogos capacitados para discutir preservação indígena e ao mesmo tempo defesa nacional existem? Como é feita essa conciliação?

Senhores, eu passaria dois dias, três dias aqui enumerando temas absolutamente a descoberto do mundo acadêmico.

Concluo, não usando o tempo que me foi dado, dizendo que seria impróprio, inadequado, irresponsável o Estado brasileiro propiciar impulsos ao desenvolvimento da defesa ignorando esta componente fundamental, que é o mundo acadêmico. Falo em nome de professores, doutores, mestrands, doutorands e de estudantes de graduação, que precisam objetivamente de apoio.

Portanto, ao falarmos, deputada Perpétua, em defesa do Brasil, não nos esqueçamos de reservar 0,000000001% para os nossos estudos. Conversamos em São Paulo: “Isso é fundamental para a democracia, isso é fundamental para o Brasil”. Deputada, tivemos condições de falar: “Isso é chave para a própria indústria, para a própria defesa do país”. E agora? O orçamento está sendo fechado e, ao que me consta, não há emendas pertinentes a isso. Entre o discurso e a prática há uma longa distância. A todos os que se preocupam efetivamente com a defesa do Brasil cumpre gastar dinheiro com a ciência voltada para a defesa.

Quando me refiro a estudos da defesa me refiro a estudos referentes às Forças Armadas, ao conhecimento das Forças Armadas e ao conhecimento de seus múltiplos e variados problemas. Refiro-me aos múltiplos e variados problemas referentes às políticas de defesa, lembrando que tais problemas não podem ser focados ou ter em vista o âmbito geográfico brasileiro; eles compreendem o mundo e processos diversificados.

Constituímos hoje algumas centenas de pesquisadores. Esse número é irrisório. É, como se diz na minha terra, o Ceará, um nada. Precisamos de milhares, e competentes, e formados no mais alto nível, precisamos aprofundar esses estudos e criar teorias próprias. A maior parte dos conceitos de quem estuda a defesa e as relações internacionais do Brasil, minhas senhoras, meus senhores, são formulados por potências imperialistas, por potências que dominaram o mundo no século XX. A nossa literatura é basicamente literatura norte-americana, porque o Estado nacional brasileiro ainda não atentou para esta componente fundamental da nossa capacitação científica, que são os estudos da defesa.

Concluo anunciando que obtive da direção do Conselho Nacional de Pesquisa [referindo-se ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)], importante agência da qual eu participei da direção no primeiro governo Lula, um pequeno edital de amparo aos estudos de defesa. Estarei com o ministro Raupp, da Ciência e Tecnologia, definindo o montante do edital, mas sei que é um edital pequeno. Pequeno mas importante, simbólico, lembrando que o MD é o único ministério – único – que não tem convênios com o CNPq. Como isso se justifica? Não tem cabimento.

Senhores, falei em nome da ABED.

Obrigado pela deferência, pela honra da atenção.

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo – Bom dia a todos. Inicialmente eu gostaria de agradecer, em nome do Ipea, o convite para participar deste evento.

Gostaria de dizer também que quem termina uma manhã de exposição com brilhantes exposições, como nós assistimos hoje, muito pouco tem a dizer, mas eu vou tentar agregar aqui, nesses vinte minutos que me cabem, ainda algumas ideias que eu acho que devem ser ainda enfatizadas.

A proposta da palestra foi uma visão geral do Livro Branco. E, para promovermos essa visão geral, eu pensei em dividir esta palestra em três ou quatro grandes blocos. O primeiro bloco, apenas por questão metodológica, é sobre algumas informações do Livro Branco. Essas informações, que eu creio já serem de conhecimento de todos, teriam de ser apresentadas. Num segundo bloco, procuramos ver quais são as bases da atual agenda internacional e quais são os fatos que impactam a realidade mundial na década em que nós vivemos, já que o tempo geopolítico se mede por décadas, não por anos. No terceiro bloco, procuramos avaliar, à luz desses fatos, quais são as ameaças que o país pode estar sofrendo, se agora ou mais tarde, e qual seria a capacidade de resposta que o país possui, para finalmente apresentar a conclusão do trabalho.

Então, apenas a título de informação, o importante nessa história dos antecedentes é que começa a haver um esforço muito grande do Brasil de tratar as questões de defesa de uma forma mais efetiva. E esse esforço é coroado quando traz os documentos principais, o Livro Branco, a estratégia e a política para discussão no âmbito do Congresso Nacional, que é quem representa a sociedade brasileira.

O grande problema que nós sempre sofremos nesse setor, e já foi abordado aqui por todos, é a separação de assuntos de defesa no Brasil, que ficavam restritos a certa parte da sociedade. E defesa é um tema que tem de interessar a toda a nossa sociedade. Então, nós agora estamos realmente passando por um processo de avanço. Esperamos que isso tenha continuidade. Outros Livros Brancos, outras versões da estratégia terão que vir paulatinamente à discussão da sociedade, e isso é um avanço da sociedade brasileira.

A apresentação do Livro Branco foi muito bem feita, é muito concisa. O ministro Celso Amorim apresenta os objetivos básicos do que se pretende

com o Livro Branco. Copiei os sete objetivos, mas gostaria de destacar apenas alguns, dada a exiguidade do tempo.

O terceiro objetivo diz respeito à contribuição para o aprimoramento do processo de confiança mútua com os nossos vizinhos.

Graças a Deus, nós não temos problemas de defesa com nenhum dos nossos vizinhos, nem os nossos vizinhos têm grandes problemas entre si. Todos os problemas que eventualmente podem acontecer na América do Sul são facilmente resolvíveis por um processo de negociação.

O importante – quarto objetivo – é que todos nós temos de estar imbuídos de fazer desta parte do mundo, do entorno estratégico do nosso continente um ambiente de paz e prosperidade. Então, todos nós temos que trabalhar de forma conjunta para que a América do Sul, o Pacífico Sul e a Costa Ocidental da África sejam uma zona de progresso, porque só com o progresso temos o bem-estar das nossas comunidades. E, unidos, nós temos condições, históricas até, de atingir esse objetivo. Então temos, cada vez mais, de construir e consolidar essa nossa união.

Por outro lado, temos que mostrar aos países do resto do mundo que somos capazes de revidar qualquer tipo de agressão que venha de âmbitos extrarregionais. Na análise da agenda mundial, olhando os principais fatos, dificilmente haverá uma reversão dessa tendência de tranquilidade que temos no continente, e todas as ameaças previsíveis vêm de âmbito extrarregional. Então, temos que ter essa capacidade de defesa e resposta a essas ameaças.

Finalmente, é muito importante dizer que o Brasil e todos os nossos vizinhos sempre devem enfatizar que defesa não se delega. Defesa é indelegável. E nós temos que, dentro das nossas possibilidades, estar sempre preparados para atuar de acordo com os nossos interesses e defender a nossa soberania.

A estrutura do Livro Branco está aí, todos já conhecem; agora, passemos para as bases da agenda internacional. Essa agenda internacional começou a ser construída a partir da Segunda Guerra Mundial. Ela é construída evidentemente a partir do interesse de um grupo de nações hegemônicas. E essas nações hegemônicas de certa forma ainda conduzem a agenda internacional dentro de certos interesses, nessas cinco bases. Primeiro, há um esforço de redefinição de estruturas de representação política e econômica da comunidade econômica internacional, e esse esforço tende a ser sempre

bloqueado. Eu vou dar só dois exemplos para não nos alongarmos: a questão da reforma do Conselho de Segurança da ONU a países que não admitem que esse esquema seja mudado – temos um Conselho de Segurança na ONU hoje em que os cinco países que têm poder de veto vêm de uma realidade geopolítica superada; e a questão econômica, mais simples, o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como está precisando de dinheiro, os países do BRICS concordaram em aportar algum dinheiro para o FMI em troca do aumento do seu poder de voto. Embora esse poder de voto seja ainda irrisório dentro do FMI, há resistências muito grandes para que isso se materialize, porque a Europa perde, no FMI, posições relativas.

Outro caso da agenda internacional que está começando a ficar muito evidente é o de procurar-se definir um sistema de segurança internacional sempre muito focado nos interesses das nações hegemônicas, em que começam a serem justificadas intervenções seletivas, de ordem humanitária ou de ordem ambiental. Um exemplo é de Kosovo, comparativamente ao de Ruanda. Nós tivemos, na década de 1990, duas situações muito trágicas no mundo: uma, na África, em Ruanda, que nada aconteceu; outra, na Europa, em Kosovo, onde a soberania da então Iugoslávia, e depois Sérvia, foi desrespeitada. Alegaram direitos de defesa humanitário do povo kosovar – não se discute se esses direitos estavam ou não corretos; definiram que a intervenção seria feita respeitando a soberania iugoslava, e depois sérvia, na área, e hoje em dia o que se vê é que tudo isso foi esquecido, e a nação kosovar está se transformando em um Estado. Interesse de quem? Dos países hegemônicos.

É importantíssimo que se mencione: a manutenção do domínio do ciclo de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos e o controle dos seus mecanismos de difusão. Quer dizer, num mundo, num século em que a ciência e a tecnologia assumem uma função cada vez maior, enfatizada aqui por nossos antecessores nas palestras, há sempre tentativas de se bloquear o acesso ou a difusão desses conhecimentos.

No que se refere à questão da legislação, há sempre uma favorabilidade à globalização das atividades financeiras e econômicas; o estabelecimento está sendo uma novidade também – quer dizer, começa a haver uma preocupação constante com o estabelecimento de padrões aceitáveis de segurança ambiental – e, finalmente, também uma preocupação dentro

desse contexto para critérios de utilização de recursos naturais, com ênfase especial em biodiversidade, água e combustíveis fósseis. Então, esse é o panorama, é o contexto da agenda internacional.

Qual é a realidade? O que está acontecendo no mundo na nossa década? Primeiro, com a crise econômica que começa no início da década de 1990 e acaba explodindo em 2007 e 2008, agora, na atual década, estamos vendo uma queda do ritmo de crescimento econômico, tanto nos países centrais – está aí no jornal o dia a dia da vida nos países centrais – como nos países emergentes, inclusive a China que começa a ter decolagens suaves – espere-se – em suas taxas de crescimento. Essa crise, ao contrário do que aconteceu na década de 1990, traz as sementes do reforço do poder do Estado e o aumento do grau de regulação e controle desses mercados econômicos e financeiros. Passa também a ter uma intensa disputa por mercados, com a utilização, muitas vezes – e também estamos vendo nos jornais todos os dias –, de recursos econômicos desleais, como manipulação cambial e práticas monetárias inadequadas.

Do ponto de vista geopolítico, temos o deslocamento estratégico para o eixo do Pacífico. Aí, não há novidade. Uma década também em que a estabilidade vai ser permanente no Oriente Médio. Aí, com uma observação: a história vai vencer. Nós vamos assistir, nessa região do Oriente Médio, a uma valorização, a uma crescente valorização da importância estratégica dos países que já tiveram uma grande base histórica na região. Quando digo isso, estou dizendo que Turquia, Egito e Irã, que vêm de impérios bastante antigos, terão uma importância relativa crescente nessa região, e países que foram artificialmente criados pelo imperialismo anglo-francês, após a Primeira Guerra Mundial, como Jordânia, Síria, Iraque e Líbano, terão sérios problemas até para continuarem existindo. Nós estamos vendo as bases de um processo de desorganização, por exemplo, na Síria. Isso mais tarde poderá passar para a Jordânia.

E não se iludam também que tenhamos uma reviravolta histórica muito grande, porque vai se precisar de algo que estabilize essa região. E os Estados Unidos, talvez, para estabilizar essa região façam um acordo com o Irã, em que possam garantir a liberdade de transporte de petróleo, através do Estreito de Ormuz. Não é sonho. Se olharmos a história recente, Hitler e Stalin fizeram um acordo para invadir a Polônia, dando início à

Segunda Guerra Mundial. Depois, Roosevelt se une a Stalin para combater a Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Mais recentemente, num joguinho de pingue-pongue, Estados Unidos e China – o que era impensável na década de 1970 – unem-se para enfrentar a União Soviética. Então, não se surpreendam se na medida em que caminharmos para o final desta década, seja encontrada uma solução de acomodação no Oriente Médio.

A consolidação dos novos blocos de países, no âmbito global e regional. No nosso caso, interessa especificamente a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e, dentro dos BRICS, a união Índia, Brasil e África do Sul, países que têm interesses estratégicos muito parecidos.

Valorização crescente de áreas que possuem grandes recursos naturais. É outra característica da década. A importância crescente também da exploração de espaços comuns, oceanos, regiões polares, espaço aéreo, espacial, espaço cibernético. Isso cada vez mais também passa a ter um valor.

O desenvolvimento de novas tecnologias é importantíssimo e está passando despercebido. Nós estamos tendo um desenvolvimento de novas tecnologias energéticas, de descentralização de fontes de abastecimento de energia e vamos ter uma virada muito grande na estratégia mundial por causa disso. O grau de dependência dos Estados Unidos de fontes externas de energia vai diminuir, ou porque vai ter acesso a novas tecnologias, ou porque começa a ter acesso mais fácil a combustíveis fósseis. E vai diminuir. E a possibilidade de ele resolver seus problemas dentro do próprio continente americano vai se tornar cada vez maior. Como exemplo, tem-se o gás de fracionamento, que é a nova realidade no âmbito energético.

Mais dois exemplos: o primeiro é o gás de fracionamento, o gás de xisto, que os Estados Unidos estão começando a explorar e, dentro do continente americano, têm reservas abundantes o Canadá, os Estados Unidos, o México, a Venezuela, o Brasil e a Argentina. Isso dá uma segurança energética continental imensa. O outro exemplo é a diminuição de custos de fontes alternativas de energia. Quando o Brasil começou a fazer o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), há cerca de dez anos, o preço da energia eólica era um e caiu três vezes, durante dez anos de Proinfa, mais ou menos. E, possivelmente, vai acontecer o mesmo nos próximos dez anos com a energia solar. Então, vai haver uma descentralização

de acesso de fontes de energia, e isso vai diminuir o grau de dependência energética dos Estados Unidos de fonte externa.

Bom, essas duas também são importantíssimas. A importância crescente de atores não governamentais, muitas vezes utilizados como biombos para promover causas das nações hegemônicas. No Brasil estamos com esse problema, e isso já foi citado aqui várias vezes. Não vou citar o exemplo brasileiro, porque o problema aqui é com a causa indígena e ambiental, e sempre vêm as organizações não governamentais (ONGs), que têm uma posição muito ativa nisso, mas vou citar um exemplo do outro lado do mundo, o exemplo da Rússia. Para desestabilizar o governo Putin, na Rússia, as ONGs são sempre favoráveis à plena democracia. Chegou a um ponto que, no início do ano, Putin proibiu o funcionamento dessas ONGs na Rússia.

E nessa última característica, nós também estamos vendo uma mudança muito grande. Ela começa de certa forma imperceptível, mas vemos uma mudança muito grande na questão bélica. Isso tudo está sendo terceirizado. Então, o mundo passa a ter, a partir da Revolução Francesa, lá com Napoleão, um padrão em que entre força armada e sociedade havia uma simbiose muito grande.

O que começou a acontecer nos últimos cinquenta anos? Os Estados Unidos perdem a Guerra do Vietnã, mas a perdem dentro de casa. Eles perceberam que perderam a Guerra do Vietnã quando perderam o apoio dos mais velhos, com a resistência da juventude americana na década de 1970 contra a convocação. Quando eles perderam o apoio da sociedade americana, perderam a Guerra do Vietnã. E, a partir daí, começaram a mudar, a princípio, timidamente, mas depois mais efetivamente, o relacionamento de força armada com a sociedade de duas formas: primeira, o afastamento da imprensa da realidade dos campos de batalha. Hoje, por exemplo, com os recursos que a imprensa tem, muito maiores do que na época da Guerra do Vietnã, não vemos a imprensa atuando no Afeganistão, como a imprensa americana atuou no Vietnã. Não se vê mais. A imprensa é controlada, as informações são controladas, o que é passado para o público americano – a imprensa tem esse papel – é filtrado pelos militares, cada vez mais.

E a segunda característica é a utilização de mercenários, chegando a um ponto que, se quiser, você vai para os Estados Unidos, alista-se no exército americano, passa dois anos no Afeganistão e, se conseguir voltar vivo, você

vira cidadão americano. Qual é sua relação com a sociedade americana? Nenhuma. E, na medida em que se quebra esse vínculo, fica mais fácil para esses países fazerem a intervenção em regiões periféricas, sem terem, por trás da intervenção, aquela consciência crítica da sociedade. Passa a ser um assunto muito especializado, um assunto que não afeta o dia a dia do cidadão comum.

Então, voltando à nossa lei, ao nosso Livro Branco, são três pressupostos básicos – que já comentei. E nós temos que saber se, dentro desses três pressupostos, temos condição de responder às principais ameaças que temos e que foram também amplamente discutidas aqui hoje.

Só para citar, rapidamente: operação aeronaval não precisa ser operação de grande porte. Há uma grande flexibilidade para se fazer essa operação. Vamos pensar em fazer um arco isolando toda a área portuária brasileira entre Vitória e Paranaguá. Isso arrebenta a economia brasileira em três ou quatro meses, não precisa mais do que isso. Não precisa dar um tiro, basta cercar.

Vamos pensar num arco ao contrário, fazendo com que a produção de petróleo dos campos do pré-sal seja direcionada para fora do país. Serão custos imensos para a sociedade brasileira. Para esse tipo de intervenção nós não temos condição de resposta na próxima década. Pelo menos até 2020, para qualquer tipo de intervenção nesse sentido, o Brasil não tem condições de resposta.

O segundo tipo de intervenção seria em áreas seletivas. Nunca mais haveria uma intervenção generalizada na Amazônia, mas em áreas seletivas, em partes seletivas da Amazônia. O Brasil teria capacidade de resposta? Teria, mas com imensas dificuldades e com um custo para a sociedade muito elevado.

E o terceiro, que é importante, é a guerra cibernética. Dois exemplos recentes: Estônia, que dizem que foram os russos; e o programa nuclear americano (dizem que foram os americanos junto com os israelenses que interferiram nas centrífugas iranianas).

Quanto a esse tipo de problema, se tivermos um planejamento bem-sucedido, podemos ser eficientes e, principalmente, nos próximos dez anos – é a questão da ferroada do escorpião, da qual o professor Francisco falou na primeira palestra –, ter capacidade de resposta. O único lugar em

que nós poderemos ter capacidade de resposta é na área cibernética, depende do que for feito com planejamento.

Conclusão: dificilmente teremos ameaças na atual década. Mas esta década engendra uma situação mundial que traz, para as duas próximas décadas, um contexto de crescentes ameaças estratégicas para o Brasil. E nós temos que estar preparados.

O que precisamos fazer? Também foi dito aqui hoje o que precisamos fazer, e eu vou resumir em três coisas, que também já foram amplamente discutidas: primeira, tem que haver recursos para o setor – o professor falou disso muito bem. Eu só não acredito, professor, que cheguemos a 2,5% do PIB rapidamente. Estamos em 1,5% do PIB e, se conseguirmos chegar, em dois anos, a 2% do PIB para o setor, que é o que a China tem hoje, já está muito bom.

A segunda é a questão da BID, que também já foi amplamente discutida aqui hoje. Com relação à BID, eu só gostaria de fazer um adendo, um acréscimo. Estamos praticamente reconstruindo esse setor, mas já estamos assistindo a um grande problema. Eu não vou citar aqui nomes, porque não é o caso, mas já começa a haver a compra de empresas reconstruídas da BID por grupos internacionais. Isso nós não podemos permitir. Já começa a haver, por incrível que pareça, um processo de desnacionalização dessas novas indústrias da BID. É preciso que o Congresso Nacional — porque o que sustenta a indústria de defesa é dinheiro do país — faça uma lei e impeça esse tipo de aquisição.

E, finalmente, é preciso lembrar que só se tem Força Armada eficiente quando ela é formada por cidadãos conscientes e preparados. E na base de tudo isso está o povo brasileiro. Por isso, é preciso fazer um esforço em favor da educação e do bem-estar desse povo.

Muito obrigado.

DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

Apresentadora

Perpétua Almeida*

Coordenador

Carlos Zarattini**

Expositores

Sami Youssef Hassuani***

William de Sousa Moreira****

Jairo Cândido*****

Walter Bartels*****

Perpétua Almeida – Senhoras e senhores, boa tarde. Damos início à quarta mesa de debates do seminário *Estratégias de Defesa Nacional*.

Ontem teve início aqui, às 14h30, um seminário vitorioso, cuja abertura contou com a presença de mais de 600 pessoas. Contamos com a presença de dois ministros importantes que discutem sobre essa área. Houve uma saudação inclusive do ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e ainda a conferência do ministro da Defesa, Celso Amorim. Estiveram aqui também, ontem, na abertura, três comandantes das Forças Nacionais. Isso é uma demonstração da grande importância do tema que estamos tratando.

Gostaria de chamar para coordenar os trabalhos desta mesa o deputado Carlos Zarattini, coordenador da Frente Parlamentar da Defesa Nacional.

* Deputada do Partido Comunista do Brasil do estado do Acre (PCdoB/AC).

** Deputado do Partido dos Trabalhadores do estado de São Paulo (PT/SP) e presidente da Frente Parlamentar da Defesa Nacional.

*** Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (ABIMDE).

**** Professor da Escola de Guerra Naval (EGN).

***** Diretor do Departamento de Defesa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

***** Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB).

Carlos Zarattini – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a nossa presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Comporão a Mesa o senhor Sami Youssef Hassuani, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (ABIMDE); o professor William de Sousa Moreira, da Escola de Guerra Naval (EGN); o senhor Jairo Cândido, diretor do Departamento de Defesa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Este nosso painel vai tratar do tema *Desafios para o Desenvolvimento da Base Industrial de Defesa*, que é, evidentemente, um tema importantíssimo para que possamos discutir como vai ser a articulação dessa base industrial de defesa.

Eu acho que nós estamos num momento muito importante em que a indústria de defesa vem crescendo e com perspectivas de crescimento ainda maiores devido aos projetos da Estratégia Nacional de Defesa (END). Houve um avanço muito grande nesses últimos anos, proliferou um número muito grande de empresas, houve fusões e momentos em que empresas se rearticularam na produção. E nós estamos assistindo hoje a uma pluralidade de iniciativas. Parece-nos também, deputada Perpétua, que nós devemos discutir a questão de focar determinadas ações que muitas vezes acabam se dispersando.

Apesar de termos todo esse horizonte animador pela frente, é evidente que nós vivemos um momento de recursos limitados, em função de termos hoje uma crise econômica mundial que atinge principalmente a Europa e os Estados Unidos. Mas é uma crise que acaba nos atingindo também, à medida que reduz as nossas exportações e reduz as nossas receitas, o que nos faz viver num ambiente de permanente constrangimento, até que se supere esse momento.

Então, nós temos também – e é evidente isso – que nos concentrar nos projetos, nos concentrar nos esforços, para que, evidentemente, essas iniciativas, esses principais projetos a que o governo deu início, possam ter continuidade. A deputada Perpétua citou muito bem a necessidade de continuidade orçamentária, a necessidade de os programas não terem interrupção.

Eu acho, inclusive, que nós devemos debater a possibilidade de muitos desses projetos constarem como projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que são projetos para os quais não existe restrição orçamentária, nem qualquer possibilidade de suspensão daquilo que está projetado no fluxo de caixa dos projetos. Então, parece-me que essa seria uma solução importante, uma solução possível.

Temos de discutir também as fontes de financiamento. Nós batalhamos na questão dos *royalties*, para que houvesse a garantia de que uma parcela da arrecadação dos *royalties* viesse para a defesa. Infelizmente, o nosso projeto não prosperou por nove votos, mas o debate vai continuar, e nós vamos insistir nessa questão, para que possamos ter efetivamente uma fonte de financiamento, que é fundamental.

Parece-me também que nós devemos, como eu disse inicialmente, constituir esse foco, constituir essa concentração, selecionar aqueles projetos que de fato têm ampla repercussão não só para o projeto de defesa, mas também para a sociedade, projetos para os quais possamos externalizar os seus benefícios para toda a sociedade brasileira. Então, essa me parece uma questão fundamental.

Vamos dar início ao nosso debate e passar a palavra, inicialmente, ao senhor Sami, que é o presidente da ABIMDE, Associação de Indústria de Defesa.

Sami Youssef Hassuani – Pensei muito na apresentação que nós faríamos. É um tema extremamente complexo e que nós precisaríamos talvez de semanas ou meses para cobri-lo. Eu optei – pensei muito – por uma apresentação que até apelidei de “apresentação minissaia”, bem curta e enxuta. E optei por tentar não apresentar aos senhores e a esta Casa os problemas do setor. Eu diria que, se abordasse os problemas do setor, ficaria aqui numa lamentação quase sem fim.

Eu vou dar só um exemplo, não estou me lamentando, é só um exemplo. O ciclo do produto de defesa é às vezes de dezoito meses. Então, nós compramos matéria-prima e não a vendemos na semana seguinte, produzimos durante dezoito meses. Só que, durante dezoito meses, estamos financiando o produto, e pagamos o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na folha. Então, nós tomamos dinheiro emprestado e pagamos o

INSS na folha porque eu só vou receber o dinheiro depois de dezoito meses. Está tudo bem, existem os adiantamentos.

Eu digo que esse é um problema, mas eu acho que os problemas podem ser resolvidos. Eu creio que nós temos um problema comum que é o entendimento da sociedade sobre a necessidade de defesa. Então, eu vou tentar abordar esse tema porque acho que o local, a Casa, é muito apropriado para mostrarmos, como indústria, onde podemos ajudar. A minha tentativa é não apresentar nenhum problema porque, como eu disse, são centenas, mas mostrar em que podemos nos reunir, no esforço de resolver esse problema que é de todos nós, brasileiros.

Inicialmente, a ABIMDE é composta de cerca de 180 empresas. Ela é bem dinâmica: enquanto algumas saem, nós temos até muito mais adesão do que desistências. Mas nós somos cerca de 180 associadas, gerando 40 mil empregos. Esse é um dado importante porque nós, que somos engenheiros, gostamos de número, mas eu acho que nós temos que olhar o lado social do número, o lado que esta Casa olha. Quando vemos 40 mil empregos diretos e 160 mil empregos indiretos, o que constatamos? Para cada emprego que se gera na indústria de alta tecnologia, nós geramos mais quatro empregos indiretos, todos de alto nível. Então, é uma indústria que emprega. Hoje, nós temos vendas da ordem de R\$ 3,7 bilhões. Não importa bem a data, isso pode ter um pequeno ajuste, porque estamos no ano de 2012, mas é uma ordem de grandeza. Então, é uma indústria que tem o potencial de faturamento muito grande de pagar impostos.

Alguns dados nos mostram algo muito interessante, uma anomalia: as empresas representam 57% do total de associados e as grandes empresas representam 20%. E a classe média? Esse setor não tem classe média? Não conheço sociedade, indústria que não tenha classe média. É ela que sustenta a economia, vamos dizer assim. Então, onde é que está o nosso problema? É só uma estatística. Como os orçamentos não são constantes, temos época de bonança e épocas muito longas de crises. Nas épocas longas de crise, as pequenas empresas não têm custo grande, elas se fecham e podem depois ligar a luz. É um escritório, com quatro pessoas, quatro engenheiros. Eles ficam em casa, e, quando há demanda, o escritório volta a operar. As grandes empresas se endividam, tomam financiamentos, ficam com balanços horrorosos, mas elas não quebram. E a classe média vai à falência.

Esse é um diagnóstico que nós precisamos dos programas de mais longa maturidade, mais constantes, para criar a riqueza nas indústrias de porte médio. Há um defeito: a gente não ter demanda constante.

Bom, entre nossos associados, há muita empresa genuinamente nacional – não gostam que digamos genuinamente nacional, porque qualquer empresa no Brasil é brasileira. Então, eu vou dizer assim: nós temos empresas de capital nacional, empresas de capital estrangeiro, de capital misto, e a associação é feita por todos. Eu acho que é um esforço de todos, que não temos nenhuma restrição porque é um trabalho em conjunto. São empresas de alta especialização tecnológica, 20% dessas empresas – quinze delas – exportam com regularidade, gerando US\$ 1,7 bilhão em exportação, com número de empregos crescente.

(...) Eu queria abordar sobre em que nós podemos auxiliar no esforço nacional em busca da defesa, no que o empresariado pode colaborar em vez de reclamar.

Então, o que nós fizemos? Um pequeno modelo do porquê de termos uma indústria de defesa. Existem algumas coisas que não são fáceis de explicar. Por exemplo, nós somos, aqui, um grupo seletivo que pensa muito igual, o que é muito bom. Nós já temos um consenso. Precisa-se de defesa, defesa é importante, precisa-se ter programas, mas os programas não acontecem. Na hora das votações, o Parlamento tem dificuldade, a Câmara e o Senado têm dificuldade de mostrar que isso é bom. Ninguém tem dúvida de que é importante, que é um problema geopolítico, um problema entre nações, um problema de segurança, que é bom para o cidadão, mas é difícil de explicar.

Eu especificamente estou pensando de que maneira eu olharia com simplicidade a questão da defesa. Eu completo, neste ano, trinta anos na indústria de defesa, então, vou citar o meu primeiro emprego. Eu sempre fui funcionário da Avibras Aeroespacial, desde o dia em que eu me formei, e até hoje eu tenho dúvidas de como funciona, de como mostrar que é interessante ter uma indústria de defesa. Eu me lembrei, hoje de manhã, de uma pergunta que o meu filho mais novo fez há um tempo. Eu vou pedir desculpas para fazer uma analogia, porque eu acho que o tema é hipercomplexo, defesa é um tema hipercomplexo, precisamos buscar uma simplificação. Na época, ele tinha seis anos, falou assim: “Pai, quem é o pai de Jesus?” E eu fiquei durante duas horas – eu sou católico – tentando explicar quem era o pai

de Jesus, uma coisa hipercomplexa, hiperimportante. Ninguém – os que acreditam naquela religião – têm dúvida. Tentei, tentei, mas eu não consegui explicar. E aí o meu filho, que estava fazendo catequese, disse: “O pai de Jesus é José”. Tão simples quanto isso.

Então, faço essa analogia sobre a importância da defesa. Eu acho que a verdade é a primeira fase. A indústria de defesa tem uma função primordial, porque ela é parte integrante e crítica do esforço de mobilização nacional, em caso de ameaça à sociedade. Se houver uma ameaça à sociedade, graças a Deus, temos as Forças Armadas. Elas estarão na linha de frente, mas tem de haver linha de suprimento, tem de haver uma indústria, tem de haver tecnologia. Isso vai até o nível de quem planta. E a indústria de defesa está no elo, no começo da cadeia, logo após as Forças Armadas. Sem ela, a cadeia não fecha. Então, ela deve existir por esse motivo inicial. Mas esse motivo inicial é tão complexo – vimos hoje nas brilhantes palestras – quanto explicar para o meu filho quem é o pai de Jesus.

(...) Eu fui olhar a nossa história, conforme a Avibras, ABIMDE, olhando a história de defesa no Brasil, e os grandes motivadores, às vezes, são os ganhos paralelos que justificam o principal, porque o principal é difícil de explicar. Então, como é que explicamos talvez de uma maneira muito mais fácil? A indústria de defesa é a alavanca de desenvolvimento tecnológico. O que ela gera? Empregos, produtividade e alto valor agregado.

Eu vejo as palestras do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e de outros ministérios que dizem: se o Brasil não melhorar a competitividade, o Brasil vai quebrar. *Poxa*, usem a nossa indústria como alavanca. Isso é uma tese muito simples. Nós podemos ser uma alavanca para o ganho de produtividade, para gerarmos empregos, para que empreguemos. Óbvio que eu preciso provar que isso é verdade. E também é uma indústria que exporta material de altíssimo valor agregado.

Eu ouvi em algumas palestras, até do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que a preocupação é relativa à exportação de *commodities*. Se o preço das *commodities* baixar muito, vamos ter um problema em toda a nação. Vamos perder emprego, competitividade, nós vamos ter pobreza. E a indústria de defesa é uma alavanca para o governo poder exportar material de altíssimo valor agregado e equilibrar a balança de uma maneira muito rápida.

Então, nós conseguimos indiretamente ajudar em criação de empregos, produtividade, competitividade, balança comercial. Eu não preciso falar nada, porque as palestras cobriram isso tudo, de cabo a rabo. Eu acho que há um entendimento comum de todos.

Então, eu vou tentar demonstrar que o papel da indústria de defesa como alavanca do desenvolvimento tecnológico e como exportador de material de altíssimo valor agregado é verdadeiro, que não é apenas uma ilusão, mas um fato. Primeira coisa, a indústria de defesa só pode ser contratada para o fim maior. O que é o fim maior? Os programas que podem ameaçar o Brasil.

Esses números podem não ser exatos, mas sabemos que o Ministério da Defesa (MD), o Comando do Exército, da Marinha e da Aeronáutica têm seus planos estratégicos, a nação tem um plano, e há a expectativa da ordem de 360 bilhões de necessidades para a proteção da sociedade.

Hoje, o que se gasta são cerca de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões por ano, e nós precisaríamos de R\$ 18 bilhões. Então, há uma demanda. Não é chamar a indústria de defesa simplesmente para empregar ou para dizer que vai exportar, mas é para atender o item maior, que são as defesas às possíveis ameaças.

Então, existe mercado e a indústria poderia ajudar a atender a esse mercado.

E na geração de empregos? A ABIMDE, a nossa associação, considera que nós temos condição de, em sete anos, dobrarmos os postos de trabalhos diretos, se os programas em questão forem implementados e o orçamento existir com regularidade.

Então, nós temos o compromisso de empregar e nós podemos também gerar, para cada emprego direto, quatro indiretos, de altíssimo nível. O Brasil pode, até o fim de 2030, estar dentro das grandes potências mundiais em tecnologia e defesa, porém, empregando.

Os números são interessantes, hiperconservativos. Nós temos, hoje, 200 mil empregos, e nós podemos saltar para cerca de 400 mil – 80 mil mais 320 mil – empregos de altíssimo nível no Brasil, empregando e gerando retorno para a sociedade.

Do ponto de vista da exportação, existe um quadrinho muito famoso. Esse quadrinho já foi bolado, acho, há dez anos, já saiu em jornal, mas é interessante olhá-lo com os olhos da sociedade, não com olhos de engenheiro, que é o valor agregado que há nos produtos. Então, há minério, há o agronegócio, a parte em metal, a indústria de base, a indústria automotiva, a aviação normal, a aviação militar, mísseis, foguetes, satélites.

Há uma curva crescente de valor agregado, e a indústria de defesa pega muito fortemente a parte superior. Em números, quando a gente exporta minério, exporta a 2 centavos de dólares o quilo; quando a gente exporta o satélite, o quilo custa US\$ 50 mil...

Então, de que maneira eu olharia isso, do ponto de vista do Congresso? Olharia da seguinte forma. No momento em que a gente precisa, que é fazer defesa, mísseis, aviões militares e lançadores de satélites, o valor tecnológico agregado é tão alto, que eu olho aqui e vejo que precisamos de mais um Instituto Militar de Engenharia (IME); precisamos de mais um Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA); precisamos de mais uma politécnica, de mais uma Universidade de Brasília (UnB).

Eu acho que esse é o grande motivador para puxar o elo final da educação. Temos de ter educação de base, nós temos que ter tudo. Mas a indústria de defesa pode, atendendo à nação, empregar, gerar produto de valor agregado para exportação e exigir que o lado acadêmico forme muito mais pessoas todos os anos.

Trata-se de uma maneira diferente. Eu olho aqui e vejo que, se o ITA não sair de 120 alunos por ano para 300, nós vamos ter de importar engenheiros. Que problema bom de resolver! Eu queria que esse problema existisse todo dia. O problema é não haver programa: quando não há programa, não há problema nenhum para ser resolvido. Mas esse é um problema fácil. O país investe, é uma máquina, eu digo, um círculo virtuoso.

Em termos de exportação, hoje, no que diz respeito à balança comercial – são números aproximados –, a ABIMDE responde por R\$ 3,7 bilhões de faturamento. Hoje, a gente exporta menos de US\$ 2 bilhões por ano. Esse número pode crescer dramaticamente. Portanto, se for preciso que a nossa balança comercial saia de US\$ 2 bilhões por ano para US\$ 8 bilhões, a ABIMDE consegue assumir esse compromisso, e o setor industrial responde.

É uma maneira de devolver riqueza e de equilibrar a balança comercial, que são problemas do MDIC e do MCTI, que a defesa, com o apoio desta Casa, pode ajudar a resolver aqui no Brasil.

Aqui, temos uma estatística na Avibras e na Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). Nos últimos anos, para cada real que as Forças Armadas ou o Congresso nos deram para desenvolvimento, retornamos dez vezes mais em exportação. Então, R\$ 1 bilhão no investimento de um novo produto resulta em R\$ 10 bilhões de produtos a serem exportados. O desenvolvimento gera fator de 1 para 10. É uma estatística da Embraer muito próxima à nossa, estatística que nos dá um parâmetro para dizer com segurança que, investindo-se, haverá retorno para a nação, e vamos ganhar os empregos, vamos ganhar a balança comercial e vamos puxar a ponta de elo da tecnologia nas universidades e centros acadêmicos.

Finalmente, eu faria um resumo. O investimento do Brasil nos programas de defesa junto à sua indústria de defesa poderia atender, simultaneamente, a três ou quatro fatores. O primeiro grande fator: a necessidade real das Forças e a consequente redução das ameaças à sociedade brasileira. Esse é o mais difícil de explicar. Eu queria ver alguém subir num palanque para explicar esse primeiro *bullet* – é um *bullet* hipercomplexo. Ele é o mais importante. Mas nós temos outros dois de grande apelo: empregar, dar competitividade e produtividade à indústria e gerar balança comercial e ser o elo da parte de formação de ciência e tecnologia – tudo concomitantemente, tendo os programas regulares, desde que a Casa possa nos ajudar a ter os programas de outras coisas.

Depois, durante o debate, se houver alguma pergunta específica, eu terei prazer em responder. Agradeço.

William de Sousa Moreira – Senhoras e senhores, eu gostaria inicialmente de agradecer o convite feito ao Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ao Centro de Estudos Políticos e Estratégicos da Escola de Guerra Naval (Cepe-EGN), nos dando a oportunidade de estar aqui hoje para tratar de um tema que, por certo, representa um dos desafios para a indústria de defesa, que é justamente o cerceamento tecnológico.

Eu participo de um grupo de pesquisa que se vem dedicando a isso já há algum tempo. Gostaria de destacar que é uma pesquisa continuada,

que prossegue em andamento. Os conceitos aqui formulados e emitidos, numa perspectiva essencialmente acadêmica, são de minha exclusiva responsabilidade, não representando, necessariamente, o pensamento das instituições que eu citei.

Na busca por compreender este fenômeno do cerceamento tecnológico em maior profundidade, qualificar melhor o nosso debate e formular mais precisamente os nossos conceitos, recorreremos a esta perspectiva histórica e normativa. Posteriormente, vamos examinar algumas das manifestações que conseguimos identificar, coletar e propor uma tipologia para, ao final, comentar sobre algumas alternativas e algumas considerações finais.

Sempre é bom numa pesquisa, no âmbito da ciência política e dos estudos estratégicos, começar fixando os conceitos-chave. Nas ciências humanas, as palavras às vezes são como sanfonas: tendem a se contrair ou a se estender em função do contexto e dos interesses dos usuários. Quando nós falamos em cerceamento tecnológico, estamos nos referindo a um conjunto de políticas, normas e práticas empreendidas normalmente por países detentores de alta tecnologia, tecnologia de que necessitamos, no sentido de alguma forma restringir, bloquear, negar o acesso, o uso ou a posse de determinados bens sensíveis e serviços diretamente vinculados – vamos explicar esse conceito. Parte de quem? Parte de terceiros interessados, normalmente outros países, empresas e instituições.

Aqui cabe um destaque para o conceito de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados. Nós podemos entendê-los como os produtos que são de interesse ou de muito interesse para o emprego no uso da força. Os bens sensíveis são os de aplicação dual, bens de uso duplo, desde que relevantes para a aplicação bélica, e os bens das áreas tradicionais que dão origem às armas de destruição em massa: nuclear, química e biológica.

A maioria das manifestações de cerceamento tecnológico, como nós pudemos verificar, poderia ser sintetizada nesse modelo aí. Em geral, uma empresa “x” de um país em desenvolvimento, que é dependente tecnologicamente do exterior e que necessita de um produto para um de seus programas estratégicos de desenvolvimento, faz o pedido de aquisição a uma empresa de um país desenvolvido, detentor de tecnologia, normalmente líder de mercado, situado nos cumes tecnológicos do planeta. E a resposta vem às vezes da empresa, às vezes por uma intervenção governamental desse

país a que está sendo feita a solicitação, em geral sustentada em alguma base normativa com diversas justificativas, como a não proliferação de armas de destruição em massa, mas que veladamente tem aspectos econômicos e aspectos de política externa embutidos.

Na perspectiva que chamo de histórico-normativa, na verdade histórico-filosófico-normativa, nós vamos buscar, na nossa trajetória na modernidade, razões que explicam essa postura que leva ao cerceamento tecnológico. E verificamos que já no início da revolução do que se chamou a revolução científica, na virada do século XVI para o século XVII, aqueles pensadores que estavam estabelecendo uma nova ciência, que estavam lançando as bases do que conhecemos como revolução científica lançaram um novo olhar em relação ao conhecimento e à ciência, rompendo com a tradição herdada do período medieval e da antiguidade.

A ciência, na visão deles, passou a ser mais objetiva, o entendimento das relações do homem com a natureza passou a se direcionar para o benefício do próprio homem, na tentativa de colocar o homem como o elemento central do universo, e não como em períodos anteriores, em que a religião estava à frente de todos esses processos de explicação.

Então, por exemplo, Francis Bacon, justamente nessa virada, cunha aquela famosa expressão: *knowledge is power*, “saber é poder”, num marcador bem interessante desse processo de valorização do conhecimento e da associação desse conhecimento ao poder, ou seja, a capacidade de usar o conhecimento da natureza em benefício do próprio homem.

Isso se decanta ao longo da modernidade, passa pelo Século das Luzes e é alavancado pelo projeto iluminista. Surge a máxima kantiana do “ouse saber”: o homem precisa se libertar e passar a agir em função da razão; desenvolve-se a ideia de progresso em função da razão. E, de certa forma, isso contribui para se desenvolver o pensamento que tende a proteger os conhecimentos produzidos.

Ao mesmo tempo, ao longo desse período, desenvolveram-se os fundamentos de um sistema de direito que também tende a premiar os conhecimentos produzidos, particularmente os das atividades inventivas que nós herdamos, como este sistema a que chamamos hoje de propriedade intelectual.

Em síntese, nós protegemos conhecimentos capazes de gerar tecnologias inovadoras e diferencial de competitividade, seja para a economia, seja para o uso da força. E esse modo realista – essa é uma perspectiva essencialmente realista – de entender as relações entre ciência, tecnologia e poder ganha dimensão política e, por essa via, expressão normativa, que eu chamo de conjunto de tratados e leis, um verdadeiro arsenal normativo que vai se formar.

Poderíamos dizer, então, que o cerceamento tecnológico é, no fundo, um recurso de proteção de conhecimento sensível, em meio a uma continuada disputa por poder. E é uma disputa de longo prazo, uma disputa entre os que têm e os que não têm; os que lograram arrancar na frente no processo de geração de conhecimento e os que almejam alcançar o mesmo patamar tecnológico ou, pelo menos, reduzir o diferencial existente.

Nessa trajetória, há um marcador muito importante que transforma essa questão e leva esse debate a outra dimensão. O mundo tomou conhecimento do potencial das armas atômicas com o bombardeio em Hiroshima e Nagasaki, essas foram as duas bombas lançadas. E, de imediato, ocorre certo pânico com relação a esse conhecimento produzido.

Então, há uma corrida imediata, aliás, iniciada pelos próprios cientistas que participaram do Projeto Manhattan, uma corrida no sentido de controlar esse conhecimento, controlar a ciência nuclear, que alguns chamam de “fogo dos deuses”, que teria sido liberado. Imediatamente, há esforços normativos que vão gerar regimes, tratados e lei.

Alguns anos que são interessantes de mencionar: em 1945, quando isso tudo dá partida nessa nova dimensão; 1989, com o fim da Guerra Fria, nesse período pós-guerra e Guerra Fria, todo esse esforço de tratados e leis está voltado, no lado ocidental, para conter, vamos dizer, o leste, esse conflito leste-oeste. A partir de 1989, esse esforço vai se redirecionar, juntamente com a preocupação com os novos atores e as novas ameaças, o terrorismo nuclear, os atores não estatais etc.

Em 2001, ocorre, naturalmente, o 11 de Setembro, que alavanca definitivamente essas preocupações com o uso de terrorismo nuclear.

Em 2004, também, houve outro fato importante que alavancou essas preocupações das principais potências com o controle dos bens sensíveis.

Foi quando se revelou uma rede de proliferação, que foi formada por um cientista paquistanês, acusado de transferir conhecimento de tecnologia nuclear para países, vamos dizer, fora do eixo.

Quanto ao arsenal normativo produzido, gostaria de destacar esses tratados e arranjos que estão organizados em função da área a que se destinam. Os tratados aos quais o Brasil aderiu. Temos, na área nuclear, o Tratado de Não Proliferação (TNP), o Grupo de Supridores Nucleares – Nuclear Suppliers Group (NSG). O TNP e a Convenção de Armas Químicas e Biológicas são tratados realizados no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). O NSG e o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis – Missile Technology Control Regime (MTCR) – são arranjos ditos informais. Alguns países tomam a iniciativa e combinam lateralmente uma série de medidas no sentido de reforçar os procedimentos e as políticas de não proliferação.

[Quanto à marcha da nossa inserção nesse regime], já em 1968, o Tratado de Tlatelolco, nós, países latino-americanos, o assinamos, combinando a proscrição de armas biológicas; em 1973, o acordo importantíssimo que desenvolvemos em âmbito bilateral com a Argentina; em 1991, o Acordo de Guadalajara, que dá origem à formação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), que vai dar origem ao acordo quadripartite com a Agência Internacional, um passo importante dado no sentido de aumentarmos a credibilidade e demonstrarmos seriedade no trato dessa questão, porque isso é um diferencial importante na hora do tratamento dispensado a países como o Brasil.

[Existem] os arranjos laterais, os arranjos informais do MTCR e do NSG e esses outros tratados. Destaco o TNP, que é considerado a espinha dorsal do regime de não proliferação nuclear. Há ainda as resoluções do Conselho de Segurança, em especial a nº 1.540, que foi adotada em 2004, chamando a atenção de todos os países para o cumprimento e a adoção de normas internas, no sentido de restringir e cuidar dos atores não estatais, principalmente, e ampliar as medidas de controle.

Queria destacar ainda o que eu chamo de tripla garantia de uso pacífico que o Brasil concede a esse regime. Nós aderimos a esse Tratado de Tlatelolco. Aliás, nós estamos na primeira zona livre de armas nucleares – Nuclear Weapon Free Zone (NWFZ) – estabelecida no sistema internacional em função desse tratado. Inserimos na Constituição (CF) de 1988 esse

dispositivo, que é uma garantia extraordinária, podemos dizer. E mais: aderimos ao tratado da não proliferação nuclear, que é a espinha dorsal. Havia uma grande pressão sobre o Brasil nesse sentido e, em 1998, nós aderimos. Lembro os três tripés que até foram citados pelo MD, destacando que esse é um tratado tremendamente assimétrico, porque as potências valorizam só o primeiro daqueles três itens.

Isso tudo é para dizer o seguinte: nós somos “bem-comportados” no regime. O Brasil não é um país proliferante. A proliferação não tem raízes aqui. Apesar disso, nós sofremos cerceamento tecnológico em determinadas condições.

Queria destacar também que a corrida pela normatização desses procedimentos não para. Já há uma nova geração de iniciativas sendo tomadas pelos países detentores dessas tecnologias, e esse esforço prossegue, criando novos mecanismos. A inspeção pré-embarque – *pre-shipment inspection* (PSI) –, por exemplo, é um mecanismo que permite a interdição, a busca e a inspeção em espaços internacionais, na tentativa de descobrir transportes irregulares desses materiais proibidos.

Tantas normas, tratados e leis têm o seu preço. E o preço vem justamente no comércio de armas. Quanto mais normas e controles, menos facilidades para o comércio de armas. O mercado internacional de armas movimentava bilhões de dólares ao ano e sustenta um complexo industrial militar importantíssimo nos países desenvolvidos e no mundo inteiro.

Essa tensão que há entre os que produzem armamentos e os que tentam controlar se reflete, normalmente, nos congressos, na forma de um dilema – um dilema que as potências têm de enfrentar e que deve ser do nosso conhecimento, pois representa oportunidades: vender ou não vender. Os grupos de pressão que se dedicam ao complexo industrial militar norte-americano, por exemplo, veem as exportações como fontes de renda, de divisas, estão preocupados com a competitividade, porque há outros fornecedores espalhados pelo mundo. Eles também lembram que há a influência por dependência tecnológica, criada toda vez que há uma venda, e a importância do domínio do mercado, enquanto o pessoal que está preocupado com a segurança tem outros argumentos.

Bem, isso é sopesado normalmente no Congresso Nacional e volta sob a forma de leis. O Congresso Nacional, no caso, dos Estados Unidos é responsável pelo controle de armas e transfere, por meio de leis, poder ao Poder Executivo, ao presidente, para implementar normas de controle de exportação e de verificação desses bens sensíveis. São os maiores exportadores, esse conjunto de leis naturalmente tem alcance global. É um verdadeiro sistema paralelo de controle.

Esse é um sistema efetivo. Aí estão alguns exemplos de punições que são sempre divulgadas, são bem ostensivas, no sentido de intimidar quem tente violar esses atos normativos. As multas são relevantes. Esse é um pequeno exemplo, mas há punições com prisão. Essas são empresas que venderam para alguns países, incluindo o Brasil. Empresas que venderam esses produtos tiveram de enfrentar a justiça norte-americana por terem violado aqueles atos normativos.

Bem, vou deixar para a reflexão dos senhores a negação de acesso, a negação de posse, a negação de uso, pois o tempo está curto. São as formas de manifestação.

No caso da negação de acesso, nem deixam a gente acessar. Não vendem nem respondem ao pedido de cotação, ou mais, embargam. Na negação de posse, eles deixam ter acesso, mas, na primeira oportunidade, eles retiram esse conhecimento ou esse bem, ou absorvendo empresas ou apreendendo, por exemplo, quando se manda fazer uma manutenção no exterior e, na volta, a alfândega lá do outro país retém, ou mesmo usa a força. Um caso clássico é o bombardeio da usina nuclear iraquiana em 1981, que simplesmente foi neutralizado – todo o conhecimento que havia ali sumiu.

Quanto à negação do uso e exportação, temos casos clássicos de proibição de venda de avião e também a questão da intimidação por pressão política.

Bem, apenas alguns exemplos de produtos que têm sofrido, como temos registrado, casos de cerceamento tecnológico são típicos dos programas nucleares espaciais.

Estudando a literatura forânea, ou seja, a literatura estrangeira, o que fizeram os países que tiveram de lidar com isso, os países emergentes, os países que se desenvolveram na segunda metade do século XX, nós percebemos o seguinte: a importância dos programas mobilizadores da importação de

cérebros – trazer pessoas com conhecimento já consolidado em determinadas áreas tecnológicas –, os processos de transferência de tecnologia, e há registros bem consistentes do emprego destas ferramentas do mundo real: espionagem, cópia e engenharia reversa.

Como considerações finais, gostaria de deixar aos senhores o seguinte: bens sensíveis e serviços vinculados, na área nuclear espacial, são fontes de poder. Como tal, são objetos preferenciais do cerceamento. O cerceamento não se dá apenas pela questão da produção e da proliferação nuclear para prevenir a proliferação nuclear, embora esse seja um argumento que dá base moral às ações, mas também por razões econômicas e de política externa.

Então, não basta ser bem comportado no regime, porque nós poderemos ser cerceados não por sermos proliferantes, mas por não interessar ao sistema de poder estabelecido que o Brasil tenha determinadas capacidades. Mas temos de reconhecer que a participação no regime é importante, porque nos permite tomar parte nos processos decisórios. As fontes normativas estão, em grande medida, no direito interno, aquele conjunto de leis de que eu falei.

Para finalizar, a contínua pugna entre a prática do cerceamento e das ações para contorná-lo, ou seja, a disputa entre os *have* e os *have not* é, em última análise, um jogo de poder no sistema internacional. Nessa arena, não há lugar para visões ingênuas, porque, em função do que está em jogo, coisas como espionagem, cópia, engenharia reversa são intensivamente utilizadas nos países pelo mundo afora.

Deixo, então, com os senhores, uma reflexão final, porque essa é uma área, ciência e tecnologia de defesa, que depende fundamentalmente da política. Fazendo uma provocação com a sabedoria clausewitziana, que vê a guerra como continuação da política por outros meios, eu diria que a ciência e a tecnologia militar e os instrumentos de produzi-las são também, em grande medida, política por outros meios.

Muito obrigado aos senhores pela atenção.

Jairo Cândido – Deputada Perpétua Almeida; deputado Carlos Zarattini; amigos que compõem esta Mesa e este painel; prezado amigo general Adriano, em nome de quem quero cumprimentar todos os militares brasileiros e estrangeiros presentes a este seminário; prezado amigo Carlos Ernani, presidente do Conselho da Condor e diretor do Fórum de Defesa e Segurança

da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), meu particular amigo, em nome de quem quero cumprimentar todos os empresários presentes a esta reunião, minhas senhoras e meus senhores, permitam-me uma saudação especial à contra-almirante Dalva, promovida nos últimos dias ao generalato, a primeira mulher que chega a este posto nas Forças Armadas.

Senhoras deputadas, senhoras e senhores, é um prazer para nós, da FIESP, estar presente a um seminário dessa envergadura. Teríamos, efetivamente, de estar aqui. Evidentemente, não estamos propondo, nem viemos fazer nenhuma palestra. Vamos colocar algumas ideias, poucas ideias, no sentido de que possamos suscitar um determinado entendimento ou pelo menos uma discussão, do ponto de vista institucional, do que seja a indústria de defesa neste Brasil, uma vez que, do ponto de vista industrial, estritamente, o meu particular amigo, o presidente da ABIMDE, Sami, já tratou com brilhantismo.

A evolução positiva do Brasil no cenário geopolítico mundial. Essa é a primeira grande reflexão que temos que fazer, com relação à indústria de defesa. A posição do Brasil, como é que temos que tratar e o que temos que fazer. O Brasil chega a uma posição econômica entre as seis maiores economias do mundo. O Brasil está colocado perante o Atlântico Sul com a sua condição de soberania. O Brasil é depositário de grandes volumes de riqueza, talvez da maior riqueza e da seguinte riqueza escassa no mundo, a água. Hoje, com previsão de produção de petróleo, que não sabemos a quantidade, mas, de qualquer maneira, com previsão de autossuficiência. Na verdade, o Brasil começa a ter uma projeção em termos latino-americanos, asiáticos e africanos, de sua posição geopolítica, analisando do ponto de vista da sua disponibilidade e competência política, estratégica e militar.

A definição das novas políticas para a defesa nacional. É claro que, na última década, o Brasil vem cuidando disso com bastante cuidado e tratando desse assunto, desde a Emenda Constitucional nº 23/1999, que reorganiza as Forças Armadas e cria o MD e dá uma nova dinâmica a todo esse reordenamento e organização dentro do território nacional, seguido, inclusive, da END, do Plano Nacional da Indústria de Defesa, mais recentemente da Medida nº 544/2011, convertida na Lei nº 12.598/2012, que é um marco, a partir do ponto de vista que atribui às Forças Armadas um divisor de águas, no sentido de poder dar ao produto de defesa o tratamento adequado.

O produto de defesa tem, há alguns anos, a sua definição. O casamento dele dentro do orçamento anual e da anualidade torna-se extremamente difícil, sempre.

Tivemos o episódio da desoneração fiscal dentro do primeiro projeto de lei (PL). Está nesta Casa, hoje, a Medida Provisória (MP) nº 582/2012, tratando do Regime Especial Tributário para Indústria de Defesa (RETID). Esperamos, naturalmente, que isso seja resolvido.

O ambiente de crescimento dos orçamentos e gastos militares. O país ainda gasta muito pouco, comparado com outros países. É bom fazer aqui três pequenas reflexões. É verdade que o orçamento cresce nominalmente, mas o orçamento decresce em relação às receitas gerais do Brasil. Portanto, os volumes de recursos atribuídos às Forças Armadas, em termos nominais, têm crescido, mas, em termos da arrecadação geral do país, eles têm diminuído. Eles realmente são absolutamente insuficientes e ainda sofrem de uma série de outras deficiências e de uma série de outras limitações em termos de fluxos naturais. Isso é trágico para a indústria.

O deputado Carlos Zarattini disse, na abertura do seminário, algo mágico: que um programa de defesa colocado como PAC não terá nenhuma solução de continuidade em termos da sua liberação econômica, algo a que todos os senhores empresários e militares presentes devem prestar muita atenção, porque efetivamente é uma grande inovação. Saio com mais uma lição desta Casa. Cada vez que nos reunimos para discutir algo, aprendemos mais alguma coisa. Temos mais uma lição que estamos levando daqui. Vamos efetivamente olhar esse assunto.

Existe, é claro, interesse governamental no desenvolvimento da indústria de defesa nacional. Existe, efetivamente. Quando o Brasil fez a opção de não comprar mais na prateleira... No momento em que o Brasil, com todo esse arcabouço legislativo que acabei de citar, tomou a iniciativa, ou pelo menos a doutrina, o ponto central, de internar tecnologia, de promover associação para produção no Brasil de tudo o que for possível, o Brasil realmente fincou determinada posição dentro desse parâmetro e dentro desse tema.

Planos estratégicos e de reequipamento das Forças Armadas. Não vou me estender muito. Meu amigo, o presidente da ABIMDE mostrou todo o planejamento, inclusive a necessidade de R\$ 360 bilhões,

a necessidade de R\$ 18 bilhões por ano e que estamos com investimentos de, aproximadamente, R\$ 7 bilhões ao ano, e que precisamos efetivamente resolver esse problema.

A grande verdade é que existe hoje uma programação de reequipamento das Forças Armadas. Se no passado não havia um grande planejamento, hoje existe um planejamento de até 50 anos.

Novos programas de defesa estão sendo iniciados. Temos exemplos disso, de coisas que estão em andamento: o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB); o helicóptero HX-BR; o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) que acabamos de contratar – um projeto piloto; o Sistema Integrado de Proteção das Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER), que está em vias de ser publicado; o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAZ), que também está em vias de ser terminado e começar a andar. Mas temos outros programas menores, como o *retrofit* das aeronaves da Força Aérea. Acabamos de ter informação da decisão da Força Aérea Brasileira (FAB) para a nova estrutura do novo programa de *datalink*, com a associação de duas empresas brasileiras, com tecnologia israelense. Isso acabou de ser tornado público.

Portanto, existe uma série de programas em andamento.

Sobre do que precisamos, em termos da indústria de defesa, vou tratar um pouco mais à frente. Juntei quatro pacotes de desafios para que possamos, na verdade, tentar entender qual é o tamanho disso, para que a indústria nacional possa, de maneira geral, embarcar nesses programas.

Ambiente regulatório e evolução positiva da aprovação da Lei nº 12.598/2012. Aqui, realmente, nós temos trabalhado muito. O MD tem feito um enorme esforço.

Segundo todas as informações, ou pelo menos as últimas, nós estamos na acentuação e nos pontos e vírgulas para que o decreto seja efetivamente publicado.

Mas o que há nesse decreto? Ele cria uma série estrutural muito grande de organismos, órgãos, conselhos para que se venha fazer um assessoramento do MD no momento da regulamentação dessa lei. Portanto, uma série de coisas que andaram muito além daquilo que era a lei.

Num primeiro momento, tivemos uma discussão sobre se isso deveria ser mesmo dessa forma, mas, logo na sequência, olhando para o tamanho e para a disponibilidade material que o próprio MD possui, em termos de quadro, em termos de gente, em termos de quantidade, em termos de disponibilidade, entendemos – ou pelo menos ficamos convencidos disso, este foi o convencimento da indústria – que esses conselhos e esses grupos realmente se fazem necessários até que o MD possa ter mais musculatura, maior quantidade de grupos e, portanto, possa estar com mais mão de obra massiva para efetivamente poder fazer esse tipo de trabalho.

A base industrial de defesa apresenta alguns sinais de recuperação e movimento de reestruturação? Sim, os movimentos são pequenos, os movimentos são incipientes, mas já se vê alguma coisa, já se vê alguma associação. Nós já sentimos algum tipo de derramamento de alguns desses contratos, nós já entendemos e já somos capazes de identificar, aqui e acolá, algum tipo de associação e estamos, naturalmente, também identificando o acontecimento de determinados acordos.

Quanto à consequência efetiva da transferência de tecnologia, nós ainda precisamos aguardar um pouco mais para saber exatamente como vai ficar essa tecnologia residente no Brasil.

A situação atual é resultado de longos períodos de baixo investimento em defesa? Claro que sim. No Brasil nós passamos quase um século sem grandes investimentos em defesa. Está aqui o Sami, que falou em trinta anos, junto com nosso prezado amigo, João Verdi, que tragicamente nos deixou e com quem o Sami, logo recém-formado, foi trabalhar; está ali Carlos Ernani, nosso companheiro do Rio Grande do Sul. Eu, que já vou indo para 34 anos nessa estrada de defesa. O time antigo acabou. Acho que, daí para frente, é um time mais novo, que está chegando, chegando com força e competência, graças a Deus. Mas nós que estamos há mais de trinta anos, realmente, temos visto a agrura das Forças Armadas, a falta de investimento e temos ombreado com eles no sentido de tentar conseguir alguma coisa.

Portanto, por que isso está aqui? Todo o mundo pergunta: “A indústria brasileira está pronta, não está pronta? Como é que vai ser e como é que não vai fazer?” Nós somos frutos do que nós fizemos ao longo dos últimos cinquenta anos. Esse é o *status* em que a indústria está e é aonde ela vai poder chegar.

Algumas empresas estão em melhor situação por não dependerem do mercado de defesa para sua sobrevivência e crescimento? É exatamente o que acontece. Aquelas que, na verdade, podem e ainda estão sobrevivendo é porque de fato têm outro tipo de atividade.

A maioria das empresas enfrenta dificuldades e desafios para se desenvolver, lançar novos produtos e competir no mercado? Esse é o maior drama. Isso está colocado aqui porque esse é o grande desafio. Nós não produzimos material de prateleira. A indústria de defesa produz aquilo de que as Forças Armadas necessitam.

Enquanto esses programas não estiverem detalhados, não conseguiremos embarcar nesses programas. Portanto, o lançamento de novo produto depende de um detalhamento do programa a ser feito pelas Forças Armadas. Enquanto nós não nos sentarmos à mesma mesa e formos participantes do mesmo programa, teremos sempre um grau de dificuldade acentuado nesse tempo.

Eu vejo aqui que temos quatro desafios:

- 1) Desafios econômico-financeiros que compreendem o ambiente orçamentário de defesa, garantia de fontes de recursos para a defesa sem risco de contingenciamento, disponibilidade e acesso a financiamento pelas pequenas e médias empresas (PME) e garantias contratuais.
- 2) Desafios regulatórios que envolvem regulamentar e implementar a Lei nº 12.598/2012, aumentar o efetivo e a capacidade do MD no setor ligado à indústria de defesa e buscar reduzir os impactos do “custo Brasil”.
- 3) Desafios de capacitação da indústria que se referem ao fornecimento de incentivos à capacitação tecnológica das empresas, incentivos e investimentos à Pesquisa Tecnológica e Inovação e formação de mão de obra especializada.
- 4) Desafios comerciais pela necessidade de criação de novos programas de defesa com foco no desenvolvimento das PME do setor e incremento da atuação do governo Federal em todos os níveis no apoio às exportações de material de defesa.

O contingenciamento é o drama dos dramas. Não há indústria que possa viver fazendo carregamento e descarregamento, carregamento e descarregamento, que os custos vão para a estratosfera. Ou nós produzimos ou nós não produzimos, e isso é algo que precisamos resolver.

Esse tipo de coisa tem de se definir e tem de se acertar uma cadência. Teríamos muito que dizer em termos de ambiente orçamentário, mas deixo para fazê-lo caso haja alguma pergunta.

A disponibilidade de acesso a financiamento para as pequenas e médias empresas de defesa. A dificuldade é exatamente o que o meu amigo Sami disse: as empresas acabam tendo, devido a essa deficiência, balanços complicados. Nós, inclusive, conseguimos um fundo, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de quase R\$ 400 milhões. O fundo está inteiro, porque não há empresa em condições de tomar seus recursos. Sabem por quê? Porque, primeiro, não há um contrato. As indústrias nacionais não têm contrato com as Forças Armadas. Esse é o primeiro grande drama.

E as garantias contratuais? As garantias contratuais são outra história, outro grande problema que precisamos resolver, porque, a par de ter o contrato, nele há de ter um elenco de garantias que também precisa ser resolvido.

Desafios regulatórios. Naturalmente a Lei nº 12.598/2012 estabelece, como já disse, a possibilidade de que, pela primeira vez na história deste país, desde o advento do Decreto-Lei nº 200/1967 e da Lei nº 8.666/1993, se atribua à organização militar a possibilidade de escolher a indústria e de trabalhar com ela desde o seu nascimento, porque esse é um programa que pode ser feito. Esse é o maior avanço dentro da Lei nº 12.598/2012.

Em relação às Forças Armadas, por representarem as instituições que representam, por terem o tipo de atividade que têm, pelo tamanho de seus programas e pelo que representam, esta Casa entendeu e fez essa inserção e, efetivamente, esse é o grande alcance dessa lei.

O outro alcance dessa lei é a tentativa de equiparação que está sendo procurada no RETID por meio da MP nº 582/2012.

O aumento efetivo e a capacidade do MD no setor ligado à indústria de defesa é exatamente o que estávamos dizendo. O MD ainda é novo e

ainda tem quadros pequenos. O MD precisa, inclusive, no implemento dessa lei, fazer um grande trabalho.

Portanto, o MD – a criação de todos aqueles conselhos, de todos aqueles órgãos colegiados –, num primeiro momento, nós entendemos que possa dar uma dinâmica para a implementação dessa lei.

Buscar a redução, reduzir os impactos do “custo Brasil”. Estamos agora pleiteando a redução da folha de pagamento. Embora a indústria de defesa não seja de uso intensivo de mão de obra, já há alguns setores que podem eventualmente estar aí contemplados.

E um terceiro desafio é o da capacitação. Se, lá atrás, eu dizia que nós estamos no estado da arte, fruto dos 30, 40, 50, 100 anos da produção que fizemos, a grande verdade é que o incentivo, a capacitação tecnológica das empresas nunca aconteceu.

Se não tratarmos de algum tipo de incentivo neste momento, e se isso não for feito de maneira inteligente, teremos aí uma grande barreira para saltar.

Incentivo e investimento em pesquisa tecnológica e em inovação. Novamente, a indústria está sempre querendo a inovação em cima dos seus produtos, a inovação que resulte em emprego, a inovação que resulte em melhoria da qualidade e da vantagem dos seus produtos.

As federações e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) estão criando vinte institutos no Brasil. Estamos cuidando de cinco institutos em São Paulo, mas estamos cuidando, particularmente, de um em São José dos Campos, que é o ISI – Instituto Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Inovação em Defesa). Esse ISI está 100% voltado ao apoio ao desenvolvimento da indústria de defesa e está sendo desenhado com essa finalidade. O Sistema, por meio do Sistema S, a FIESP, na formação de mão de obra especializada, que é outro item ali, na construção do Cetar (Centro Senai de Tecnologias Aeronáuticas), em São José dos Campos, e o ISI, nós estamos investindo R\$ 120 milhões para podermos tratar desse tema.

Mas é só essa iniciativa. Temos que fazer mais iniciativas.

Os desafios comerciais. A criação de novos programas de defesa, com foco no desenvolvimento das pequenas e médias empresas do setor. Senhores, precisamos tomar muito cuidado para que o remédio não mate o doente. Nós, com o conjunto das indústrias brasileiras, estamos vendo que os grandes programas de defesa estão sendo desenhados de maneira a não terem lugar para as indústrias médias e pequenas do Brasil.

De repente, nós estamos desenhando programas para as grandes empresas e para os grandes conglomerados. Isso há que ser discutido em estrutura e em ambiente com essa competência, porque a base industrial de defesa é formada por indústrias médias e pequenas.

Em todos os programas que saem, entram seis ou sete grandes conglomerados, alguns até sem tradição na área de defesa, buscando uma oportunidade econômica. E defesa não é oportunidade econômica. Defesa é a cultura do conhecimento e a evolução de uma natureza industrial consequente para a sustentação da soberania nacional.

Portanto, isso que nós estamos tratando não é negócio de ocasião. Isso aqui não é nada que se possa fazer com essa lógica.

Eu quero chamar a atenção para o fato de que, quando forem desenhadas as licitações, há que se olhar o tamanho do parque, há que se olhar quais são as indústrias, há que se olhar o que se quer fazer e há que se dosar para que essas indústrias possam embarcar nesse programa. Senão, vamos transferir tudo o que os senhores, hoje, das Forças Armadas têm, no âmbito do MD, para um, dois ou três grandes conglomerados, que vão gerenciar a soberania nacional – parece-me que não é para isso que nós estamos trabalhando, nem é isso o que nós buscamos. É o incremento da atuação do governo federal em todos os níveis, no apoio à exportação do material de defesa.

Com raríssimas exceções, nós, empresários, não vendemos defesa. Quem vende defesa é o Brasil. Quem vende defesa é a nação brasileira. Os senhores estão vendo: é rei, é rainha, é primeiro-ministro, é embaixador, é presidente da República, todo mundo visitando o Brasil para tirar pedido de qualquer coisa que o Brasil está comprando.

Portanto, não é o empresário que está vindo aqui, e não somos nós que temos de ir lá também. É claro que temos de fazer a nossa parte, mas

o Brasil precisa fazer a parte dele, daquilo que é produto brasileiro e que deva ser vendido.

Muito obrigado, senhores.

Walter Bartels – Saúdo a diligente e atuante presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), parabenizando-a pela realização deste seminário.

Na sessão de debates, eu faria uma pergunta: existe algum setor, hoje, capaz de atender mais ou menos de forma completa a uma das atividades previstas na END?

O ministro da Defesa citou os três setores estratégicos da END: espaço, nuclear e cibernética. Então, eu quero falar um pouco do setor espacial.

O setor espacial, a indústria espacial, hoje, é decorrente do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE). Essa indústria pequena – são várias pequenas e médias empresas – recebe contrato para desenvolver subsistemas de satélites. Dentro da AIAB, que tem aeronáutica, espaço e defesa correlacionada à área espacial, é o setor mais verticalizado.

Essas pequenas empresas fazem todos os subsistemas de um satélite. Ou seja, é como se fosse uma indústria aeronáutica no Brasil fabricando não só avião, mas também turbina, ar-condicionado, aviônica, tudo isso. Essas empresas atuam dessa forma.

Agora, qual é a razão da possibilidade de o Brasil ter uma verticalização desse tipo? É que a escala de produção de satélites e de veículos espaciais é muito pequena. Por exemplo, a linha do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) vai completar cinco satélites em cerca de dez anos. Vemos as constelações grandes, de Sistema de Posicionamento Global – Global Positioning System (GPS). São dez satélites de GPS ao longo de vários anos.

Então, é uma facilidade para o Brasil não ter de colocar uma extensa linha de produção. É uma produção muito artesanal, com pessoal de alto nível. Hoje, temos mais ou menos 340 pessoas ativas nas espaciais, com índice de 20% de mestres e doutores. Sempre foi uma reclamação do governo brasileiro não termos mestres e doutores no setor industrial. Esse sistema tem.

Do ponto de vista da parte espacial, como está montada a condução do programa? O Comando da Aeronáutica é o órgão responsável pela implantação das atividades espaciais. Este ano foi criada a Comissão de Coordenação e Plotação de Sistemas Espaciais. A AIAB fez uma ação conjunta com essa Comissão, e a indústria teve a possibilidade de apresentar ao Serviço Social da Indústria (Sesi/SE) as suas capacitações. Agora, o governo está conduzindo pelo Sesi/SE da seguinte forma: foi editado um documento recentemente, e aprovado; chama-se Programa Estratégico de Sistemas Espaciais. Trata-se da estratégia de implantação de longo prazo de subprogramas e de projetos e de sistemas espaciais de defesa e tem várias descrições. Vou citar aqui as duas primeiras do documento. A primeira é a DPP-COMTAT, relativa ao Sistema Espacial de Comunicações Táticas e Operações. É o satélite geoestacionário. A outra é a DPP-OBTSO, relativa ao Sistema Espacial de Sensoriamento Remoto.

A indústria já está sendo inserida no primeiro programa, por meio da empresa Visiona, criada pela Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) e pela Embraer, que vai fazer aquisições dos sistemas. Implantar é uma operação totalmente brasileira do primeiro satélite geoestacionário. O outro, relativo a sensoriamento remoto, prevê uma resolução espacial de um metro na faixa pancromática; e quatro metros na multiespectral colorida; e uma capacidade de revisita daquele ponto de três dias ou menos. É o que a especificação exige.

A indústria espacial brasileira está disposta e propõe fornecer, a partir do Brasil, uma constelação de quatro satélites. Vão ser satélites que atenderão a essa resolução. Com eles, da ordem de micro e pequenos satélites, produzidos no Brasil, incluindo as tecnologias que as indústrias têm, obtidas por meio da subvenção econômica ou de participação e interveniência em fundos setoriais, são capazes de atender a esse requisito. É possível transformar essa proposta em duas soluções: com quatro satélites teremos uma revisita menor do que o dia em cada ponto do país. A outra opção é fazer três satélites polares e um equatorial. Aí teremos uma revisita na parte equatorial da ordem de 1h30 por dia e, mais ou menos, da ordem de um dia e pouco ao longo de todo o país. Com isso, nós poderíamos atender às questões de vigilância do território, cobrindo também, se for necessário, a questão da Amazônia Azul. Então, existe essa proposta da indústria, que tem a capacitação, tem a capacidade industrial, tem os laboratórios para fazer essa oferta. Eu queria

destacar que é uma exceção à regra existir uma indústria, um setor que tenha essa capacidade de uma razoável verticalização no país.

Mas qual é a importância de termos a indústria brasileira diretamente envolvida nisso? Não se esqueçam de que nós já sofremos problema de não uso de satélite durante a Guerra das Malvinas. Durante aquela guerra, o satélite meteorológico da América do Sul foi cancelado. Quer dizer, quando o país quer ter uma vigilância extensa com satélite, você não só controla o que está no Brasil, mas o que está no entorno do Brasil. Nós temos que ter produtos com autonomia tecnológica no Brasil. Podendo fazer uso dos veículos lançadores e satélites, nós teríamos autonomia tecnológica completa. Teríamos os satélites, o veículo lançador e o Centro de Alcântara sendo usados.

Então, eu queria destacar este assunto para mostrar que existe essa capacitação no Brasil, lembrando que nós temos a Avibras, que participa do VLS, o veículo que o ministro citou aqui no primeiro dia. Esse programa é muito importante porque também está sendo desenvolvido e produzido dentro da indústria nacional brasileira. Então, o grande problema que a gente tem é que a fonte de tecnologia do programa espacial está sofrendo os mesmos percalços de falta de orçamento. O PPA prevê pouco mais de R\$ 2 bilhões, R\$ 550 milhões por ano, mais o orçamento, por exemplo, deste ano, 2013, está em pouco mais de R\$ 300 milhões. Então, a grande pergunta que eu também coloco é: como é que se pode influenciar o governo a fornecer os recursos necessários para esse programa espacial que levará ao desenvolvimento de tecnologia.

Sessão de debates

Pergunta – A minha pergunta é sobre um tema muito atual, muito polêmico. É dirigida à Mesa, em especial ao deputado Zarattini, e diz respeito à situação dos *royalties* do petróleo.

Todos os que trabalham na área participaram de alguma forma do esforço do deputado Zarattini, no sentido de buscar a criação de uma possibilidade de fontes de recurso na nova lei que vai regular os *royalties* do petróleo.

Com todo esse tumulto que foi gerado com essa nova lei que está sob veto da presidenta, eu gostaria de saber do deputado, especificamente, e da Mesa, em geral, se existe realmente alguma possibilidade de se conseguir colocar essa fonte de recursos para financiar toda essa vocação e essa necessidade que nós temos na área da defesa.

Pergunta – Quero encaminhar a pergunta ao professor William. Estamos falando aqui sobre barreiras de transferência de tecnologia para o Brasil. Só que o que nós vimos nos últimos dezoito meses são programas de vendas de equipamentos do Brasil para o exterior, dos quais estão pedindo transferência de tecnologia.

Nós ainda não estamos numa situação de termos de colocar as nossas próprias barreiras de transferência de tecnologia para outros. Como é que está o pensamento brasileiro sobre isso neste momento?

Pergunta – Quero me ater ao problema de marcos regulatórios.

Foi falado aqui sobre a falta de oportunidade de pequenas empresas participarem, mas eu acho que o maior óbice que existe nessa área é que os marcos regulatórios das financiadoras, tanto a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) quanto o BNDES são muito rígidos e pouco flexíveis para atender às empresas de pequeno e médio porte. A minha pergunta é: como vamos fazer, pois estamos evoluindo na questão dos marcos regulatórios, na parte de leis, mas existe alguma ideia de também fazer uma revisão desses marcos regulatórios dessas financiadoras, para que as pequenas e médias empresas possam participar também?

Pergunta – Nós ficamos muito preocupados com transferência de tecnologia, aspectos internos, aspectos externos, mas eu gostaria de demonstrar preocupação com um problema interno, que é a burocracia. Eu acredito que toda empresa tem dificuldade de ser contratada, principalmente empresa de defesa, porque são sistemas e sistemas. Sistemas complexos, sistemas de armas não são coisas normais, nem naturais; são, em sua essência, sempre inovação; são, em sua essência, sempre inéditos. Depois que se desenvolve o conhecimento e se formula o conceito, eles vão para o mercado como sendo uma produção em série.

Acredito que as empresas de *hardware* têm isso. Mas, ontem, discutimos aqui o *soft-power*. As empresas que trabalham com os intangíveis, que são

sistemas e *softwares*, são todas colocadas na mesma vala comum da Instrução Normativa (IN) nº 4/2008, do Ministério do Planejamento. Quer dizer, uma pessoa que contrata uma entidade do governo, que contrata um sistema para entrada de portaria, é colocada na mesma vala de uma pessoa que vai produzir um *data link*, que vai produzir um sistema complexo embarcado ou um sistema de missão de submarino atômico. É comparada a algo assim. Então, a IN nº 4/2008 faz o papel de reguladora disso.

Ainda não existe sensibilidade na burocracia do governo para essas coisas, então, eu gostaria de perguntar como nós poderíamos criar uma comissão e participar ativamente para dar sugestões no sentido de melhorar isso. Eu vou dar um exemplo típico. A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), hoje em dia, tem 140 engenheiros, mas contrata até projeto básico. Está ficando nas Forças Armadas um medo de assinar contrato de defesa, e eu acho que estamos caminhando para sermos iguais à Infraero, essa é uma tendência. Isso é uma preocupação muito grande porque, se um dia, o ordenador de despesa no âmbito das Forças Armadas tiver medo de assinar um contrato – porque ele é muito policiado, porque o sistema de defesa não é compreendido –, as empresas não terão como vender, e o Brasil não terá os seus produtos que são tão necessários.

Pergunta (via internet) – Gostaria de fazer o seguinte questionamento para os membros da atual mesa: projetos complexos como a aeronave KC-390 e o míssil A-Darter envolvem vários órgãos governamentais, como o MD, o MCTI, o MDIC, as empresas, as Forças Armadas e até parceiros internacionais.

Como é de conhecimento de todos, o Orçamento da União é limitado em face de todas as necessidades do país. Nesse sentido, como coordenar os diversos órgãos governamentais e empresas envolvidos nesses complexos projetos de defesa, de forma a conseguir o maior aproveitamento possível dos recursos públicos do país?

Pergunta – Na verdade não é bem uma pergunta, pois, como a FINEP foi mencionada, eu [representante da FINEP] queria apenas dizer que, sim, temos alguma dificuldade para financiar pequenas e médias empresas, mas estamos atentos a isso. Temos mecanismos de *venture capture* e estamos, pouco a pouco, querendo aumentar o nosso portfólio para ofertar às pequenas

empresas. Os editais de subvenção econômica já contemplaram diversas pequenas empresas da base industrial de defesa.

Então, essa é uma questão a que estamos atentos, mas que não se resolve da noite para o dia.

William de Sousa Moreira – Vou responder à pergunta específica do senhor Felipe Sales, que se refere ao posicionamento do Brasil do outro lado das questões que eu apresentei aqui.

De fato, eu enfoquei o lado do Brasil cerceado, mas nós estamos inseridos no regime, participamos do regime e temos responsabilidades. Além disso, nós internalizamos boa parte daquele arsenal normativo no nosso Direito interno, sob a forma de lei. Eu destaco a Lei nº 9.112, de 1995, que dispõe sobre o controle e a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados. Portanto, as empresas brasileiras que forem exportar estão sujeitas aos imperativos dessa lei, que, inclusive, prevê penalidades para o caso de violações.

O Brasil desenvolveu um sistema de controle e acompanhamento dessa área de bens sensíveis. A questão normativa é apenas um dos requisitos, mas é preciso desenvolver toda a infraestrutura de controle. Então, do ponto de vista do regime internacional de não proliferação, nós temos órgãos especializados em dar tratos a esses controles aqui no Brasil, até porque somos muito observados por isso.

Em tese, as principais potências que impulsionam esse regime acreditam que os interessados em formar redes de proliferação não vão procurar em países que têm sólidos sistemas de controle, como elas; eles vão tentar por países com sistemas menos sofisticados ou menos aderentes a esse regime.

Então, como vendedores, nós temos que ter cuidado, as empresas têm que ter cuidado. Aliás, há programas do MCTI, por meio de sua Coordenação-Geral de Bens Sensíveis, de motivação e esclarecimento para as empresas brasileiras; há, no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), o Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens) e outros de proteção ao conhecimento, como o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC). Enfim, há uma série de atividades desenvolvidas internamente junto às empresas para

cuidar desse outro lado, para que o Brasil não se veja na condição de incurso nessa questão da proliferação.

Evidentemente, os contratos irão especificar em que medida haverá transferência de tecnologia. Transferência de tecnologia é um debate por si só enorme e acho que não teríamos tempo de abordá-la, em benefício da síntese. Eu me coloco à disposição do senhor, para, posteriormente, prosseguirmos nas questões mais específicas de transferência de tecnologia, possibilidades, limitações e alcance desse tema.

Obrigado.

Jairo Cândido – A mim, mais diretamente, está apresentada a situação de como enfrentar o problema do financiamento da pequena e média indústria, como superar o problema dos tais marcos regulatórios.

É um grande problema, para o qual nós – indústria, Forças Armadas e MD – precisamos nos unir e começar a fazer propostas junto ao Congresso Nacional e à área financeira do governo.

Efetivamente, se nós seguirmos o modelo clássico que está aí colocado, do sistema financeiro tradicional e da aplicação de recursos, isso não funciona. Eu acabei de dizer que tem lá R\$ 380 milhões e ninguém pode tomar. Então, não é por aí.

Se nós não constituirmos, eventualmente, algum fundo, se nós, eventualmente, não arrumarmos uma linha de financiamento, se nós não conseguirmos fazer alguma coisa dessa natureza, este é um problema sério, se não for criada uma estrutura de financiamento, eventualmente, com garantia do Tesouro, coisas dessa natureza. E, mormente, se a indústria não tiver um contrato que possa negociar com uma instituição de governo, este é o maior problema, e isto é que tem que ser feito. A pequena e média indústria, possuindo um contrato com o governo a ser performado, e com garantia do próprio governo, que possa transformar-se em dinheiro, a juros internacionais, as coisas se tornam viáveis e as coisas podem acontecer.

Com relação ao assunto da Atech e do Dailson, eu sei bem o que é isso, Dailson. Nós sabemos qual é essa agrura da receita e como essa coisa acontece, como essas coisas caminham. É assim mesmo. Nós precisamos, talvez, botar mais gente, reunir, fazer uma comissão, fazer pleitos e tentar

equacionar esse problema, porque, efetivamente, defesa é uma coisa que precisa ser tratada de maneira diferente. Estão tentando tratar esse tipo de contrato, esse tipo de problema da forma tradicional. Realmente esbarra num problema dessa natureza, e fica pegando de maneira muito séria. Você tem total razão. É quase impossível você fazer esses projetos andarem. Aliás, eu não sei como a Atech está conseguindo fazer andar. Parabéns a você, principalmente, que fica aqui, que tem conseguido fazer alguns contratos, porque, efetivamente, a coisa é muito complicada e está muito difícil.

Com relação à pergunta que chegou por *e-mail*, do Peterson, sobre o KC-390, parece-me que ele fala em financiamento. Financiamento não tem, neste caso. O KC-390 é uma compra que a FAB fez de dois protótipos junto à Embraer, que estão em pleno desenvolvimento. Isso tem um prazo para acontecer e é uma modalidade de compra de dois protótipos. Na hora em que isso se realizar, que o contrato estiver terminado, ele, portanto, estará cumprido; a partir daí, tem uma estrutura de industrialização, coisas outras que serão os aviões de série etc. Isso dá para fazer um seminário, mas em duas palavras é isso, neste momento.

Sami Youssef Hassuani – Eu serei breve. A minha resposta é especificamente para o internauta. Eu acho que o restante já foi coberto, e na parte de *royalties*, a resposta será do deputado Zarattini.

Com respeito ao Peterson, ele perguntou assim: “Olha, o KC-390, o A-Darter são extremamente complexos, envolvem vários ministérios, envolvem várias empresas, vários países. Como eu garanto que o recurso público não é desperdiçado?” Tentei tomar nota.

Bom, Peterson, o assunto é complexo, mas a resposta é muito simples. O KC-390, o A-Darter e muitos outros envolvem vários países, soberania, envolvem várias empresas, vários ministérios. É muito simples, é só começar certo. Se não começar certo, dá tudo errado. E o que é começar certo? É que todos se sentem à mesa antes da partida do programa. Não existe milagre. Só existe trabalho. Se a gente, antes de um programa complexo, sentar à mesma mesa – empresários, governo, ministérios, todos os interessados –, combina-se o jogo, depois há milhões de dificuldades burocráticas, mas o programa vai ser muito bem conduzido, os recursos de governo serão muito bem gastos. Então, Peterson, é só começar certo, e começar certo é começar

todos juntos na mesma mesa. Se alguém sair na frente sozinho, depois a gente não consegue mais subir no cavalo. Obrigado.

Carlos Zarattini – Eu queria – também me fizeram uma pergunta – aproveitar para responder e tentar responder a outras questões também. Eu acho que nós temos dois problemas básicos, como ficou evidenciado neste debate aqui.

Um é o problema do financiamento, é o problema da fonte dos recursos que garante a continuidade dos projetos. Nesse aspecto, eu acho que nós vamos ter que tratar isso dentro das questões orçamentárias, e os *royalties* do petróleo são uma fonte muito importante para esse financiamento, até porque, como a previsão é de uma arrecadação crescente de *royalties*, nós estamos falando de uma fonte de financiamento que não dói no bolso do povo. Nós não estamos falando aqui de criar imposto para financiar. Nós estamos falando de uma fonte que, à medida que a Petrobras e as outras empresas petrolíferas vão ampliando a produção, naturalmente vai se arrecadando mais. Então, é uma oportunidade enorme.

Evidente que o governo, a presidenta Dilma, também focou essa fonte como uma fonte possível para atender o PL que foi aprovado na Câmara e está no Senado, que é o Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê que o Brasil, em 2020, gaste 10% do produto interno bruto (PIB) com a educação. Então, a possibilidade de utilizar também essa fonte dos *royalties* com a educação também é uma possibilidade que está sendo discutida. Nós vamos ter agora, até o dia 30 de novembro de 2012, a decisão da presidência da República sobre a sanção ou o veto ao PL nº 2.565/2011, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, e vamos ver como será o resultado disso. As informações que nós temos são que haverá trechos vetados e trechos sancionados. Então, a partir daí, veremos como será essa discussão. Nós ainda não temos essa certeza.

Parece-me que a outra questão é sobre a articulação dos vários projetos e a questão da burocracia, resumir essa palavra aí, que é uma palavra que todo mundo tem ódio, mas é aquilo que nós falamos mesmo, é a burocracia.

Eu acho que, em primeiro lugar, da parte deste Congresso, nós temos total boa vontade em relação aos projetos de defesa. É só observar o quanto foi difícil aprovar aqui o chamado Regime Diferenciado de Licitação para

as obras da Copa do Mundo, para a educação e para a saúde. Houve uma resistência enorme à aprovação. E a medida provisória que tratou de estabelecer um Regime Diferenciado de Licitação para as compras das Forças Armadas, da Defesa, essa foi aprovada sem nenhuma dificuldade nesta Casa. O general Mattioli, que acompanhou aqui, detalhadamente, sabe que não houve nenhuma resistência, como também não houve resistência nesta Casa quando nós excepcionalizamos a Lei nº 8.666, há cerca de três ou quatro anos, para compras na área de defesa. Então, efetivamente, não existe problema aqui no Congresso para modernizar, agilizar a legislação, quando se trata das questões de defesa nacional.

Eu acho que nós temos que aprofundar o debate, verificar onde existem as dificuldades e dar o tratamento legal que merece ser feito.

Por fim, eu acho que, como disse aqui o Peterson, nós precisamos articular mais, quer dizer, articular mais os projetos, articular mais em torno da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), do MD, para que o êxito desse conjunto de esforços, desse conjunto de projetos. Como nós temos orçamento curto – e sempre o orçamento é menor do que a vontade de que a gente tem de fazer –, que esse orçamento seja o mais bem gasto possível, que efetivamente a gente invista em tecnologia, de forma a gerar recursos, a gerar produtos, e produtos que alimentem, para que esse projeto avance ainda mais. Então, eu acredito que o MD e, por meio dele, os departamentos das três Forças que organizam as compras na área de defesa, devem efetivamente estar articulando, sem dizer que isso deve estar articulado com o MCTI e com o MDIC.

Portanto, nós temos que, efetivamente, ter um sistema governamental que dialogue com o sistema industrial da defesa e que consiga, dessa forma, dar efetividade a esse nosso projeto.

Era isso que gostaríamos de dizer.

OS GRANDES PROJETOS ESTRATÉGICOS DAS FORÇAS ARMADAS

Expositores

Ricardo Machado Vieira*
Antonio Fernando Garcez Faria**
Luiz Felipe Linhares***
Osmar Lootens Machado****

Coordenador

Hugo Napoleão*****

Hugo Napoleão – Com muita honra, dirijo-me aos senhores representantes do corpo diplomático, aos colegas parlamentares, às autoridades do Poder Executivo, aos profissionais da imprensa, representantes das universidades e centros de estudos aqui presentes.

Senhoras e senhores, dando sequência aos nossos trabalhos, iniciamos agora o segundo painel da tarde, que será dedicado ao debate acerca dos grandes projetos estratégicos das Forças Armadas.

Neste momento, passo, então, a palavra, para introdução deste painel, cujo tema é *Visão Geral dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas*, ao tenente-brigadeiro do ar Ricardo Machado Vieira, chefe de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), representando o senhor general de divisão De Nardi, chefe do EMCFA.

Com a palavra o tenente-brigadeiro do ar Ricardo Machado Vieira.

* Tenente-brigadeiro do ar e chefe de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA).

** Contra-almirante, representante do comando da Marinha.

*** General de brigada, chefe do Escritório de Projetos do Exército Brasileiro.

**** Brigadeiro do ar, chefe da Sexta Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica.

***** Deputado do Partido Social Democrático do estado do Piauí (PSD/PI).

Ricardo Machado Vieira – Senhores congressistas aqui presentes, senhores oficiais gerais, adidos, senhoras e senhores, o nosso objetivo é apresentar uma visão geral dos projetos estratégicos das Forças Armadas.

Logicamente, essa é uma visão sintética, tendo em vista que, depois, o representante de cada Força Armada fará uma apresentação um pouco mais específica.

Pelo roteiro, vou me ater a dois documentos básicos para nós: *i*) a Estratégia Nacional de Defesa (END); e *ii*) o Plano de Articulação de Equipamentos de Defesa (PAED).

Logicamente, o PAED é resultante da END, que, por sua vez, é um documento com três para quatro anos e que acabou de ser atualizado agora, no meio do ano. Já o PAED foi concluído realmente em julho deste mesmo ano.

Na END, há três eixos estruturantes que a norteiam: o primeiro seria o foco de reorganização das nossas Forças Armadas; o segundo, a reestruturação da indústria de defesa, tão importante quanto; e o terceiro eixo, a composição ou recomposição do efetivo das Forças Armadas.

Em relação à capacitação operacional das Forças Armadas, temos que entender também essas três colocações. Primeiro, há o monitoramento e controle. Toda Força Armada, hoje, prima por aquela tarefa básica que é o seu comando e controle. Então, temos que ter monitoramento sobre o nosso território e comando e controle para podermos agir quando for necessário.

A outra é a mobilidade, ou seja, a capacidade que as Forças Armadas precisam ter para, dentro de certa limitação, não só de equipamentos mas de efetivos, poderem estar presentes em qualquer área do nosso território, principalmente na nossa área fronteiriça. Também se busca aumentar a presença das Forças Armadas em pontos mais críticos, mais vulneráveis, a exemplo da nossa Amazônia.

Dentro da nossa END, foram estabelecidos três setores estratégicos. Coube à Marinha do Brasil ficar responsável pela área nuclear; ao Exército Brasileiro, pelo setor cibernético; e à Força Aérea, pelo setor espacial. Isso tem feito com que haja uma busca pela especialização de cada Força Armada, o que inclui, logicamente, uma procura por aquelas empresas que estejam relacionadas com essas atividades.

Em relação ao PAED que, como disse, foi concluído agora em julho, resultante da END, precisávamos ter um plano que buscasse o quê? Exatamente o que foi dito antes, ou seja, a presença, a mobilidade. Podemos ter as nossas Forças Armadas dispostas de maneira mais racional, mais lógica, dentro das nossas limitações, em nosso território, buscando a prioridade que se precisa, em cada área estratégica.

Agora, teceremos algumas definições importantes.

O nosso PAED é um plano que contém todos os projetos de interesse das Forças Armadas no intervalo de vinte anos. É um projeto de médio e longo prazo e tem como objetivo equipar as Forças Armadas para o cumprimento das missões constitucionais. Dentro destas, logicamente, sinalizamos a missão principal, que é a defesa da pátria, com ênfase no desenvolvimento da indústria nacional. Toda Força Armada tem que buscar isto: ser cada vez menos dependente da indústria estrangeira.

O PAED, nosso plano, tem que ser dinâmico, tem que ir se ajustando de acordo com os recursos que lhe são alocados. Há novas prioridades, algumas áreas estratégicas que podem mudar. Ele cumpre o previsto na END e tem de ter vinculação com o Plano Plurianual (PPA). Podemos sinalizar os seus prazos até 2031: curto prazo (2012-2015); médio prazo (até 2023); e longo prazo (até 2031).

Então, é importante que haja fases, porque sabemos que os recursos não poderiam jamais vir de uma só vez ou em poucos anos.

Vou entrar em cada Força, dando uma visão muito rápida.

Marinha do Brasil.

Podemos dizer que esta é a articulação hoje da Marinha: os distritos navais, os batalhões de operações ribeirinhas e a Primeira Esquadra com a força de fuzileiros, que hoje está no Rio de Janeiro. Este é o quadro atual.

Como a Marinha vê o seu futuro?

A criação de batalhões de operações ribeirinhas nesses lugares (Manaus, Belém, Ladário), nessas áreas; uma base de submarinos na área do Rio de Janeiro – base esta que já está em construção, na região de Itaguaí.

A Segunda Esquadra, na região Norte-Nordeste. Ainda não há uma definição. A Marinha certamente vai analisar. Não há definição, mas é o que se busca.

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz), sobre o qual, certamente, o almirante fará comentários; e o Projeto Amazônia Segura, com aumento de capitânicas, delegacias e agências ao longo da Amazônia, principalmente.

Esta é a visão básica.

Os programas prioritários são estes: o Programa Nuclear da Marinha (PNM), a construção de submarinos convencionais e de propulsão nuclear, modernização e construção do Núcleo do poder naval, com o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (Prosuper): navios, aviões, helicópteros, enfim; sistema de gerenciamento, o próprio Sisgaaz; Programa Amazônia Segura, criação e elevação de capitânicas, delegacias e agências na Amazônia, como foi visto; e a implantação da Segunda Esquadra e da Segunda Força de Fuzileiros na região Norte ou Nordeste.

Essa é a visão geral dos projetos estratégicos da Marinha do Brasil.

Exército Brasileiro.

Hoje, a situação é esta: nós temos muitas atividades, com o Exército buscando a transferência e a criação de algumas brigadas. Já foi iniciado um processo de transferência e instalação de mais unidades na Amazônia e de relocação de algumas unidades, principalmente no Centro-Oeste. É uma visão bastante ampla.

Um objetivo importante que o Exército tem buscado é realmente a ocupação da nossa área de fronteira, principalmente a fronteira amazônica e a fronteira Oeste do Brasil. Enfim, é um posicionamento previsto na END.

Nós podemos citar cinco projetos estratégicos: *i*) a recuperação da capacidade operacional; *ii*) a defesa cibernética, um viés de responsabilidade do Exército; *iii*) o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) – da mesma maneira que existe o Sisgaaz, na Marinha — já está em desenvolvimento no Exército; *iv*) o Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Sistema Proteger), exatamente aquele

que busca e planeja a proteção de todas as nossas estruturas críticas, como hidrelétricas, usinas etc.; e *v*) o projeto, apenas para mencionar um, do carro de combate Guarani, que, no futuro, substituirá o Urutu e o Cascavel.

Força Aérea Brasileira (FAB).

Na FAB, temos localizações de bases aéreas, de centros como o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta); o estande operacional de Cachimbo, no sul do Pará; e os centros de lançamento de Alcântara, próximos a São Luís. É o que existe, hoje, em termos de bases aéreas – e que, logicamente, são sedes das nossas unidades aéreas.

A articulação da Força Aérea busca, no futuro, bases de desdobramento, como já temos São Gabriel, Eirunepé e Vilhena; e, também, a modernização e aquisição de novas aeronaves.

Os projetos prioritários da nossa Força Aérea são: o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB); e o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra), que existe desde 1980 e deverá ser incrementado seguindo a mesma ideia do Sisfron, do Exército, e do Sisgaaz, da Marinha. Recuperação da sua capacidade operacional, o Projeto FX-2, que já está em nível presidencial para decisão. Desenvolvimento de aeronaves de transporte Revo, com o projeto do KC-390, um avião de transporte e reabastecimento em voo, projeto da nossa Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer).

Ainda como projetos estratégicos tem-se a modernização das aeronaves A-1 ou AMX, F-5, C-95, e, em fase de modernização, dos aviões-radares E-99 e R-99. Quanto ao P-3, acabamos de recebê-lo – inclusive fizemos o seu batismo de fogo agora. Foi a primeira vez que utilizamos o P-3 numa operação, a Operação Atlântico. Ele foi utilizado em uma de suas missões, não só a de patrulha mas a de guerra submarina. E, por fim, a capacitação científica e tecnológica e fortalecimento da indústria espacial e de defesa. Isso a Força Aérea faz muito, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

Capacitação da construção de engenhos espaciais. É o que a Força Aérea busca com seus foguetes VLS e outros que já estão em operação. A modernização do Centro de Lançamento de Alcântara também faz parte do projeto.

É uma visão geral não só da Força Aérea, mas de todas as Forças.

E temos uma articulação final, na qual reunimos todos os projetos das nossas Forças Armadas, buscando não só termos uma disposição mais racional no nosso território, principalmente daquelas áreas estratégicas, mas também aquele objetivo final: o de as nossas Forças Armadas se adequarem ao tamanho e à importância do nosso país, buscando sempre uma capacidade de dissuasão bastante razoável. Este é o nosso objetivo.

Esta é uma visão sintética dos nossos projetos estratégicos e devolvo, então, a palavra à mesa.

Obrigado.

Antonio Fernando Garcez Faria – Boa tarde, deputado Hugo Napoleão, que preside esta sessão; deputada Perpétua Almeida, presidente da CREDN; general Adriano; brigadeiro Machado; almirante de esquadra Monteiro, ex-comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, em nome de quem saúdo as demais autoridades civis e militares aqui presentes.

Depois dessa apresentação, da excelente introdução com uma visão do Ministério da Defesa (MD) em relação aos projetos estratégicos das três Forças como um todo, vou buscar, nestes 20 minutos, dar uma ideia para os senhores dos principais projetos estratégicos em desenvolvimento pela Marinha do Brasil.

Para contextualizar, não simplesmente uma lista de projetos, porque, na verdade, eles são todos concatenados, e para entender exatamente como se dá isso, primeiro é importante entender qual é a área de operação da Marinha, ou seja, qual é o contexto operacional. Em segundo lugar, entender a missão, as tarefas decorrentes e quais são as capacidades que a Força tem que ter para cumprir essas tarefas.

Por fim, como já apresentado pelo brigadeiro Machado, como se enquadram os nossos projetos estratégicos dentro da END e umas rápidas palavras finais.

O que comentarei sobre a área de atuação da Marinha, denominada nossa Amazônia Azul, seria facilmente compreensível, principalmente neste ambiente, em função da nossa própria história, de como o Brasil foi

descoberto, de como foi efetuado o povoamento ao longo de um litoral de cerca de 8 mil quilômetros de extensão. Isso daria necessariamente uma vocação marítima para o país, mas não é verdade.

O que vou apresentar aqui é do conhecimento da maioria dos senhores, mas é desconhecido de quase a totalidade da população brasileira, mesmo considerando que 80% dela vivem a menos de 200 quilômetros da linha de costa.

A nossa Amazônia Azul, com uma área marítima total de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, divide basicamente dois espaços, de acordo com a Convenção Nacional das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Um é a zona econômica exclusiva, e outro, a Plataforma Continental Estendida. Essa área equivale à metade do território nacional e à totalidade de nossa Amazônia Legal, por isso, a Marinha a denomina Amazônia Azul. Essa área não é só extensa, ela é rica. Do mar extraímos quase 85% da nossa produção de hidrocarbonetos. Ela também é detentora de significativa quantidade de biomassa a ser explorada pela indústria pesqueira, bem como de concentração de minerais, na forma de nódulos polimetálicos, crostas cobaltíferas e outras.

Destaco que, na produção petrolífera brasileira, algumas das nossas plataformas de exploração na área do pré-sal distam cerca de 150 milhas da costa, algo em torno de 300 quilômetros de distância, o que inviabiliza sua defesa somente a partir de terra.

Então, delimitada a nossa área de atuação, temos que entender o que a Constituição Federal, em seu Artigo 142, determina para a Marinha. Qual o nosso dever, a nossa missão? É preparar e empregar o poder naval em defesa da pátria; adicionalmente, atuar na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um deles, na garantia da lei e da ordem; bem como atuar em ações sob a égide de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), em apoio à política externa no Brasil, e também uma série de atribuições subsidiárias que apresentarei a seguir, afetas especialmente a autoridades marítimas.

Para cumprir toda essa missão, quais são as tarefas básicas que a Marinha tem que cumprir? São tarefas clássicas de um poder naval. A primeira delas é o controle de áreas marítimas, isto é, assegurar, numa determinada área

marítima, o controle por um determinado período de tempo, para garantir o seu uso em favor dos seus interesses.

Contrastando com a tarefa de controle de área marítima, temos a negação do uso do mar ao inimigo, com o propósito justamente de nos contrapor a uma força hostil que pretenda estabelecer um controle de área marítima em região de nosso interesse.

A projeção de poder sobre terra é o vetor anfíbio, característica clássica provida pelo Corpo de Fuzileiros Navais. Além da sua aplicação em tempos de guerra, é uma tarefa básica empregada plenamente no apoio à Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH), nossa missão no Haiti.

Por último, contribuir também para a dissuasão. Lembro que dissuasão é a prioridade número um da nossa política de defesa nacional. E o vetor que caracteriza essencialmente essa capacidade dissuasória é justamente o submarino de propulsão nuclear.

Entendido o nosso espaço geográfico de atuação e as tarefas principais, que outras tarefas cabem à Marinha por força de duas Leis Complementares (LCs), a de nº 97, de 1999, e a de nº 117, de 2004? Primeiro, orientar e controlar a Marinha Mercante; prover a segurança da navegação aquaviária nessa vasta área e também nas hidrovias interiores; contribuir para a formulação das políticas nacionais que digam respeito ao mar; programar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, ao mesmo tempo cooperando com os demais órgãos federais na repressão a delitos de repercussão nacional ou internacional; e, por fim, o comandante da Marinha, pela especificidade dessas atribuições, recebe a designação de Autoridade Marítima Nacional.

Na formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar, destaco, particularmente, a atuação de um colegiado, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), que conta com quinze órgãos federais e ministérios, os quais conduzem diversos programas, como o que faz o levantamento da biomassa e da capacidade de exploração sustentável da biomassa marinha. Ele faz o levantamento do potencial mineralógico da nossa plataforma marinha.

Além desse, posso destacar mais dois programas de suma importância para o Brasil. O primeiro é o Plano de Levantamento da Plataforma Continental

Brasileira (LEPLAC), projeto com a participação da Petrobras e da comunidade científica brasileira, que possibilitou ao Brasil pleitear essa área de 4,5 milhões de quilômetros quadrados. O segundo é o nosso Programa Antártico Brasileiro (Proantar), que mantém os interesses brasileiros no continente antártico. Apesar do incêndio ocorrido na nossa Estação Antártica Comandante Ferraz, em fevereiro deste ano, destaco que as pesquisas não foram interrompidas. No momento, elas estão sendo realizadas com o apoio dos nossos navios, e todo o desmonte da estação já está sendo feito. No início do ano que vem, iniciaremos um concurso internacional para a escolha do projeto. Tudo dando certo, no final de 2013, iniciaremos a reconstrução daquela estação.

Entendidas as nossas tarefas e a área prioritária para aplicação do poder naval, vou listar os principais projetos estratégicos da Marinha. Cada um desses projetos comporta subprojetos, que vou apresentando e detalhando ao longo do restante da minha fala.

O primeiro deles é o PNM. Como apresentado no painel anterior, certas tecnologias não são passíveis de aquisição, você tem que desenvolvê-las. Ou se desenvolve a tecnologia autóctone, ou não se vai deter essa tecnologia.

Este é um projeto estratégico para o Brasil e ele se divide em dois subprojetos: o do Ciclo do Combustível e o do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica. O primeiro também se divide em dois subprojetos. O primeiro deles – também haveria dois subprojetos – é o que vai assegurar a transformação do *yellowcake*, a pasta de urânio, em hexafluoreto, um gás que pode ser enriquecido através de um processo de ultracentrifugação.

A usina de hexafluoreto está em sua fase final. A previsão de conclusão é em 2013. As ultracentrífugas da Marinha já são operacionais, e, em outubro, foi inaugurada a segunda cascata de ultracentrífugas na indústria nacional brasileira, em Resende, no Rio de Janeiro. Essa é uma tecnologia que a Marinha desenvolveu e que, da mesma forma como é feito pela Aeronáutica e pelo Exército, está transferindo para a iniciativa privada, para fortalecer a base industrial de defesa.

O segundo deles, que está em desenvolvimento, é o Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica, que visa construir um reator e toda a planta propulsora em escala, a fim de equipar futuramente o nosso submarino nuclear.

Para os senhores terem uma ideia da dualidade desse projeto, esse reator, que vai realimentar o nosso submarino e treinar a nossa tripulação, tem capacidade de geração de 11 megawatts de energia elétrica, o que é capaz de iluminar uma cidade de 20 mil habitantes. Ressalto que ele é feito com tecnologia 100% brasileira e poderá vir a apoiar, eventualmente, caso seja essa a decisão da sociedade, a ampliação da nossa matriz energética.

O segundo grande projeto estratégico é a construção do Núcleo do Poder Naval, com uma série de grandes projetos. Como são modulares, alguns já estão em andamento, como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e a construção dos NaPas de 500 toneladas; um já está praticamente em fase final, a construção de corvetas da Classe Barroso; e outros estão ainda na fase de delineamento, como o Prosuper, que vou apresentar e que já tem uma parte em execução, o programa de construção do primeiro navio aeródromo nacional e o programa do navio de assalto anfíbio.

O PROSUB visa justamente construir o primeiro submarino nuclear brasileiro. Para tal, ele é subdividido em três módulos. O primeiro é a construção do estaleiro e base naval em Itaguaí. O segundo é um empreendimento modular para a construção de quatro submarinos convencionais da Classe *Scorpène*, o que vai permitir a capacitação do nosso pessoal para o projeto do submarino nuclear. Destaco que esse projeto será inteiramente nacional. Tudo isso faz parte de uma assimilação tecnológica, resultante de acordo estratégico entre o Brasil e a França. O último módulo é a construção do primeiro submarino nuclear brasileiro, sendo que a END prevê a construção de quatro submarinos nucleares.

As construções já estão bastante adiantadas. Em dezembro próximo ou em janeiro, será inaugurada, pela presidenta da República, a unidade de fabricação de estruturas metálicas.

O segundo projeto que eu destaco é o da construção dos navios-patrolha de 500 toneladas. O PAED que detalha a END, como apresentado pelo brigadeiro Machado, prevê a construção de 46 desses navios, que são navios de porte médio, voltados para patrulha nas áreas mais afastadas da costa, especialmente no pré-sal. Desses 46, dois já foram construídos por estaleiro nacional, a Indústria Naval do Ceará (Inace), em Fortaleza; cinco encontram-se em construção no Estaleiro Ilha S.A. (Eisa), no Rio de Janeiro; e vinte são objeto de processo de

negociação que estamos fazendo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visando ao financiamento. Todos eles também com construção no país.

Dentro, também, do Núcleo do Poder Naval, temos a corveta Classe Barroso, que deriva da corveta Classe Inhaúma, um projeto nacional da década de 1990, do século passado, que, por sua vez, decorre da aquisição, na década de 1970, das fragatas Classe Niterói, que capacitou o nosso pessoal por meio de um acordo com a Inglaterra. Essa corveta tem um projeto totalmente nacional e um elevado índice de nacionalização: 100% do casco e 60% dos demais projetos.

O Prosuper prevê a aquisição de cinco navios de escoltas, um navio de apoio logístico e cinco navios de patrulha oceânica, dos quais três foram recentemente adquiridos, também num acordo com a Inglaterra: o primeiro, o NaPa Amazonas, está participando agora da Operação Atlântico, comissionada pelo brigadeiro Machado; o segundo, o Apa, será incorporado à Marinha do Brasil na sexta-feira, dia 30 (o chefe de Estado-Maior da Armada encontra-se em Londres para incorporar esse navio à Armada); e o terceiro, o Araguari, chegará em março de 2013.¹

O próximo projeto estratégico da Marinha é a recuperação da capacidade operacional. Como amplamente debatido no painel anterior, anos e anos de limites orçamentários aquém de nossas necessidades degradaram a manutenção da capacidade operacional das Forças Armadas. Então, esse projeto visa buscar justamente reativar os meios existentes.

Como também mencionado pelo brigadeiro Machado, existe o Sisgaaz, que vai se incorporar aos outros dois projetos de monitoramento em vigor, o Sisfron, do Exército, e o SISCEAB-Sisdabra, da FAB, e também ao Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) – Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Ele, na verdade, vai conjugar sistemas já existentes, como o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras (PREPS), o Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades do Petróleo (SIMMAP) e o Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (Sistram), com redes de sistema de identificação automática e de longa distância já operadas pela

1. O navio foi entregue em 25 de outubro de 2013, em Natal-RN.

Marinha ao longo da costa e, futuramente, com a imagem de satélites e radares a serem instalados ao longo da costa.

Ele vem usando o binômio monitoramento e controle, com aplicação tanto para a defesa quanto para a segurança. Em função da dualidade desse sistema, os dados coletados permitem outras aplicações, como apoio a serviços meteorológicos, previsões oceanográficas, monitoramento ambiental marinho.

Outro projeto, também já citado, é a Segunda Esquadra e a Segunda Força de Fuzileiros Navais e decorre das duas áreas priorizadas na END: a foz do Amazonas e o litoral Santos-Vitória. Então, ficaria a carga da Primeira Esquadra, apoiada por bases no Rio de Janeiro e em Aratu, o patrulhamento desta segunda área; e a carga da Segunda Esquadra, com base a ser estabelecida no litoral Norte-Nordeste, em função das restrições das duas bases atualmente existentes para apoio a grandes navios, patrulhar a outra área.

Então, a END estabeleceu como objetivo estratégico para a Marinha iniciar os estudos para instalar, o mais próximo possível da foz do Amazonas, uma base naval com capacidade similar à do Rio de Janeiro. Ou seja, para apoiar uma esquadra do mesmo porte que a Primeira Esquadra.

O nosso sexto projeto estratégico é o de Segurança e Navegação. Ele está voltado para a vertente Autoridade Marítima, que é uma atribuição subsidiária da Marinha. Comporta atividades em apoio a meteorologia marinha, sinalização náutica, cartografia náutica e aviso aos navegantes, que são decorrentes de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, que é responsável por esse tipo de previsão para uma área que é o dobro do território brasileiro, cerca de quase metade do Atlântico Sul.

Também temos as atribuições na área da segurança do tráfego aquaviário, que engloba o Projeto Amazônia Segura, apresentado pelo brigadeiro Machado, que são as redes de capitânicas, delegacias e agências. São fundamentais para a segurança do nosso tráfego aquaviário.

E, por fim, a estrutura que prevê a salvaguarda da vida humana no mar, *Search and Rescue*, no caso, também, em atendimentos a compromissos internacionais.

Com isso, apresentamos, de maneira sintética, os nossos projetos em termos de investimentos. Mas o nosso maior patrimônio, a Marinha o classifica como um de seus projetos estratégicos: o nosso pessoal. Não nos adianta ter equipamentos modernos se não temos pessoal capacitado e motivado. Então, existe uma série de investimentos na ampliação das redes de ensino, das Organizações Militares (OMs) de ensino na formação do nosso pessoal e também na assistência aos nossos militares.

Logicamente vem a pergunta: “E, para todos esses investimentos estratégicos, qual seria o montante de recursos necessário?”

Conforme consta no nosso *Livro branco de defesa nacional*, existe uma estimativa dentro do horizonte temporal de implantação dos projetos – alguns dos quais extrapolam até o previsto no PAED – que dá o montante por cada um desses projetos, que, juntos, totalizam R\$ 211 bilhões, isso num horizonte temporal de 35 anos. Esse montante equivale a cerca de 5% do nosso Produto Interno Bruto (PIB) de 2011, lembrando que a média histórica dos últimos anos para o MD como um todo, a administração central e as três Forças, é da ordem de 1,5% do PIB ao ano (a.a.).

Se os senhores levarem em conta a janela temporal de implementação para os projetos da Marinha somente, sem englobar os das demais Forças, o incremento de apenas 0,15% por ano no PIB permitiria a implantação desses projetos ao longo do espaço temporal de 35 anos.

Agora, como também apresentado pelo senhor Sami, da Associação Brasileira das Indústrias de Defesa e Segurança (ABIMDE), o investimento realizado na defesa traz um retorno imenso para a sociedade, porque todos esses projetos, como também destacado pelo brigadeiro Machado, estão atrelados à capacitação, à transferência tecnológica, que geram crescimento sustentável e fortalecem os setores de ciência e tecnologia e de indústria e comércio, especificamente na área da base industrial de defesa. Geram muitos empregos, empregos de qualidade.

E, por fim, esses projetos dão ao Brasil visibilidade tanto interna quanto externa, o que contribui como um dos objetivos da Política de Defesa Nacional (PDN) que é a dissuasão: dissuadir potências hostis ou interferir em assuntos que sejam de nosso interesse.

Dado tudo o que foi apresentado, com a implementação desses projetos, o que a Marinha pensa e busca atingir no futuro? Ter um poder naval à altura da inserção política e estratégica do nosso país no cenário internacional e, ao mesmo tempo, em sintonia com os anseios da sociedade, aqui representada pelo nosso Congresso, estando permanentemente pronta a atuar onde quer que os interesses nacionais assim o determinem, quer na nossa Amazônia Azul, quer fora dela, como, atualmente, comandamos a Força-Tarefa Marítima da United Nations Interim Force in Lebanon (Unifil), operando no Líbano, como participamos, com as demais forças, da MINUSTAH, no Haiti. Então, onde quer que os interesses nacionais e a sociedade nacional assim o desejem.

Mas nós não podemos simplesmente prever o futuro e esquecer as lições aprendidas no passado. Nesse sentido, vou fazer referência a um ilustre congressista, o senador Rui Barbosa que, nos primórdios do Senado brasileiro, no ano de 1895, terminou seu discurso com uma frase de extrema importância: “Esquadras não se improvisam”. O que era válido, ao final do século XIX, continua válido no cenário do alvorecer do século XXI”.

E, como apresentado pelo ministro da Defesa, na nossa conferência de abertura, ameaças como narcotráfico, biopirataria, enfim, todas essas novas ameaças existem, são uma realidade, mas no combate a elas a ação das Forças Armadas é de apoio colateral. As Forças Armadas são voltadas para aquilo que o ministro da Defesa colocou como uma velha ou antiga ameaça: o sistema internacional é caracterizado pelo conflito de interesses entre as grandes potências, e o Brasil, senhores, está caminhando para se tornar uma grande potência.

Então, é importante exatamente isto: ter a convicção de que não se pode improvisar uma esquadra. Uma esquadra não são só equipamentos, mas treinamento e capacitação de pessoal.

Em decorrência disso, como corolário dessa célebre frase do nosso estadista Rui Barbosa, é que a Marinha tem a seguinte visão: sob hipótese nenhuma nós podemos descuidar da nossa principal atividade, que é o preparo e a aplicação do poder naval, de forma que ele possa executar as quatro tarefas básicas, a fim de contribuir para a defesa da pátria e dos interesses da sociedade brasileira onde quer que eles venham a ser confrontados por algum eventual conflito de interesses.

Muito obrigado.

Luiz Felipe Linhares Gomes – Senhores, parlamentares, senhores oficiais-generais, senhoras e senhores em geral, é um prazer estar aqui de novo, diante deste público. Vai ser muito mais fácil para mim, com certeza, tratar dos assuntos sobre os quais vou falar para os senhores e para as senhoras. Primeiro, porque fui precedido pelas brilhantes palestras do brigadeiro Machado e do almirante Garcez, companheiros de outras ocasiões. Segundo, porque, em princípio, talvez diferentemente do caso das outras Forças, todo mundo conhece o Exército. Diariamente se tem contato com o Exército, nas ruas, nas fronteiras. Portanto, vai ser muito fácil falar sobre isso, porque todo mundo o conhece.

Como disse o almirante Garcez, o Brasil realmente está trilhando um caminho de progresso. A finalidade da minha palestra é apresentar os nossos projetos estratégicos que são os grandes indutores da transformação. O Brasil está tomando o seu lugar de direito. Então, nós não podemos deixar que as Forças Armadas não acompanhem essa evolução. Refiro-me ao Exército porque estou puxando um pouco a brasa para a minha sardinha, mas, na verdade, as Forças Armadas têm que acompanhar essa evolução. Do contrário, há a possibilidade de se aumentar o risco. Nós devemos, portanto, aumentar as nossas capacidades proporcionalmente ao crescimento do Brasil. É essa a transformação que o Exército está procurando.

Vamos a uma ferramenta de projeto. Eu sou do Escritório de Projetos do Exército. Eu tenho uma ferramenta, o 5W2H, que facilmente vai nos dar a ideia de como começamos a pensar em projeto estratégico.

O que vamos fazer? Proteger o Brasil. Por quê? Eu não preciso dizer, porque já foi dito muito bem e todos nós sabemos o que há de tão bom neste nosso país. Quando? Desde já ou mesmo antes. Onde? Em todo o país, em todo rincão, em toda a fronteira, no mar. Quem? As Forças Armadas. Como? O Exército entende que é por meio de projetos estratégicos.

O almirante falou sobre custo, disse que custaria tanto. E eu digo: isso não tem preço. Relembro que estas são as missões do Exército: defender a pátria, apoiar a política exterior, cumprir ações subsidiárias, garantir os poderes constitucionais. Não vou entrar em detalhes, porque eu tenho sempre a sorte de o almirante detalhar para mim esses assuntos. O Exército, assim como a Marinha, também trata desses assuntos. Consideremos o nosso Brasil, a nossa costa, e veremos o tamanho da missão.

O Exército está em todo canto. Por isso eu disse que é fácil, para mim, a missão de vir falar sobre o Exército. Ele tem essa capilaridade incrível de 658 unidades e é conhecido por todo mundo que está aqui.

Agora vamos falar dos meus projetos. São sete projetos estratégicos. O pessoal está me definindo como pai de sete filhos. Hoje, sabemos que é pesado. Mas são sete filhos. Estes são os meus projetos. Vou, então, dedicar-me a cada um deles em particular.

1) O Guarani

É um desenvolvimento tecnológico. Às vezes, temos a ideia de que o propósito é adquirir carro de combate. Não é, pessoal. Graças ao entendimento desta comissão, do pessoal, uma emenda está sendo preparada nesse sentido. Verificou-se que o Guarani não representa a aquisição de um blindado, e sim o desenvolvimento de uma capacidade. O Guarani é um carro blindado cujo desenvolvimento de várias características tinha sido perdido na época da Engenheiros Especializados S/A (Engesa). O Guarani vem substituir o Urutu e o Cascavel. Esses carros têm mais de 30 anos de idade.

Já foram adquiridas 102 viaturas e vão ser entregues. Antes disso, quatorze vão ser entregues para a Argentina. A Argentina fez esse conjunto no início de novembro e se dedicou a comprar quatorze carros, que já foram testados em exercício e foram aprovados. Isso vai trazer *royalties* para nós. O projeto é nosso. Poderá ter, no Guarani, canhão 30 milímetros, na torre, plataformas.

Eu começo a mostrar uma das grandes vantagens desse projeto e de todos os nossos projetos estratégicos: integração de nossas indústrias com indústrias estrangeiras, com transferência de tecnologia, nacionalização de investimentos.

Esta é a grande família do Guarani. Estamos nos primeiros carros de transporte de pessoal, uma plataforma que, depois, vai ser adaptada com as diversas estruturas.

A exemplo do que faz o Sigaaz, nós fazemos o nosso sistema de fronteira na área terrestre. Composto de três subsistemas – sensoriamento, apoio à decisão e apoio à atuação –, o Sistema Integrado de Monitoramento de

Fronteiras (Sisfron) consegue participar, contribuir, integrar todas as agências em um trabalho de presença do Estado na fronteira.

É grande a gama de parceiros que faz parte do nosso Sisfron. É importante essa integração, com o Sisdabra, o Sisfron. Esses parceiros possibilitam que façamos frente a vários tipos de ameaça.

Estamos no projeto-piloto, em Dourados, na primeira fase. A segunda fase, em 2013, ocorre em Dourados, Mato Grosso do Sul, onde está o general Oliveira, que é o gerente do Sisfron.

2) O Proteger

O pré-sal representa uma promessa incrível, temos riquezas no mar de valor inestimável. O problema é que, depois que essas riquezas chegam a terra, o Exército tem que tomar conta delas. A ideia do Proteger é a proteção das estruturas terrestres estratégicas: as refinarias, as centrais hidrelétricas, toda essa temática do nosso mosaico no Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Ao longo de todo o país, são 664 estruturas estratégicas terrestres. O Proteger faz questão de enfrentar qualquer tipo de ameaça. Como? Prevenindo, antecipando-se, fazendo o emprego operacional, se for o caso.

Estas são as nossas estruturas terrestres: hidrelétricas, termoeletricas, usinas nucleares, portos. Quanto a isso, vamos contribuir com os subprojetos de proteção, aeromobilidade, que permite a presença, proteção da sociedade.

O que conseguiremos apresentar como produto desse projeto? Vamos envolver trabalhos com veículos aéreos não tripulados (VANTs), vamos intensificar a aviação, veículos, equipamentos. E vamos ter a cereja do bolo: o Centro de Coordenação Interagências.

3) Defesa antiaérea

Senhores, não espalhem, a nossa defesa antiaérea está com 40 anos de atraso. E nós temos que desenvolver, não vamos comprar, vamos desenvolver. De novo, volto aos projetos. Eles têm esta visão, a de desenvolver. E há também a orientação do governo no sentido de aproveitarmos as nossas capacidades nacionais.

Em relação à defesa antiaérea, há aquisição de meios, mas também modernização e desenvolvimento dos existentes, como um radar e um

caminhão, que é um centro de controle. É isso o que vamos fazer. Assinamos, recentemente, os projetos de desenvolvimento. Dessa maneira, vamos ter sistemas de defesa antiaérea integrados com a Marinha, com o Exército e com a Força Aérea, sob a coordenação do MD.

4) O Artillery Saturation Rocket System (Astros)

Recentemente, tivemos a informação de que outras emendas vão beneficiar esse nosso projeto. Eu agradeço, de novo, a esta casa o apoio. O Astros é o nosso grande artífice de dissuasão. Por quê? Porque estamos desenvolvendo – assinaremos amanhã, dia 29 – míssil com alcance de 300 quilômetros. Desenvolvimento de míssil de 300 quilômetros de alcance. Quanto àqueles foguetes que temos desde a década de 1970, os foguetes da Avibras, vamos aumentar a precisão, através de guiamento. A precisão será quatro vezes maior. Dissuasão, essa é a palavra do Astros.

O míssil não é um sonho, ele já é real. Turbina, foguete. No futuro, aqui perto, em Formosa, vamos ter o Forte de Santa Bárbara, com dois grupos de lançamento. É o começo da nossa independência na defesa antiaérea.

Vejam que lá nos Estados Unidos eles identificaram uma grande ameaça [ao Brasil], um *cyber attack*, um *cyber* Pearl Harbor, trazendo danos econômicos, e as nossas baixas, ataques às nossas estruturas. Isso aí seria concomitante com um ataque físico, paralisando, chocando a nação [brasileira].

Eu acho que os Estados Unidos perceberam que nós já começamos o projeto de defesa cibernética. Nós já estamos pensando nisso. A nossa defesa cibernética já foi testada na Rio+20, e, diferentemente de outras reuniões de grande porte internacionais, não houve nenhum sucesso do pessoal que tentou derrubar a nossa rede.

Quando nós estivermos totalmente integrados a essa atuação, vamos ter rádios e desenvolvimento de *software*. Temos a integração de todo o setor cibernético. E, para isso, como disse o brigadeiro Machado, ao Exército coube a integração da área da cibernética.

Centro de Defesa Cibernética funcionando; simulador formando gente nos cursos de guerra cibernética; primeiro antivírus nacional, Defesa BR, nacional, participação na Rio+20 perfeita. Este é o grande retrato da nossa

capacidade. Este não é um projeto para daqui a dez anos, é um projeto que já está funcionando. Temos que ampliá-lo, sim, mas ele já é real.

5) Recuperação da Capacidade Operacional (RECOP)

Como diz o próprio nome, o mote é renovar a nossa Força. Ele moderniza alguns produtos de defesa, desenvolve alguns. Temos uma capacidade nossa, nacional, que já está fazendo frente a necessidades nossas. Temos fuzil desenvolvido pela Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel). Temos rádio desenvolvido pela Imbel. Nós temos que melhorar e fazer o *retrofit* das nossas aeronaves. Aqui nós temos, ainda, o Urutu e o Cascavel sendo recuperados por empresas nossas. Ou seja, o RECOP também faz frente a essa faceta das nossas necessidades.

Alguns dos projetos: munição, manutenção de blindados, recuperação de aeronaves, material de saúde, adestramento. Esse é o nosso RECOP.

Eu gostaria de mostrar aos senhores, rapidamente, uma ideia de valores. Os projetos todos custariam por volta de R\$ 60 bilhões, ao longo de dez, doze, vinte anos. Por isso, estamos sendo muito bem aquinhoados, com o apoio desta casa. Nós temos algumas emendas que colaboram para que mantenhamos um ritmo e possamos apresentar um produto mais rápido.

Mas, além disso, por que é tão caro? Como eu disse, defesa não tem custo. Isso não tem preço. Além disso, nós temos os benefícios.

Benefícios econômicos desses projetos. Emprego. É claro, de cara, nós vamos ter necessidade de contratar mão de obra. Empresas nacionais, porque os nossos projetos têm visão dual. O equipamento, o sistema, tem que ser usado tanto no meio civil como no meio militar, porque, senão, ele é fadado a falir. Mão de obra de elevada capacitação. Apagão de capacitação... Isso é uma ferramenta contra isso. Divisas para o país, *royalties*, vendas dos nossos produtos também. Prevenção de prejuízo, quando fazemos uma defesa de nossas estruturas terrestres.

Benefícios para ciência e tecnologia (C&T). Transferência de tecnologia. Lógico, essa é uma das imposições. Nós tivemos agora a assinatura do contrato do Sisfron, em que o índice de nacionalização foi de 76%. Essa é uma imposição nossa e do próprio governo. Absorção de tecnologias

sensíveis, que não estão na praça, não estão à venda. Temos que ser parceiros. Equipamentos e máquinas de emprego dual – C&T.

Benefícios sociais, empregos, segurança. Segurança é uma sensação. Eu o protejo, eu o defendo, mas é você que tem que se sentir seguro. Serviços essenciais. Voltamos a estruturas terrestres. Há necessidade de elas terem um plano, para uma necessidade.

Benefícios para a defesa. Lógico, deixei a defesa por último por modéstia. Há um benefício para a defesa. Tem que haver benefício para a defesa também. Aumento da nossa capacidade operacional, como diz a deputada Perpétua Almeida. Perdoe-me citá-la aqui. Somos um país pacífico, mas não podemos nunca deixar de estar prontos. São palavras da senhora. Ampliação da prontidão e presteza do Exército. Quando eu digo Exército aqui, lógico, são todas as Forças. É importante que estejamos no mesmo nível. E melhora do nosso capital humano.

Enfim, senhoras e senhores deputados, gerais e oficiais, obrigado pela chance de falar dos projetos estratégicos. Espero que saiam daqui pelo menos curiosos. Se precisarem de qualquer informação a mais, estamos à disposição.

Muito obrigado.

Osmar Lootens Machado – Brigadeiro do ar, chefe da Sexta Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica. Boa tarde, senhores oficiais-gerais, parlamentares e demais participantes deste seminário.

O nosso objetivo, hoje, é fazer com que os senhores possam conhecer os principais projetos estratégicos da FAB. Vou seguir este roteiro: vou tecer comentário a respeito da END, confrontando-a com o nosso Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (Pemaer); vou passar, em seguida, para os projetos, divididos aqui em três setores – modernizações, desenvolvimentos e aquisições; depois, vou fazer uma breve conclusão.

O nosso Pemaer está em consonância com a END. A bem da verdade, ele nasceu um pouco antes da própria END, que data do início de 2008. Os trabalhos do Pemaer começaram em 2007. Com o advento da END, fizemos uma revisão no nosso Plano Estratégico e inserimos alguma coisa

relacionada ao nosso Plano de Articulação. Então, hoje, ele tem um espaço temporal idêntico ao da Estratégia, vigorando de 2010 a 2031.

Em relação ao Pemaer, nossos projetos têm como objetivos principais o aumento da capacidade operacional da FAB; a capacitação científico-tecnológica da Aeronáutica; e o fortalecimento da indústria aeroespacial e de defesa brasileira.

Na realidade, temos outros seis objetivos estratégicos, mas, para o tema de hoje, vou me concentrar nesses três objetivos principais.

Bem, tudo isso para que possamos atingir a missão da FAB, que é manter a soberania no espaço aéreo nacional com vistas à defesa da pátria. Então, hoje, qualquer projeto dentro da Força Aérea, fazendo-se a sua rastreabilidade, tem que chegar a esta missão principal: manter a nossa soberania no espaço aéreo.

Gostaria de fazer um breve comentário a respeito desse documento, que se chama *Ciclo de vida de sistemas e materiais da aeronáutica*. Hoje, qualquer projeto inserido na FAB segue essa longa sequência de etapas. Ele nasce de uma necessidade operacional. Ela é identificada para atingir a missão principal de manter a soberania no espaço aéreo. E, fruto dessa identificação, nós descemos para requisitos operacionais e seguimos essas várias etapas até chegar à contratação. A bem da verdade, esse documento vai do nascimento do projeto até a retirada do serviço ativo desse projeto. Então, percorre todo o ciclo de vida do material.

Bem, em relação à modernização, elencamos aqui o Projeto F-5M. Esse projeto teve início no final dos anos 1990 e início de 2000. Nós inicialmente fizemos a modernização de 46 aeronaves. Já recebemos 44, ainda faltam outras duas. E temos ainda um segundo lote de 11 aeronaves adquiridas da Jordânia, que também vão entrar nesse processo de modernização.

O que foi abrangido nessa modernização? A aviônica da aeronave; o sistema de pontaria; a geração de oxigênio a bordo da aeronave; o radar – muito importante – e também a integração de alguns novos mísseis à aeronave. Ela foi conduzida aqui pela Embraer, tendo sido subcontratada a ELBIT.

O Projeto A-1M, aeronave AMX, ítalo-brasileira, do final da década de 1980. Nós adquirimos inicialmente três lotes dessa aeronave. A diferença

de configurações, logisticamente, dificultou bastante o projeto. Então, nessa modernização estamos trazendo todos esses lotes a uma única configuração, o que vai facilitar sobremaneira a sua manutenção, a sua logística. Atacamos aqui a aviônica da aeronave, o sistema de pontaria, um novo radar para a aeronave, o sistema de *Helmet-Mounted Display* (HMD). A primeira aeronave já voou este ano. Esperamos, já a partir do próximo ano, receber as primeiras aeronaves modernizadas. Estão previstas aqui 43 aeronaves para modernização. Como disse, a aviônica foi atacada – ela hoje já está compatível com o *night vision goggles*, óculos de visão noturna –, inseriram-se geração de oxigênio a bordo, um novo radar, um designador *laser* para emprego de armamento, algumas melhorias estruturais e sistemas de guerra eletrônica e de autodefesa, melhorias.

O importante, que temos buscado, hoje, nas nossas implementações, nas nossas modernizações, é a comunalidade dos aviônicos. Então, hoje, temos o A-29, o F-5 e a aeronave A-1, AMX, com sistemas, com aviônicos muito próximos uns dos outros. Isso vai facilitar, vai baratear a nossa logística.

O Projeto P-3, de patrulha marítima. Temos no nosso acervo, já incorporadas, quatro aeronaves P-3. Ainda faltam outras cinco, totalizando nove. É uma célula – não sei se os senhores chegaram a voar no Electra, mas é a mesma célula. A sua modernização foi realizada na Espanha, pela European Aeronautic Defence and Space Company (EADS). Hoje, nós temos também aqui um treinador que permite, antes mesmo do voo, preparar, simular toda a missão. Então, é uma aeronave para patrulha marítima. Ela faz guerra de submarino, já fez missão desse tipo na operação que está acontecendo no momento. O aviônico que está a bordo, os equipamentos de missão são estado da arte. O projeto, no que se trata de patrulha marítima, vai colocar o Brasil na ponta no cenário sul-americano e, com certeza, vai contribuir e muito para a proteção do nosso pré-sal.

O importante é que hoje esses projetos, principalmente os de aquisição e modernização, que são executados fora, sempre exigem algum tipo de compensação. No caso aqui, houve a compensação comercial, a Atech e a RRBR. A Atech participou da modernização do projeto na EADS e, com certeza, incorporou tecnologia, conhecimento a respeito do sistema de missão da aeronave.

Em termos de desenvolvimento: aeronave A-29, caça leve. Hoje, temos quatro unidades operando essa aeronave; uma de formação de pilotos de caça e outras três com pilotos de caça já formados. Estas três unidades estão concentradas na nossa fronteira oeste, promovendo a defesa aeroespacial. Já recebemos 97 aeronaves. Ainda faltam outras duas. E essa aeronave futuramente vai ser incorporada à Esquadrilha da Fumaça.

O grande projeto do momento é o KC-390. É o desenvolvimento de um cargueiro tático militar, da classe de 20 toneladas. Hoje, o projeto é para desenvolvimento e aquisição de dois protótipos. Não se fala ainda em aquisição; estamos na fase de desenvolvimento. Período: de 2009 a 2016. A previsão de voo do primeiro protótipo é já para 2014. Está sendo levado à frente pela Embraer. A nossa expectativa, da FAB, é de, inicialmente, um lote de 28 aeronaves.

Ela, a Embraer, foi à classe do C-130. Identificou que o mundo tem uma frota de 2.800 aeronaves nessa categoria. Identificou que, acima de 25 anos, existiam 1.600 aeronaves em 91 países. Excluiu aqui os Estados Unidos, a Rússia e a Ucrânia, o que baixou o número para 1.008, e identificou um mercado de 695 aeronaves. E excluiu aqui o A-400 e o C-130 Juliet. Então, a Embraer estima um mercado de trezentas aeronaves a serem exportadas. Isso num espaço temporal de vinte anos, o que nos renderia algo em torno de US\$ 22 bilhões. O importante é que, a partir de determinado número de unidades vendidas, essa aeronave vai render *royalties*.

É uma aeronave multimissão. Quando definimos os requisitos para essa aeronave, deixamos bem claro que queríamos uma aeronave que fosse do mesmo porte ou melhor do que o C-130, que nós operamos. Não justificaria desenvolver um projeto com uma aeronave com menor capacidade que o C-130 tem hoje. Então, isso está sendo feito, está sendo levado à frente, e ela realmente vai ser igual ou bem melhor que o C-130, em termos de capacidade. É uma aeronave para multimissão, lançamento de cargas e tropa, podendo efetuar combate a incêndio, transporte militar, ajuda humanitária, ser configurada para busca e salvamento, e reabastecimento em voo, o que muito vai aumentar a nossa capacidade de dissuasão estratégica, porque nós poderemos levar os nossos vetores em maior quantidade e bem mais longe, os vetores de caça.

Temos, por exemplo, três configurações de transporte aéreo-logístico. Uma pode transportar 80 soldados ou 64 paraquedistas paramentados. Uma versão de evacuação aeromédica, com 74 macas. E uma configuração de carga pura, transporte de carga, onde podemos incorporar sete *pallets*.

Intenções de compra até o momento, 54, esses países que estão participando. O primeiro voo, em 2014; produção, a partir de 2016. São os principais fornecedores de sistema para aeronave. Nós já podemos identificar algumas empresas brasileiras: AEL, Liebherr, ELET. Acho que tem mais. Um detalhe de como vai ficar o *cockpit* da aeronave, um *head up display*, aviãoico de estado da arte. São parcerias que estamos fazendo neste momento. Então, participam do projeto República Tcheca, Portugal e Argentina, fornecendo e desenvolvendo partes desses equipamentos.

Bem, os impactos do programa, os benefícios que podemos auferir com o projeto KC-390. Econômico: nós estamos aí com uma expectativa de US\$ 22 milhões em exportações, em 20 anos. Social: já foi comentado, é a geração de empregos diretos e indiretos – hoje nós temos na faixa de mil engenheiros trabalhando nesse projeto e a expectativa é que, direta ou indiretamente, nós venhamos a envolver em torno de 16 mil a 20 mil pessoas. Impacto tecnológico. Impacto político e institucional: maior integração regional. Estratégico: uma projeção global do que essa aeronave vai trazer, e hoje ela já faz parte do catálogo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Nós estamos aqui, em 2012. A *preliminary design review* (revisão da configuração preliminar) já foi feita. A próxima etapa é em 2013, quando se congela a configuração da aeronave e não se fala mais nisso, ou seja, se dá liberdade à Embraer de produzir aquilo que foi combinado.

Outro dado importante é o desembolso de recursos para o projeto. Em 2012, nós teríamos que desembolsar R\$ 1,44 bilhão. Começamos o ano com R\$ 744 milhões, mas vamos fechar o ano atingindo essa meta, fruto de um suplemento para atingir essa marca. É muito importante que os próximos planos de ação contemplem esses recursos. Então, em 2013, eu tenho R\$ 1,360 bilhão, e os valores são vultosos até o final do projeto, o desenvolvimento do projeto.

Em termos de armamento, mísseis: em desenvolvimento pela Mectron, com acompanhamento do DCTA, temos o míssil antirradiação denominado MAR-1, destinado a neutralizar sistemas de defesa aérea, basicamente radar. É um artefato que segue a emissão de radar. Essa é uma tecnologia que ninguém dá, ninguém oferece. Ela tem que ser desenvolvida aqui. Ninguém dá isso de graça. Exerce um poder dissuasório extremamente forte. Se a Força Aérea detém isso aí, o oponente vai pensar duas vezes em colocar em funcionamento os seus sistemas de defesa aérea, basicamente os seus radares. Mísseis também, o A-Darter, em desenvolvimento com a África do Sul, em particular com a Dattel. A expectativa é que em dois anos já esteja no acervo da Força Aérea. É o míssil ar-ar, infravermelho, de quinta geração.

Há uma transferência de tecnologia. Aliás, esse projeto é eminentemente de transferência de tecnologia. Houve uma participação intensa por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), no aporte de recursos, e a participação da Mectron, da Avibras e da Opto-eletrônica, na África do Sul, no desenvolvimento desse projeto.

Em termos de aquisição, o Projeto H-XBR, implementado pelo MD, com coordenação do comando da Aeronáutica, tem como objeto a produção, a industrialização, o desenvolvimento e fornecimento, inicialmente, na França. Ele é montado aqui e, depois, parte desse desenvolvimento e fornecimento é feito no Brasil, já com a participação de empresas nacionais fornecendo equipamentos para o H-XBR.

Cabe salientar que o H-XBR decorreu de uma decisão política do governo federal. Esse é um projeto que nós temos que olhar com carinho. Ele vai demandar, de forma semelhante ao KC-390, recursos vultosos nos próximos anos. Nós temos que estar atentos a isso.

Então, são 50 helicópteros, 16 para cada Força e mais 2 para a Força Aérea, que os recebe para atender à Presidência da República. Já foi contratado aqui um suporte logístico para 5 anos, logístico e também a parte de motor. As contratadas são Helicópteros do Brasil S.A. (Helibras), Eurocopter, Turbomeca do Brasil.

Temos algumas empresas comprometidas com o desenvolvimento do projeto, numa linha de montagem lá em Itajubá. A planta de Itajubá, da Helibras, teve que se adequar à chegada desse projeto H-XBR.

- 1) Projeto FX-2. Eu imagino que os senhores iriam esperar de mim alguma coisa a respeito desse projeto. Ele está nessa situação, aguardando decisão, está no nível presidencial. Nós, Força Aérea, estamos ansiosos para saber o resultado dessa concorrência. Adianto que qualquer projeto escolhido vai atender e muito bem a FAB. Então temos, pela BOEING, o F-18; pela DASSAULT, o Rafale; e pela SAAB, o Gripen NG.
- 2) Aviação de reconhecimento. Fizemos a aquisição de duas aeronaves remotamente pilotadas, ou VANT. Esse é o termo hoje utilizado, aeronave remotamente pilotada. A bem da verdade, essas duas aeronaves só serão efetivamente integradas à FAB a partir do ano que vem. Elas estão em teste, mas, já a partir de janeiro ou fevereiro, serão integradas definitivamente à Força Aérea. Inicialmente, são aeronaves de reconhecimento.

O que pretendemos com isso é dotar a Força Aérea com essa capacidade, para, num futuro não muito distante, vir a produzir o nosso próprio equipamento e, num futuro um pouco mais distante, produzir aeronaves remotamente pilotadas, com capacidade de combate.

- 3) Hermes 450. Já está hoje numa unidade aérea no Sul do país.

Bem, senhores, para a minha conclusão – isso já foi falado exaustivamente nas apresentações –, volto a falar de um fluxo regular de recursos para fazer frente aos projetos da Força Aérea.

Nós temos dificuldade quando esse orçamento não vem na intensidade ou na velocidade que pretendemos. Isso tem impactos operacionais. A FAB deixa de incorporar capacidades que podem fazer frente ao que existe no cenário sul-americano ou em outros; deixamos de capacitar os nossos pilotos com tecnologias mais modernas. Os efeitos sociais são: *i*) dispensa de empregados nas nossas indústrias de defesa; *ii*) perda econômica (disso nem se fala); *iii*) prejuízos políticos externos (quando a gente faz um contrato com outro país, é o Brasil que está se comprometendo, e quando a gente quebra ou atrasa um contrato, isso tem reflexo na política externa); e *iv*) danos legais moratórios, que são as quebras de contrato efetivamente.

Senhores, estou terminando a minha apresentação. Só gostaria de mencionar esta citação do marechal do ar John Slessor, de 1954:

É costume dos países democráticos censurar os gastos feitos com armamentos, enxergando-os como conflitantes com as exigências do serviço social. Existe uma tendência a esquecer que o mais importante serviço social que um governo pode prestar a seu povo é mantê-lo com vida e liberdade.

Alguém já falou em liberdade aqui antes. É preciso um pouco de cautela quando a gente pega uma citação, ainda mais uma citação de 1954 – era outro cenário, era a Europa no início da Guerra Fria talvez –, mas parece que é bem adequada ao nosso momento. É algo da democracia questionarmos, mas temos que considerar que a defesa pode ser, sim, considerada um serviço social que o governo pode prestar ao seu país.

Muito obrigado.

Sessão de debates

Pergunta – Não quero fazer uma pergunta, mas quero dar um testemunho.

Nós fomos citados como absorvedores de conhecimentos num projeto de P3. Foi uma experiência muito grande que vivemos na Espanha, na EADS, com quatorze engenheiros de altíssimo padrão. Quando se vai absorver tecnologia, não podemos colocar qualquer engenheiro, temos que colocar a nata da nata, para tirar o que se pode, e, depois, quando se chega aqui, ainda se tem capacidade de evoluir o que aprendeu lá. E assim fizemos.

O que é esse projeto de *offset*? Esses engenheiros ficaram lá durante quatro anos, aprendendo sistemas de missão. Quando retornaram ao Brasil, nós estávamos aptos para não só evoluir o sistema do P3, que está lá prestando serviços, mas para desenvolver um sistema até melhor em relação ao que conseguimos aprender lá.

Esse passo, em termos de capacitação da indústria, é muito importante, e a Aeronáutica tem uma visão muito clara. Essa capacitação nos permitiu ter, hoje, seis técnicos na França, absorvendo conhecimentos no projeto do submarino. Por quê? Nós nos capacitamos lá e agora já estamos também desenvolvendo trabalhos com os franceses – foi uma oportunidade dada pela Marinha –, dentro de um projeto de *offset* também.

Este ano, nós fomos contratados pela Cassidian, uma empresa alemã, para desenvolver o sistema de missão dos helicópteros da Marinha. Quer

dizer, é um contrato que, hoje em dia, independe das Forças Armadas. A Cassidian poderia ter contratado qualquer empresa no mundo. Contratou quem? A Atech, porque nós nos capacitamos e nos foi dada essa oportunidade.

Então, é muito importante dar esse testemunho, é muito importante fazer com que a mesa entenda isso e que as pessoas que trabalham com defesa tenham plena consciência do que é uma capacitação, do que é uma aquisição de conhecimento, do que é domínio de uma tecnologia.

Muito obrigado.

Pergunta – Temos visto, há dois, três anos, aquela questão que afetou diretamente toda nossa população por ocasião do apagão aéreo. Naquela ocasião, foi divulgado na mídia que havia uma dificuldade e uma necessidade de revitalização do nosso sistema, do Cindacta.

Sabemos que esse sistema, já bastante antigo, tem prestado grandes serviços ao nosso sistema aéreo, uma vez que o Brasil tem uma grande demanda nessa área de tráfego aéreo, em que é um dos dez maiores no mundo.

Minha pergunta é: existe algum projeto para revitalização do sistema, visto que ele, segundo a mídia, três anos atrás, apresentou essa necessidade de revitalização de radares e capacitação de pessoal. Isso é em relação ao Cindacta; o outro é o Sisdabra. Ambos são sistemas estratégicos que vão dar força, poder ao nosso sistema aéreo.

A outra pergunta é para o representante da Marinha em relação à operacionalidade do nosso navio-aeródromo, o São Paulo.

Obrigado.

Osmar Lootens Machado – Coronel Granja, boa tarde. A bem da verdade, a FAB nunca deixou de fazer a modernização dos seus equipamentos de controle do nosso espaço aéreo. É um processo contínuo. Ele não para. Os equipamentos vão ficando obsoletos e vamos fazendo a revitalização de tal forma que essa preocupação não existe, mesmo porque, por parte do Controle de Espaço Aéreo, os recursos, em grande parte, vêm das tarifas aeroportuárias. Então, a modernização do sistema é contínua.

Nós incrementamos, sim, a formação de controladores. Hoje, algo em torno de 400, 500 controladores são formados a.a. Então, houve um

incremento na formação de controladores. Esse incremento é fruto também do aumento do tráfego aéreo. Ano a ano, esse crescimento está na faixa de 10%. Estamos, sim, trabalhando. É um trabalho contínuo para fazer frente a essa alta e crescente demanda do tráfego aéreo.

Pergunta – Para o nosso representante da Força Aérea: “Pensamos demasiadamente. Sentimos muito pouco. Precisamos mais de humildade que de máquinas. Sem isso, a vida se tornará violenta e tudo se perderá”.

Senhores, com esse pensamento e reflexão de Charles Chaplin, reequipar as Forças Armadas é de vital importância para a segurança nacional, mas temos que valorizar também o pessoal, o homem.

Existem quadros militares que ainda carecem de uma estrutura de carreiras. Apesar de ser citado pelo nosso nobre representante da Marinha que o pessoal é o nosso maior patrimônio, eu pergunto a V. Exas.: existe um grupo de trabalho estratégico e de valorização do pessoal para executar e operar a defesa nacional?

Muito obrigado.

Osmar Lootens Machado – Eduardo Souza, sim, o Pemaer abre espaço em algum momento para capacitação do nosso pessoal. Não sei exatamente em qual ponto o senhor desejaria focar, mas há previsões no Pemaer. Temos as nossas escolas; estamos aumentando as nossas escolas. Estamos preocupados, sim, com a capacitação dos nossos homens para fazer frente à Força Aérea do futuro.

Hugo Napoleão – Eu sou presidente da Frente Parlamentar Super-Sub pela Construção Naval para a Defesa Nacional e teria uma observação final a fazer, ficando V. Exa. com toda liberdade, se julgar que deva ou não fazer alguma consideração. Quero apenas deixar os motivos de minha indagação para o Plenário.

Do sargento Ferreira, da Reserva da FAB, para o tenente-brigadeiro Machado: “Excelência, não sei se é pertinente, mas, tendo em vista que grande parte dos militares formados hoje em academias e escolas militares usa as Forças Armadas apenas como trampolim para cursar uma universidade e depois prestar concursos mais viáveis financeiramente, pergunto: qual é a estratégia para manter um militar nas Forças?”

Eu complemento com a pergunta, que veio pelo sistema, do senhor Peterson F. da Silva, da Universidade de São Paulo (USP), dirigida também, entendo, ao brigadeiro Ricardo Machado Vieira. A pergunta é a seguinte: “Projetos complexos como a aeronave KC-390 e o míssil A-Darter envolvem vários órgãos governamentais – MD, MCTI, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), empresas, Forças Armadas e até parceiros internacionais. Como é do conhecimento de todos, o orçamento da União é limitado diante de todas as necessidades do país. Nesse sentido, como coordenar os diversos órgãos governamentais e empresas envolvidos nesses complexos projetos de defesa, de forma a conseguir o maior aproveitamento possível dos recursos públicos do país?”

Eu acrescentaria, então, um pensamento e uma colocação para o almirante Antonio Fernando Garcez. É apenas o seguinte: na sua exposição ficou patente que houve, junto ao governo britânico, a aquisição de três navios-patrolha oceanográficos. Houve, por parte de alguns parlamentares, manifestações, com receio de que isso pudesse macular, vamos dizer, a transferência de tecnologia e, também, de que isso estaria fugindo um pouco desse sentido e do plano original. Outro receio que esses parlamentares manifestaram é que esse sistema, por exemplo, com a Grã-Bretanha, continuasse diversificando matrizes e desviando o curso natural de todo o plano, de toda a estratégia, de todo o Livro Branco.

Fica a critério de V. Exa. a consideração.

Passo a palavra, inicialmente, ao brigadeiro Machado, para responder às duas perguntas que lhe foram dirigidas.

Ricardo Machado Vieira – Quanto à primeira pergunta, sobre as pessoas que entram nas Forças Armadas e não prosseguem na carreira, quero dizer que isso de fato acontece. Um pequeno percentual de militares entra para as Forças Armadas e depois não prossegue por vários motivos. Um dos motivos, sem dúvida, é o excelente preparo que damos aos nossos militares.

Então, sobre aquela pergunta que foi feita inicialmente, quanto ao preparo dos nossos militares, eu diria que as escolas militares têm alto grau de proficiência, haja vista os resultados que vemos em alguns exames, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e outros.

Devido a esse preparo, respondendo àquela primeira pergunta e a essa outra, digo que esse é um dos motivos, sem dúvida, porquanto os nossos militares também se sentem em plenas condições de prestar os concursos e buscar outras carreiras que podem aparecer. Esse percentual existe, não é tão grande assim, mas depende muito daqueles militares que entram, iniciam essa carreira e depois descobrem que não têm tanta vocação para a vida militar.

É dessa maneira que eu responderia.

Quanto à pergunta com relação ao problema das várias empresas e agências que participam de projetos estratégicos, isso é verdade. Para o senhor, deputado, e para todos os da plateia terem uma ideia, o MD foi criado em 1999 e reestruturado há cerca de dois anos, em 2010, por conta de algumas necessidades. Uma delas foi a criação da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), para buscar incentivo e trazer essas indústrias, incentivar as indústrias da defesa. Então, é o que se faz hoje na defesa em prol disso.

Também, por conta disso, temos uma participação cada vez maior em vários assuntos, em vários temas nacionais, com as diversas agências. Então, eu diria que esse é um fato concreto. Estamos bastante integrados. Hoje, a defesa tem total preocupação e norteia exatamente os seus trabalhos voltados para a participação das indústrias e para a cooperação entre os diversos ministérios, em vários projetos, como foi visto aqui, no caso do KC-390 e do próprio míssil A-Darter, com a África do Sul. Nós temos incentivos vários do MCT e outras participações que são importantes para viabilizar todos esses projetos militares, que, na verdade, não são apenas militares, muitos deles com utilização dual. Isso é importante dizer.

Por conta disso, a nossa Secretaria de Produtos de Defesa tem que estar atenta àquelas indústrias. Nós temos uma lei recente que justamente traz esse incentivo voltado aos produtos para a indústria de defesa.

Então, acho que pude atender, de certa maneira, à questão colocada.

Antonio Fernando Garcez Faria – Obrigado, deputado Hugo Napoleão. Isso é muito importante. Agradeço muito a sua pergunta, porque é uma oportunidade de explicarmos melhor as razões que levaram a essa aquisição. A primeira delas é que foi uma aquisição não apenas dos três navios. Junto com eles vieram o projeto e a autorização de fabricação desses navios no

Brasil, na forma de parceria, similarmente ao que foi feito para os NaPas de 500 toneladas.

Por outro lado, em função das necessidades imediatas de patrulhamento do pré-sal e daquelas dificuldades oriundas da falta de investimento durante longo tempo, criou-se a lacuna de que a aquisição desses navios poderia – como está podendo, o navio está participando da Operação Atlântico – atender à necessidade rapidamente. Esse foi o ponto de vista político-estratégico.

Agora, do ponto de vista econômico, para o senhor ter uma ideia, para um NaPa de 500 toneladas construído no Brasil, gastam-se R\$ 80 milhões. Esse NaPa tem 1.800 toneladas, quase quatro vezes mais. Estima-se, então, que esse navio custará R\$ 320 milhões. Só que esse navio é muito mais sofisticado que um NaPa de 500 toneladas. Ele opera com helicóptero, os seus sistemas são outros. Eu diria para o senhor que o preço de um navio desses estaria entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões.

Como esse navio estava no final de construção e sendo vendido para a Marinha do Suriname, que não pôde honrar os compromissos, o navio saiu para a Marinha do Brasil por R\$ 126 milhões, ou seja, quase um quinto do preço. Inclusive, a parcela desse NaPa que está sendo adquirido agora consta de projeto legislativo que já foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento da casa e está para a votação, possivelmente, para a semana que vem.

Então, talvez eu tenha conseguido colocar as várias razões do nível estratégico: a transferência de tecnologia assegurada pela transferência do direito de construção e o compromisso de, assim que se obtiverem os recursos para a fabricação nacional, uma empresa irá se associar à Bae Systems, que é a companhia inglesa detentora do projeto.

Quanto ao custo de oportunidade, conseguimos adquirir três ótimos navios prontos para operar a um custo, mesmo fabricado no Brasil, de um quinto do valor.

Hugo Napoleão – Muito obrigado pelos esclarecimentos de V. Exa.

Antes de devolver a palavra à presidenta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) para o encerramento do seminário, farei algumas breves observações.

A primeira é que apreciei o conceito, a maneira como o brigadeiro Machado Vieira transmitiu a questão da cibernética a cargo do Exército, a parte espacial da Aeronáutica e a parte nuclear da Marinha. Tudo foi transmitido de uma maneira muito inteligível. Dessa maneira, o brigadeiro Osmar também disse que fatos dessa natureza facilitam a compreensão da sociedade para os reais problemas das nossas Forças Armadas.

A segunda diz respeito a algo por que todos ansiamos, que é a definição, que sei que não é fácil, da localização da Segunda Esquadra. Ouvi dizer, e agora falo com a responsabilidade apenas de cidadão, que uma das alternativas seria a Baía de São Marcos, no Maranhão, e que o único e eventual problema seria a oscilação de marés. Essa é apenas uma observação. Todos nós nos preocupamos com a definição da localização.

Finalmente, digo que sempre comento – e repito – que o Brasil, para o nosso orgulho, é hoje a sexta economia mundial. Mas não será nunca a sexta potência, ou quinta, ou quarta, ou terceira, ou sétima, seja como for, se não tiver dois vetores. O primeiro deles refere-se aos fatores sociais. Conquanto nós tenhamos melhorado em alguns aspectos, ainda há um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que deixa a desejar. A imprensa fala nisso todo dia. Sei do problema do analfabetismo, eu, que tive a ventura de ser ministro da Educação deste país em determinada fase. Esse é o primeiro vetor.

O segundo é termos realmente Forças Armadas adequadas à continentalidade do território brasileiro. Quanto a isso, precisamos nos pegar, porque não basta realmente que tenhamos as estruturas. Precisamos estar preparados para nos defender em eventualidades. E seremos tão mais respeitados quanto mais desenvolvermos tecnologia e empregos, utilizando esse importantíssimo e fundamental mister para a nacionalidade.

Gostaria, então, de agradecer a presença de todos.

Restituo a palavra à nossa presidenta, deputada Perpétua Almeida, para que faça uso dela como bem lhe aprouver e encerre o seminário.

Muito obrigado às senhoras e aos senhores.

Perpétua Almeida – Muito obrigada, deputado Hugo Napoleão. O deputado Hugo é um dos mais atuantes na Comissão de Relações Exteriores.

Quero muito agradecer a presença dos senhores.

Na nossa fala de abertura, dizíamos que, no início do ano, quando traçamos o plano de ação de trabalho da nossa gestão na Comissão de Relações Exteriores, colocávamos dois eventos como de grande importância: um, que se referia à nossa relação exterior, que foi o seminário que fizemos aqui, neste mesmo local, sobre a política externa brasileira; e outro, que tratava da defesa, outra responsabilidade da comissão, que é exatamente este seminário.

O seminário *Estratégias de Defesa Nacional* acontece exatamente dez anos depois de outro debate que a Comissão de Relações Exteriores fez sobre esse tema neste plenário. Então, estava na hora mesmo de a Comissão de Relações Exteriores, numa parceria com o restante da casa, atualizar o nosso pensamento acerca das relações exteriores do Brasil e da Defesa Nacional.

Nós compreendemos que existe hoje, considerando-se a sociedade brasileira, um momento muito propício para essa discussão. Mais e mais brasileiros estão querendo participar desse debate. Para nós, foi muito importante ter contado aqui com a participação de empresas da área da defesa. Quando votamos, nesta casa, as regras e o incentivo para a indústria nacional de defesa, foi porque compreendemos que essas indústrias precisam estar fortes e em condições de atender à demanda deste momento que o Brasil está vivendo, na área da defesa.

Eu quero reafirmar os contatos que estamos fazendo com as instituições. E queremos, ainda, a partir deste ano, fazer as primeiras reuniões dos relatores setoriais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, parlamentares da Comissão de Relações Exteriores, representantes das empresas na área da defesa e mais uma representação do Executivo brasileiro, com aqueles que estão nas academias, estudando e discutindo a área da defesa, para que possamos montar o grupo de trabalho que vai pensar alternativas necessárias para o financiamento dos projetos estratégicos dessa área.

Nós vimos, com as exposições, aqui, que o nosso projeto é ousado e necessário para o Brasil. Nação forte é nação soberana. Mas, para sermos uma nação soberana, precisamos colocar a área da defesa à altura do que o Brasil representa hoje para o restante do mundo. Para isso, precisamos dos recursos necessários para dar encaminhamento a essa discussão. Levando em

conta todas as exposições feitas, chegamos a um ponto comum: temos, hoje, um problema de orçamento na Marinha, no Exército e na Aeronáutica. É preciso, então, a união da sociedade, para que se busquem alternativas para esse financiamento da área da defesa.

Vamos encerrar o nosso vitorioso seminário, que teve a participação de mais de 600 pessoas. Houve a conferência do ministro da Defesa, o importante posicionamento do ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), a parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), desde o início do nosso trabalho à frente da Comissão de Relações Exteriores. Fizemos uma parceria com o Ipea quanto aos eventos da comissão, até porque o instituto tem uma experiência acumulada e vários estudos tanto na área das relações exteriores quanto na área da defesa. Agradeço, especialmente, a colaboração de Luciana Acioly, pesquisadora do Ipea nessas áreas.

Quero agradecer às assessorias e aos nossos interlocutores no MD, na Marinha do Brasil, no Exército Brasileiro e na FAB; aos nossos palestrantes que aqui vieram, tanto do Brasil quanto do exterior; às empresas da área de defesa, em especial a Avibras, que contribuiu para que este seminário realmente acontecesse; à USP (aqui estão vários estudantes); à Universidade Federal Fluminense (UFF); aos deputados que aqui coordenaram painéis: Vitor Paulo, Leonardo Gadelha, Claudio Cajado, Carlos Zarattini e Hugo Napoleão, que ainda permanece conosco.

Gostaria de agradecer à Mesa Diretora da casa, que apoiou o nosso evento, principalmente por intermédio dos gabinetes do presidente Marco Maia e da vice-presidenta Rose de Freitas. Agradeço também ao Ipea, parceiro dos eventos que a comissão realizou este ano e que sempre demonstrou elevado comprometimento, profissionalismo e competência.

Agradeço a todos os órgãos da nossa casa, sobretudo o Departamento de Comissões, o Serviço de Cerimonial, a Secretaria de Comunicação Social, a Coordenação de Audiovisual. Nossos amigos do som, que ficam do início ao final do nosso trabalho, muito obrigada. Agradeço também ao pessoal dos serviços gerais, da limpeza, à turma que serve o cafezinho, que fica até o último momento conosco.

Agradeço especialmente aos servidores da Comissão de Relações Exteriores da Câmara. São todos extremamente dedicados. A burocracia

também toma conta da casa no seu dia a dia. Para a realização de eventos como este, que considero de grande sucesso, são necessários muitos telefonemas, muita dedicação, muitas horas trabalhadas. Anteontem e ontem, os funcionários não conseguiram sair da Casa antes das 22 horas, e, antes das 9 horas, já estavam na comissão.

Eu costumo dizer que temos feito um bom trabalho na Comissão de Relações Exteriores porque a nossa tropa é boa, é de dedicação exclusiva.

Que possamos, com a unidade entre Forças Armadas, sociedade civil e Parlamento, construir a defesa de que o Brasil necessita!

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Cristina Célia Alcantara Possidente
Edylene Daniel Severiano (estagiária)
Elaine Oliveira Couto
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luciana Bastos Dias
Luciana Nogueira Duarte
Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Roberto das Chagas Campos
Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna
Nathália de Andrade Dias Gonçalves (estagiária)

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

*The manuscripts in languages other than
Portuguese published herein have not been proofread.*

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
Térreo – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond Pro 11/14 (texto)
Frutiger 67 Bold Condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ISBN 978-85-7811-198-4

